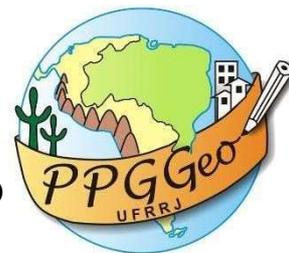




**Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-  
Graduação Instituto de Geociências  
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO**



## **DISSERTAÇÃO**

**A CRISE DO EMPREGO: MUDANÇAS ECONÔMICAS E  
PRODUTIVAS NA BAIXADA FLUMINENSE NO SÉCULO**

**XXI**

**NATÁLIA DE FRIAS SIMÕES PAES**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A CRISE DO EMPREGO: MUDANÇAS ECONÔMICAS E  
PRODUTIVAS NA BAIXADA FLUMINENSE NO SÉCULO XXI**

**NATÁLIA DE FRIAS SIMÕES PAES**

*Sob a orientação do professor*  
**Dr. André Santos da Rocha**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia** no Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEO – UFRRJ). Subárea: Espaço e Economia Política Urbano-Regional.

Seropédica, RJ

Maio de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P126c Paes, Natalia de Frias Simões , 1997-  
A CRISE DO EMPREGO: MUDANÇAS ECONÔMICAS E  
PRODUTIVAS NA BAIXADA FLUMINENSE NO SÉCULO XXI /  
Natalia de Frias Simões Paes. - Rio de Janeiro, 2023.  
102 f.: il.

Orientador: André Santos Rocha.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em  
Geografia, 2023.

1. Acumulação Flexível. 2. Neoliberalismo. 3.  
Reestruturação Produtiva. 4. Baixada Fluminense. 5.  
Desemprego. I. Rocha, André Santos, 1983-, orient.  
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em Geografia III. Título.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO  
RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS /  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA**



**HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 46 / 2023 - PPGEO  
(12.28.01.00.00.35)**

**Nº do Protocolo: 23083.038831/2023-81**

**Seropédica-RJ, 19 de junho de 2023.**

**NATALIA DE FRIAS SIMÕES PAES**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

**DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/05/2023.**

**ANDRE SANTOS DA ROCHA. Dr, UFRRJ**

**(Orientador - Presidente da Banca)**

**FLORIANO JOSÉ GODINHO DE OLIVEIRA. Dr.,  
UERJ**

**(Membro Externo à Instituição)**

**REGINA HELENA TUNES. Dr<sup>a</sup>, UERJ**

**(Membro Externo à Instituição)**

**LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA. Dr., UFRRJ**

**(Membro Interno)**

**(Assinado digitalmente em 19/06/2023  
17:24 )**

**ANDRE SANTOS DA ROCHA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeGEOIA (11.39.39)**

**Matrícula: 1832629**

**(Assinado digitalmente em 20/06/2023 09:33 )**

**LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA  
PRO-REITOR(A) ADJUNTO(A)  
PROPPG (12.28.01.18)  
Matrícula: 1286368**

**(Assinado digitalmente em 19/06/2023  
15:10 )**

**FLORIANO JOSÉ GODINHO DE  
OLIVEIRA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 431.873.157-04**

**(Assinado digitalmente em 19/06/2023 17:05 )**

**REGINA HELENA TUNES  
ASSINANTE EXTERNO CPF:  
274.388.478-96**

Dedico esta dissertação à classe trabalhadora da Baixada Fluminense que enfrenta diariamente as imposições do capitalismo e consegue ainda assim gerar uma região rica em cultura, esperança e resistência.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que me proporcionou desde a graduação a possibilidade de vivenciar e estudar a Baixada Fluminense de maneira tão única. Nunca esquecerei os momentos vividos neste local e as reflexões que as pessoas, aulas, pesquisas, grupos de estudos me trouxeram e fizeram ser a pessoa que sou hoje. Carrego a certeza de que escolhi a melhor instituição para construir minha carreira profissional, mas que me atravessou de diversas maneiras. Muito obrigada Rural.

Ao curso de geografia PPGEQ, que mesmo vindo de uma formação diferente, me senti totalmente acolhida no departamento e cada vez mais estimulada após um encontro de discussões com a comunidade acadêmica envolvida. Aos professores André Rocha e Leandro Oliveira, meus mais sinceros agradecimentos à toda trajetória percorrida, graças à frequentar aulas de vocês em minha graduação soube que gostaria de me especializar na área. A docência exercida por vocês foi algo com certeza inspirador para a minha jornada na geografia. Ao André Rocha, meu orientador, obrigada por ter sido paciente em todas as reuniões em que eu insistia em mudar o tema ou desistir do mestrado, rs. Nossas trocas foram muito construtivas e sinceras.

Agradeço à minha família por compreender minhas ausências em prol dos estudos e por vibrar todas as minhas conquistas em conjunto. Independente de distância, tudo que faço é sempre por e para vocês. Sem a força de vocês, eu não teria chegado tão longe. Obrigada por serem meu lar mesmo tanto tempo morando afastados.

Minhas amigas queridas do mestrado, Beatriz Santanna e Renata Braga, que além de parceiras de turma, carrego comigo para a vida nossas trocas e resenhas tão naturais e carinhosas entre nós. Nossos desabafos e conselhos foram cruciais para que eu tenha me mantido nesta trajetória.

Ao meu marido, Rafael Marto, muito obrigada pela parceria em todos os sentidos. Obrigada pela paciência, por seu meu professor de Excel, meu amante, meu amigo e pelo carinho e acolhimento diante de todo este caminho. Você mais do que ninguém acompanhou todo este percurso e me acolheu em todas as ocasiões em que necessitei da melhor maneira que eu poderia ter. Sou eternamente grata por ter permanecido me apoiando e sendo sempre o afago que precisei nos momentos mais difíceis. Nosso encontro é uma linda sorte.

Aos amigos Guilherme, Maju, Julia, Kelly, Rafa, Allana, Utanaan e Luana. Obrigada por terem sido presença nos momentos em que mais precisei de leveza. Sem vocês este período teria sido muito mais difícil de encarar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. / This work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) - Financing Code 001.

## RESUMO

PAES, Natália de Frias Simões. **A crise do emprego: mudanças econômicas e produtivas na Baixada Fluminense no séc. XXI.** 2023. 101p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências/Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

A mudança do regime de produção e do neoliberalismo a partir de 1990 trouxe no capitalismo uma reestruturação produtiva que alterou todas as dinâmicas espaciais e produtivas e ditou novas organizações de trabalho. É notório que este processo instaurou um desemprego estrutural que afeta principalmente as regiões periféricas. No estado do Rio de Janeiro, a reestruturação impõe uma descentralização das indústrias que atinge diretamente a Baixada Fluminense ao ter que se submeter à novas dinâmicas para atender às demandas internacionais impostas. A partir de uma estrutura que já apresentava condições precárias em termos de saúde, educação, moradia, desigualdade e renda, ao se deparar com novos investimentos que vão desarranjar toda a dinâmica espacial, a Baixada lida com novas volatilidades que vão afetar principalmente os indicadores sociais e econômicos que podem ser visualizados primeiramente no mercado de trabalho formal. A partir da diminuição da formalidade no emprego, perda de direitos trabalhistas, flexibilização e desregulamentação do mercado, a Baixada encara um novo desafio além de todos os que a região já precisa enfrentar ao ser um território periférico fluminense. Composta por 13 municípios, ainda lida com diferenças regionais que vão expressar segregações e aglutinações que formam periferias dentro de periferias que absorvem com muito mais intensidade as consequências destas mudanças produtivas. Através da análise do mercado de trabalho formal a partir do séc. XXI, percebe-se como estas mudanças afetam diretamente as regiões nos quais concentram a maior parte da classe trabalhadora em momentos de vulnerabilidade, com a intensificação da precarização do trabalho e da terceirização. A dissertação apresentada possui a finalidade de apresentar a região da Baixada Fluminense e seu processo de reestruturação produtiva que pode ser marcada como um laboratório de experiências de novos negócios dessas novas dinâmicas instauradas do capitalismo a partir da ideologia neoliberal e acumulação flexível. Para isso, dados de variáveis econômicas são expostas para identificar as singularidades dos municípios envolvidos nesta nova dinâmica e instigar possíveis reflexões para que a região enfim consiga atingir um desenvolvimento social baseado em políticas públicas voltadas para os problemas de distribuição de renda e desigualdade social.

**Palavras-Chave:** Crise do Emprego; Baixada Fluminense; Reestruturação Produtiva;

## ABSTRACT

PAES, Natália de Frias Simões. **The employment crisis: economic and productive changes in the Baixada Fluminense in the 20th century. XXI.** 101p. Dissertation (Master Science in Geography). Instituto de Geociências/Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

The change in the system due to production and neoliberalism from 1990 brought a productive restructuring in capitalism that altered all spatial and productive dynamics and dictated new work organizations. In general, it can be observed that this process created structural unemployment that will affect mainly the peripheral regions. In the Rio de Janeiro state's, restructuring imposes a decentralization of industries that directly affects the Baixada Fluminense by having to submit to new dynamics to meet the imposed international demands. From a structure that already presented precarious conditions in terms of health, education, housing, inequality, income, etc., when faced with new investments that will disrupt the entire spatial dynamics, the Baixada deals with new volatilities that will affect mainly the social and economic indicators that can be viewed primarily in the perception of the formal labor market. From the reduction of formality in employment, loss of labor rights, flexibility and deregulation of the market, the Baixada faces a new challenge beyond all those that the region already has to face as a peripheral territory of Rio de Janeiro. Composed of 13 municipalities, it still deals with regional differences that will express segregations and agglutinations that form peripheries within peripheries that absorb the consequences of these productive changes with much more intensity. Through the analysis of the formal labor market from the 20th century onwards, XXI, it is clear how these changes directly affect the regions where most of the working class is concentrated in moments of vulnerability, with the intensification of precarious work and outsourcing. The dissertation presented has the purpose of presenting the Baixada Fluminense region and its process of productive restructuring that can be marked as a laboratory of new business experiences of these new dynamics established by capitalism from the neoliberal ideology and flexible accumulation. For this, data of economic variables are exposed to identify the singularities of the municipalities involved in this new dynamic and instigate possible reflections so that the region can finally achieve a social development based on public policies aimed at the problems of income distribution and social inequality.

**Keywords:** Employment Crisis; Baixada Fluminense; Productive Restructuring;

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Número de proprietários e pés de laranja por distrito no ano de 1931 .....	23
<b>Tabela 2:</b> PIB Real em grandes regiões. ....	43
<b>Tabela 3:</b> Variação Anual e Participação do PIB da Baixada Fluminense - Municípios. ....	44
<b>Tabela 4:</b> Variação Anual e Participação do Emprego da Baixada Fluminense - Municípios.....	46
<b>Tabela 5:</b> Empregos na Baixada Fluminense por setor. ....	47
<b>Tabela 6:</b> Emprego por tamanho de Estabelecimento na Baixada Fluminense .....	48
<b>Tabela 7:</b> Número de Estabelecimentos Formais por grandes regiões. ....	49
<b>Tabela 8:</b> Variação entre décadas e Participação dos Estabelecimentos na Baixada por municípios. ...	50
<b>Tabela 9:</b> Estabelecimentos por Setor na Baixada Fluminense.....	50
<b>Tabela 10:</b> Composição de Estabelecimentos por Setor na Baixada Fluminense.....	51
<b>Tabela 11:</b> Estabelecimentos por Tamanho na Baixada Fluminense. ....	52
<b>Tabela 12:</b> Salário Médio Real nas grandes Regiões. ....	53
<b>Tabela 13:</b> Variação em décadas do Salário Médio Real nos municípios da Baixada Fluminense. ....	53
<b>Tabela 14:</b> Variáveis Econômicas da Baixada Fluminense. ....	56
<b>Tabela 15:</b> Variação Anual das Variáveis PIB e Emprego e sua diferença na Baixada Fluminense. ...	59
<b>Tabela 16:</b> Variação Anual das Variáveis PIB e Emprego e sua diferença no Brasil. ....	60
<b>Tabela 17:</b> Variação Anual das Variáveis PIB e Emprego e sua diferença no Estado do Rio de Janeiro. ....	61
<b>Tabela 18:</b> Empregos com mais de 1.000 Funcionários por Setor na Baixada Fluminense. ....	64
<b>Tabela 19:</b> Emprego por Tamanho de Estabelecimento no setor de Administração Pública na Baixada Fluminense. ....	64
<b>Tabela 20:</b> Tamanho dos Estabelecimentos no setor de Administração Pública na Baixada Fluminense. ....	65
<b>Tabela 21:</b> Emprego por Tamanho de Estabelecimento no setor Industrial na Baixada Fluminense. ...	65
<b>Tabela 22:</b> Composição do Emprego por Tamanho de Estabelecimento no setor Industrial na Baixada Fluminense .....	66
<b>Tabela 23:</b> Estabelecimentos por Tamanho no setor Industrial na Baixada Fluminense .....	67
<b>Tabela 24:</b> Salário Médio Real por Setor na Baixada Fluminense.....	68
<b>Tabela 25:</b> Variáveis Econômicas do município Duque de Caxias.....	69
<b>Tabela 26:</b> Empregos por Tamanho de Estabelecimento no setor de Serviços no município Duque de Caxias. ....	69
<b>Tabela 27:</b> Estabelecimentos por Tamanho no setor de Serviços no município Duque de Caxias.....	70
<b>Tabela 28:</b> Variáveis Econômicas do município Itaguaí.....	73
<b>Tabela 29:</b> Variáveis Econômicas do município Seropédica. ....	75
<b>Tabela 30:</b> Variáveis Econômicas do município Paracambi .....	76
<b>Tabela 31:</b> Variáveis Econômicas do município Queimados.....	77
<b>Tabela 32:</b> Variáveis Econômicas do município Japeri .....	78
<b>Tabela 33:</b> Metodologia de Indexação Inflacionária no PIB baseado no IPCA - Índice de Preços do Consumidor Amplo .....	85
<b>Tabela 34:</b> Metodologia de Indexação Inflacionária no Salário Médio Nominal baseado no INPC - Índice Nacional de Preços do Consumidor .....	88

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Matéria no Jornal - O Dia - 29/09/2019.....	57
<b>Figura 2:</b> Fórmula de Indexação de PIB Nominal para Real .....	85
<b>Figura 3:</b> Fórmula de Indexação de Salário Médio Nominal para Real.....	87

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Localização dos Municípios da Baixada Fluminense e as áreas urbanas .....	21
<b>Mapa 2:</b> Traçado do Arco Metropolitano e a posição logística da Baixada Fluminense .....	37

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Produto Interno Bruto da Baixada Fluminense em 20 anos.....	42
<b>Gráfico 2:</b> Produto Interno Bruto no Brasil em 20 anos. ....	42
<b>Gráfico 3:</b> Evolução do Emprego na Baixada Fluminense em 20 anos. ....	45
<b>Gráfico 4:</b> PIB Real na Baixada Fluminense .....	58
<b>Gráfico 5:</b> Emprego na Baixada Fluminense .....	58
<b>Gráfico 6:</b> PIB Real no Brasil.....	59
<b>Gráfico 7:</b> Empregabilidade Formal no Brasil .....	60
<b>Gráfico 8:</b> PIB Real no Estado do Rio de Janeiro. ....	61
<b>Gráfico 9:</b> Comparação Salário Médio x PIB per capita na Baixada Fluminense.....	62
<b>Gráfico 10:</b> Comparação Salário Médio x PIB per capita no Brasil. ....	63

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – CAPITALISMO E MERCADO DE TRABALHO .....</b>	<b>5</b>
<b>1.1 O capitalismo e os regimes de produção.....</b>	<b>5</b>
<b>1.2 O neoliberalismo e o mercado de trabalho.....</b>	<b>9</b>
<b>1.3 A crise do emprego formal em um panorama periférico.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO II - BAIXADA FLUMINENSE, MERCADO DE TRABALHO E ECONOMIA REGIONAL .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Baixada Fluminense – formação econômica-social-regional.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 A reestruturação produtiva espacial na Baixada Fluminense sob a ótica neoliberal.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO III. ANÁLISE DOS DADOS DO EMPREGO FORMAL NA PERIFERIA DO RJ NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>3.1 Em quais aspectos de diferenciação regional os dados revelam na Baixada Fluminense? .....</b>	<b>36</b>
<b>3.2 Como os dados refletem processos e agendas macroeconômicas e políticas de um Brasil em reestruturação. ....</b>	<b>40</b>
<b>3.2.1 O PIB da periferia metropolitana em perspectiva.....</b>	<b>41</b>
<b>3.2.2 O emprego na Baixada, modificações e tendências .....</b>	<b>44</b>
<b>3.2.3 Os estabelecimentos e a geração de empregos .....</b>	<b>48</b>
<b>3.2.4 Os salários em ganhos reais: o desenvolvimento à quem? .....</b>	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO IV – OBSERVANDO AS SINGULARIDADES: ANÁLISES ESPECÍFICAS DO DESENVOLVIMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE: UM OLHAR PARA A PERIFERIA DAS PERIFERIAS .....</b>	<b>55</b>
<b>4.1 a periferia urbana consolidada e centralidades econômicas: .....</b>	<b>55</b>
<b>4.2 Olhando a periferia da periferia: o Extremo Oeste Metropolitano. ....</b>	<b>71</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>82</b>

# INTRODUÇÃO

Ao debater sobre o capitalismo, não é novidade que este modo de produção necessita de ciclos para manter sua acumulação de capital a partir de expansões seguidas de crises e guerras. Entretanto, também é válido o esgotamento no qual o próprio modo de produção está transparecendo a partir de diversas crises ocorrendo simultaneamente (política, ambiental, econômica, sanitária, hídrica, etc) e com isso a necessidade de se repensar em uma nova sociedade que consiga trazer as mudanças necessárias. Um exemplo que transparece este fato é a transição dos modelos de produção para acompanhar o acúmulo de capital que altera o modo de trabalho e toda a dinâmica espacial na sociedade.

Com o início da revolução industrial, a estrutura produtiva é caracterizada como urbano-industrial e surge a partir do regime de produção fordista. O fordismo perdura até os anos de 1970 com a crise da superprodução após a grande guerra mundial. Desde então, ocorre a transição para o modo de produção baseado na acumulação flexível. (HARVEY, 2005) Este marco define uma reestruturação produtiva que amplia os modos de acumulação de capital e intensificam as inovações, principalmente a tecnológica, cujo esta assume uma maior responsabilidade na produção de mercadorias e mais-valia no geral.

A partir de uma crise no modelo de acumulação, o capitalismo se esquia em uma nova dinâmica que vai diversificar os modelos de produção que alteram drasticamente a relação de trabalho neste processo. Ao identificarem uma possibilidade de acumular capital através do mercado de especulações com capital financeiro e com um grande processo de tecnologia acima das produções, o mercado de trabalho acompanha estas modificações a partir da intensificação do trabalho, e conseqüentemente, o aumento da exploração e precarização do emprego no mundo.

Paralelo ao modo de produção de acumulação flexível que se inicia a partir da mudança no modo de trabalho, instaura a ideia de que o trabalhador deve ser mais especializado e funcional, ocupando novos espaços no ambiente de trabalho e ao mesmo tempo desenvolvendo falsas hierarquias. O neoliberalismo se apoia nesta transição e inicia no mesmo período como ideologia e em políticas instauradas no capitalismo.

Neste contexto, o neoliberalismo surge como uma ideologia que impõe discursos que propagam uma ideia subjetiva de que o trabalhador precisa pensar como um empreendedor, e que o mesmo seria responsável por seu sucesso e/ou fracasso advindo de sua performance. (DARDOT e LAVAL, 2017). Ao mesmo tempo, objetivamente, o neoliberalismo prega políticas de contenção de gastos que afetam diretamente o nível de emprego, a precarização do trabalho e a flexibilidade do mercado de trabalho e no mundo financeiro para atingir a ampliação e diversificação da acumulação através do mercado especulativo/financeiro que gera renda a partir da própria renda por meio dos juros.

Os efeitos da acumulação flexível em conjunto com a adoção de políticas neoliberais no mundo a partir dos anos de 1970 intensificam a crise do trabalho a partir do desemprego estrutural. Com a intensificação da terceirização do trabalho, o aumento da participação das máquinas e a desvalorização do salário, os trabalhadores são os que mais pagam/sofrem com estas mudanças ocorridas no final do século XX. O emprego tem se mostrado cada vez menos requisitado, enquanto o número de pessoas qualificadas a procura de emprego cada vez mais

aumenta e as leis trabalhistas se difundem na *uberização* do trabalho, se estabelecendo assim a crise do emprego formal, que garante os direitos do trabalhador fornecendo segurança e estabilidade.

A crise do emprego formal será analisada teoricamente e empiricamente a partir de quatro principais variáveis: produção, emprego, estabelecimentos e salário, indicando a desvalorização do salário, diminuição de trabalhos formais, aumento de empresas e diminuição do emprego paralelo ao aumento da produção. A partir destas evidências, a pesquisa se propõe a refletir sobre um dos efeitos que a crise tem afetado o mercado de trabalho.

Para além disso, deve-se obter uma perspectiva sociopolítica em como a mudança para acumulação flexível atinge em diversos campos da sociabilidade que vão intensificar a luta de classes e a precarização da força de trabalho no capitalismo que insiste em “andar por linhas tortas”. As consequências deste fato se intensificam ao se apoiar a um olhar periférico.

Enquanto em alguns países centrais que economicamente se encontram “avançados” em questões de produção, ou seja, já tenham atingido o pleno emprego, passam por este processo de uma forma “menos” agressiva à população. Isto devido, muitas vezes, à rede de proteção social para momentos de crise e com a divisão internacional do trabalho. Já as regiões periféricas, de um modo geral, sentem o efeito de modo muito mais intenso, afetando principalmente as classes sociais mais vulneráveis.

Enquanto, majoritariamente, os países centrais tentavam se manter no capitalismo com base no exército industrial de reserva e nos insumos dos países periféricos, os mesmos tentavam sobreviver concedendo periodicamente a autonomia de estabelecer as políticas que necessitavam a fim de atender as demandas mundiais que o neoliberalismo impusera. Esses movimentos partiram de diferentes frentes, mas que tinham algo em comum: a ideologia neoliberal em todos os seus contratos, como o Consenso de Washington, Mercosul e Plano Brady. (CAMPOS, 2011)

Ao nos aproximarmos do debate de como a periferia enfrenta as crises, especificamente a crise do emprego, os resultados são evidentemente piores, deixando a população encarar as piores dificuldades sanitárias, econômicas, sociais a partir de necessidades básicas para atender crises que são provocadas pela outra classe que continua se beneficiando de cada etapa. Enquanto os capitalistas aumentam a produção a partir de novas bases tecnológicas, provocando um hiato no mercado de trabalho, desvalorizam o salário dos trabalhadores, mudam o regime de trabalho formal para a terceirização, os trabalhadores enfrentam isto a partir do modo de subsistência.

No Brasil, o cenário não muda muito suas características. O efeito do neoliberalismo no Brasil se inicia em 1990 ao comando dos EUA para estabelecer a moratória das dívidas devido ao aumento das taxas de juros com o fim do Bretton Woods<sup>1</sup>. O Consenso de Washington estabelece políticas neoliberais como corte de gastos sociais, redução do salário mínimo, desregulamentação do mercado de trabalho e financeiro aos países periféricos que no momento estavam com a dívida externa em níveis elevados. (CAMPOS, 2011).

Em conjunto com as políticas neoliberais, o Brasil enfrenta uma nova fase de reestruturação produtiva que vai alterar a dinâmica produtiva das regiões do país para se estabelecer ao novo modelo de produção que se iniciava no capitalismo. As indústrias passam a se locomover para regiões próximas às cidades metropolitanas, enquanto as mesmas tentam se estabelecer em novos tipos de trabalho que vão demandar maior funcionalidade do

---

<sup>1</sup> Harvey (2008).

trabalhador, automatização de máquinas e o aumento do mercado especulativo. (OLIVEIRA, 2003).

A Baixada Fluminense é um bom parâmetro para este argumento. Treze municípios localizados na região metropolitana no estado do Rio de Janeiro vivem os efeitos da crise do emprego formal advindo da acumulação flexível e do neoliberalismo com seus investimentos em um desenvolvimento voltado para outros setores lucrativos. Com a transição para este modo de produção, o capitalismo começa a centralizar as grandes indústrias para as regiões próximas as capitais, de modo que consiga assegurar tanto a mão de obra como as grandes produções para atender as demandas das metrópoles. Na Baixada Fluminense, não foi diferente.

A partir do século XXI, a região inicia um processo de reestruturação produtiva que vai modificar a dinâmica da região. Com a inserção de novas indústrias e novas rodovias, os municípios da Baixada Fluminense incorporam novos desafios para se manter na lógica de mercado do estado do Rio de Janeiro. O que antes era apenas uma região de aterramento sanitário (o que não deixou de existir), hoje, passa também a receber grandes negócios industriais e imobiliários com logísticas estratégicas, isenções fiscais contando com solos e mão de obra barata para acomodar suas produções. (ROCHA, 2014; ROCHA 2015; OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA, 2015)

Paralelamente, o mercado de trabalho formal na Baixada também não se apresenta evolutivo em situações de crise com este novo regime. Mesmo recebendo investimentos produtivos, que fomentasse o emprego em até certa medida, mas sem resultar em melhores condições de vida na região, quando o golpe se instaura e iniciam novas crises no capitalismo, a região “desperdiça” todo seu crescimento dos investimentos devido à sua forma volátil que o neoliberalismo impregnou. O mercado de trabalho na década de 2010-2020 apresenta índices menores do que na década anterior (2000-2010).

Vale ressaltar também que a entrada de grandes indústrias para a Baixada Fluminense não necessariamente aumentou o volume de empregos. O que antes a região era chamada de cidade dormitório, hoje, ela poderia ser chamada de depósito/laboratório de produções que conseguem usufruir de mais capital a partir de locais com poucas fiscalizações para comandar a sua lógica: gastando pouco, produzindo muito e não retornando suas vantagens para a sociedade que paga pelos efeitos dessa mudança de dinâmica. (ROCHA, 2014).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo apresentar as problemáticas envolvidas com a chegada do modelo de produção baseado na acumulação flexível e seus efeitos para o mercado de trabalho nas regiões periféricas, especificamente, a Baixada Fluminense. A questão a ser respondida seria em que medida os dados da Baixada Fluminense conseguem refletir a crise estrutural do emprego no capitalismo?

A hipótese é de que a acumulação flexível mudou a dinâmica do capitalismo ao ponto de a produção estar criando uma autonomia insustentável que cada dia mais desvaloriza e intensifica a exploração do trabalhador. A tecnologia ocupa grande parte das produções hoje em dia, enquanto o trabalhador que continua sendo a maior fonte de mais-valia, encontra menos oportunidades de trabalhos formais devido à diversificação de geração de lucro que o capitalismo se encontra. (ANTUNES, 2003).

A metodologia desta pesquisa será feita a partir de uma análise teórica e quantitativa. Para entender a crise do emprego formal, é necessária uma revisão bibliográfica que aborde visões de como o capitalismo realiza uma transição em seu modo de produção que vai alterar toda a dinâmica produtiva dos países que incorporam o capitalismo como sistema.

Os principais autores deste debate são: Harvey (1992) em A condição pós- moderna, o Benjamin Coriat (1994) em Pensar pelo Averso e Ricardo Antunes (2003) debatendo com algumas obras, mas principalmente o livro Adeus ao Trabalho. Caracterizo estes autores que

defendem que as questões econômicas traduzem a crise do trabalho a partir da mudança dos regimes de produção que alteram o processo de trabalho e reduzem o nível do emprego formal.

Além disso, acredita-se que a partir dos anos 70, não foi apenas a acumulação flexível que garantiu a precarização do trabalho e a crise instaurada, mas também o sistema ideológico neoliberal que adotou políticas estrategicamente pensadas para garantir a manutenção do sistema de acumulação de capital. Para isso, os principais autores envolvidos nesta crítica são: Dardor e Laval (2017), Grasiela Baruco e Marcelo Carcanholo (2008), Perry Anderson (1995), Denise Gros (2009), Armando Boito Jr (1996) e Harvey (2005). A partir de uma visão dialética, acredita-se que estes eventos não ocorrem separados, mas são importantes serem abordados e explicados em separações de tópico devido à complexidade e particularidade de como esses eventos se caracterizam de maneira peculiar.

Além disso, no mesmo capítulo o debate aborda como a crise do trabalho afeta as regiões periféricas, trazendo reflexões advindas do Ricardo Antunes, Marcio Pochman (2007) e também David Harvey (2005) e Boito Jr (1996).

No segundo capítulo, é apresentada a região da Baixada Fluminense desde sua formação econômica e social até a chegada da reestruturação produtiva sob a ótica neoliberal. Neste ponto, a pesquisa expõe como a região foi e continua sendo importante para a dinâmica do estado do Rio de Janeiro e como suas dinâmicas vão sendo alteradas conforme as demandas internacionais. Para este capítulo, foram discutidos autores como o André Rocha (2014;2015), Ricardo Luiz de Souza (2015), Soja (2007), Adrianno Oliveira (2005) com a suas contribuições da formação socioeconômica da Baixada, Floriano Oliveira (2003), Leandro Oliveira (2014), e Robson Dias (2018). apresentando a reestruturação produtiva da região sobre as mudanças ocorridas.

Em seguida, a pesquisa aborda o terceiro capítulo a partir de uma exposição de dados mercado de trabalho na Baixada Fluminense no período de 2000 a 2020 apresentando os seguintes indicadores que expressam o nível de empregabilidade formal e salários, assim como a produção do país: Produto Interno Bruto (PIB) por setor, Empregabilidade Formal, Salário Médio e Estabelecimentos segmentados por tamanho de empresas e os mesmos por setores do IBGE. Estes indicadores foram coletados a partir do IBGE e RAIS/CAGED. Neste capítulo, a análise é voltada para a compreensão do efeito da nova lógica do capitalismo no mercado de trabalho e o seu efeito em questões de empregos formais a partir da divisão de cada variável analisada e seus segmentos.

Por fim, o último capítulo abordará as singularidades observadas pelas principais variáveis, apresentando assim a peculiaridade de cada município. Este capítulo se divide em duas seções, na qual a primeira apresenta estas peculiaridades voltado para e o tamanho das empresas e as principais posições regionais da Baixada Fluminense, enquanto a segunda seção se dedica a apresentar o extremo oeste metropolitano como a periferia das periferias, apontando que são os municípios que mais absorveram a reestruturação produtiva.

A análise será feita a partir das comparações através de tabelas e gráficos apresentando as possíveis relações entre as variáveis. A hipótese é de que conforme a acumulação flexível foi se consolidando, a tecnologia passa a ser referência no mercado produtivo, baseado na inteligência artificial e programadores, que acaba sendo um mercado que exige mais trabalhadores que comandem máquinas do que executam a produção em si. Este fato causa um efeito diretamente no processo de trabalho que vai mudando sua concepção e funcionalidade, e conseqüentemente, na forma que a sociedade vai lidar com o trabalho. Somado a isso, temos no plano político a adoção de políticas neoliberais que vão intensificar a precarização do trabalho a partir do aumento do exército industrial de reserva, com um número de emprego que não consegue mais lidar com a capacidade ociosa de trabalhadores.

# CAPÍTULO I – CAPITALISMO E MERCADO DE TRABALHO

## 1.1 O capitalismo e os regimes de produção

O capitalismo desde que se torna o sistema econômico dominante passa por alterações em sua dinâmica para se manter como modo de produção. A revolução industrial iniciada no século XVIII pela Inglaterra muda os moldes de produção da economia capitalista, ditando a organização produtiva e estabelecendo divisões internacionais do trabalho. Esta seção pretende apresentar o debate entre autores que se dedicam a compreender o período de transição dos regimes de produção e como isto impactou em transformações no processo de trabalho.

Desde o iluminismo e da propagação da industrialização, se instaura uma era chamada por Harvey (1992) de modernismo. Para o autor, o modernismo surge no iluminismo e se consolida no século XX como um período marcado pela produção em massa que irá alterar o modo de vida cotidiano para um modelo lógico racionalizado. A racionalização se tornou a principal característica da modernidade.

Além disso, Harvey (1992) aponta como um aspecto da modernidade a fundamentação do conhecimento científico em meta-narrativas, no qual os pensadores modernos desenvolviam a ciência objetiva, a moralidade e lei universais nos termos de uma lógica racional. Assim, a modernidade se caracterizará pelo fordismo que trará um molde racionalizador para a todos os campos sociais, como a educação, trabalho, ciência, espaço e tempo.

O capitalismo, ao impor o fordismo como um modelo de produção para acompanhar as necessidades de acumulação de capital, instaurou uma expansão industrial, um avanço tecnológico e uma maior disponibilidade de produtos que altera o controle do espaço e do tempo na sociedade. Este controle intensificava as relações de poder que se instauravam e acirravam a luta de classes, ou seja, quem possuía este controle poderia estabelecer relações de maior domínio. Esta relação do espaço e tempo podem ser exemplificadas pela criação dos mapas, das estradas e transportes que facilitaram a mensuração das instâncias e, conseqüentemente, a adoção deste modelo racional em todas as esferas da vida. (HARVEY, 1992)

No início do século XX, a Inglaterra, além de (e talvez por) ser pioneira na revolução industrial, era considerada o país que obtinha sua hegemonia a partir da sua conversão de sua moeda para ouro, estabelecendo assim um país banqueiro do mundo ocidental. Esta hegemonia era construída a partir do padrão ouro e se desmorona a partir das Guerras Mundiais, instaurando uma instabilidade no padrão monetário internacional, e conseqüentemente, uma instabilidade política na disputa de poderes. (TEIXEIRA, 2000)

Ainda neste período, com o fim das guerras mundiais, ocorreu uma tentativa de estabelecer a reconstrução do capitalismo através de políticas keynesianas, ou seja, políticas econômicas baseadas no aumento dos gastos do Estado a partir do estímulo de atividades produtivas, acreditando que gera uma multiplicação da renda mais que proporcional ao gasto. Acreditando que o aumento dos gastos aumentaria a renda e o poder de compra da população, políticas keynesianas necessitam da intervenção do Estado, criação de instituições e o estímulo aos mercados para promover o crescimento econômico e o bem-estar social. Este período foi marcado pelo período fordista-keynesiano. (GROS, 2008; HARVEY, 2005).

Com a crise do fordismo na década de 1970, devido à necessidade do fomento à flexibilização de capitais internacionais, o capitalismo se adequa a um novo sistema econômico

denominado neoliberalismo, pautado pela financeirização e globalização. Este período é identificado por Harvey como o surgimento da era pós-moderna. O fordismo deu sinais de esgotamento dando espaço para um novo modelo de produção nessa era da financeirização e globalização que tornaram tudo mais fragmentados e efêmeros, no que o Harvey vai denominar de “acumulação flexível”.

A acumulação flexível trouxe à sociedade novos moldes de organização produtiva e, conseqüentemente, transformações no modo de vida social. Harvey (1992) em “A condição pós-moderna”, trouxe este contexto a uma interpretação da reformulação dos modos de organização de produção dando ênfase às mudanças que este processo propiciou no espaço.

Enquanto Harvey se dedica a observar as práticas de trabalho como um todo, outros autores compreendem este período apoiado na reprodução sobre o modo de produção japonesa a partir da teoria da regulação.

Ricardo Antunes interpretará este período moderno como binômio taylorismo-fordismo, no qual era considerado o modelo de produção dominante no capitalismo e se baseava em uma produção em série e em massa, controle do tempo, empresas verticalizadas com produções homogêneas, fragmentação das funções e separação entre elaboração e execução do trabalho. (ANTUNES, 2008)

De acordo com Antunes (2008), o fordismo se difunde a partir de experiências como a Suécia, o Vale do Silício nos EUA, regiões da Alemanha e pela experiência japonesa a partir do toyotismo. A fábrica Toyota no Japão neste período substituiu ¼ dos operários de montagem por robôs.<sup>2</sup>

Na experiência norte-americana, a dinâmica se baseava em um estoque mínimo, enquanto os trabalhadores tinham capacidade de várias máquinas, ao invés de apenas uma como ocorria no fordismo. (ANTUNES, 2003). O modo de produção que antes era baseado em produção em série e em massa, foi substituído pela flexibilidade das capacitações que buscam novas produtividades e formas de adequação da produção à lógica do mercado que surgia neste período.

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. (ANTUNES, 2008, p. 24)

Em alguns países se experimentam uma desconcentração de empresas menores que se recusam a produzir em massa e decidem apostar em um modo de trabalho que esteja mais intrínseco à acumulação da base fordista, um modo mais flexível que introduz o trabalhador no trabalho intelectual sobre o processo de produção. Para este processo ocorrer, a tecnologia se desenvolve para ocupar funções que antes eram mais especializadas.

Harvey (1992) introduz o debate sobre a intensificação da precarização do trabalho e em como a flexibilização no processo de trabalho introduziu novas áreas no mercado, trazendo um deslocamento do emprego para o setor de serviços, enquanto as indústrias se alocavam em regiões subdesenvolvidas. Neste ponto, Alves (2009) acrescenta sobre esta intensificação:

---

<sup>2</sup> Mais informações em André Gorz, *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. (1982, p. 158)

A “acumulação flexível” apenas exacerba um traço ontológico da forma de ser do capital e do trabalho assalariado – a categoria de flexibilidade sob a grande indústria, explicitada, por um lado, pela precarização (e desqualificação) contínua e incessante da força de trabalho e, por outro lado, pelas novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados. (ALVES, 2009, p. 37)

Enquanto isso, Antunes (2008) vai apontar que não se pode ignorar a desindustrialização e a transferência geográfica das fábricas em sua flexibilidade no trabalho, em sua automação e da inovação de produtos.

Além disso, nos anos de 1980, a “*Financial Times*” já previa que o setor industrial estava conseguindo contrair o número de empregos, afirmando que as máquinas atingiriam 30% na substituição dos operários de produção, equivalente a 13% efetivos de uma empresa padrão em algumas empresas, como em outras que utilizam robôs de montagem reduziram em até 90% da área de produção. (GORZ, 1982)

Em “Adeus ao proletariado: para além do socialismo”, André Gorz (1982) aborda sobre como o toyotismo afetaria no número de empregos e na inexistência de cargos:

Uma época chega a seu término: a época em que o trabalho humano era fonte de toda riqueza. Há vinte e cinco anos em gestação, começou a terceira revolução industrial. Ela promete – ou ameaça, segundo o ponto de vista que se adote – estender-se a domínios (principalmente o ensino, a medicina) que a industrialização ainda não havia tocado até agora. Rompe o laço entre crescimento da produção e crescimento do emprego. Põe em maus lençóis um dos dogmas da economia política keynesiana, a saber: a retomada do investimento reduzirá o desemprego. (GORZ, 1982, p. 161)

Para Antunes (1999), neste novo molde baseado em uma produção sob demanda, é crucial que o trabalhador esteja envolvido em seus processos. Diferentemente do fordismo, que o trabalhador se especializava em uma função e devia realizá-la de modo repetitivo e homogêneo, agora executava operações rigidamente programadas, definidas e controladas.

Seu avanço se deu ao perceber que era possível se apropriar do saber intelectual do operário, e com isso, foi preciso dar uma aparência de que o mesmo teria autonomia de se pensar no melhor para empresa.

Com isso, o trabalhador agora além de seu trabalho manual, utiliza da sua subjetividade e intelectualidade para realizar a produtividade requerida para o capitalista se baseando em competitividade e lucro para proporcionar as melhores condições para a produção de resultados. No universo das empresas flexíveis com essa “nova era”, era o que o novo modo de produção precisava incorporar para manter o modo de acumulação em andamento.

Com a junção da financeirização que torna o modo de produção mais flexível, o capitalismo encontra no capital rentista uma nova forma de se expandir. O mundo do trabalho se mostra afetado e estas novas formas suprem a crise do modelo fordista. Nesse modelo, a classe trabalhadora para se manter no mundo do trabalho necessita cada vez mais dispor de um alto capital criativo e fragmentado para se manter multifuncional.

Simultaneamente, percebe-se a flexibilização incorporando no mundo do trabalho ao ponto do enfraquecimento dos direitos trabalhistas e com o novo *slogan* de “empreendedorismo” para o proletário sentir que seja total responsabilidade de seu sucesso ou fracasso. O trabalhador cada vez mais precisa se qualificar para se manter na empregabilidade.

Antunes (2008) enfatiza que sua retração ocorre a partir da redução do proletariado

industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada anterior. Com a reestruturação produtiva do capital imposta com a acumulação flexível, o proletariado diminui e dá lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo o índice de empregos formais.

A redução do proletariado fica constatada ao observar as formas de horizontalização do capital produtivo, das modalidades de flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, assim como a introdução das informáticas através das máquinas. No entanto, o que se diversifica no mundo do trabalho precarizado são as terceirizações, subcontratações, trabalhos feitos em modo “*part-time*”, além dos cargos que vem desaparecendo. No fim, o que se constata é a ampliação do desemprego estrutural e a implementação de alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas e “informais”. (ANTUNES, 2003).

A contradição aqui imposta é a de que o capital não se valoriza sem nenhum tipo de trabalho vivo. As máquinas sempre precisarão de uma interação entre a força constituinte do trabalho vivo e a força constituída do trabalho morto. Ainda assim, quanto menos trabalho vivo, melhor para o capital, pois assim, o pouco trabalho vivo que se sobrevive está intensificado e mais precarizado.

E o mundo atual? É ou não o mundo das mercadorias, quer sejam elas materiais ou imateriais? Se o mundo atual não for o mundo das mercadorias, então nós poderíamos dizer: “Bom, o trabalho perdeu o sentido para o capital”. Se o mundo societal, entretanto, ainda tem a prevalência das mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, o trabalho assalariado, mesmo reduzido, mesmo fragmentado, mesmo heterogeneizado e complexificado, é fundamental para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital. (ANTUNES, 1999, p. 59)

Por mais que o capital ainda precise do trabalho vivo, este novo regime gera uma intensificação dos ritmos, tempos e processos laborais, se tornando multifuncional e polivalente. Mesmo com a discussão entre empregabilidade dos setores, Antunes e Pochman (2007) apontam que essa divisão setorial também se expressa de forma cada vez mais inexistente, visto que até mesmo os setores estão cada vez mais se difundindo. Além do domínio dos trabalhos materiais, o sistema em sua nova flexibilidade atinge os trabalhos imateriais, que podem ser caracterizados pelas esferas da comunicação, marketing, etc. De acordo com os autores, o discurso dominado hoje qualifica como “sociedade do conhecimento”, e se enquadra nas áreas que como característica de sua intensificação da exploração vem por meio da terceirização: “Quando o mercado necessita, aumenta-se a produção e eleva-se o número de terceirizados; quando o mercado retrai-se, reduzem-se a produção e os terceirizados.” (ANTUNES E POCHMAN, 2007, p. 200)

O saber científico e o laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo sem que um se sobreponha ao outro. As máquinas não podem substituir os trabalhadores, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que incorpora seu conhecimento nas máquinas informatizadas. Se estabelece um processo interativo entre o trabalho e a ciência produtiva, que não pode levar ao fim do trabalho vivo. – “Este processo de retroalimentação impõe ao capital a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico” (ANTUNES, 2008, p.12)

Essa experiência é interpretada por alguns autores como ohnismo. Coriat (1994)

considera o ohnismo como um sistema que constitui um conjunto de inovações organizacionais cuja importância é comparável ao que foram em suas épocas em relação as inovações trazidas pelo taylorismo e fordismo. Há no ohnismo o “contingente” e o “universal” que não havia no taylorismo e fordismo para qual é necessário ter competência para se tirar proveito das inovações organizacionais impostas na escola japonesa. O autor aponta que o sistema adaptável à produção em séries restritas a produtos diferenciados e variados.

Coriat (1994) caracteriza o novo regime em grandes séries de produtos rigorosamente idênticos contra séries restritas de produtos diferenciados, com o objetivo de produzir a baixos custos. Este contexto ocorre em meio à Guerra da Coreia e crise do petróleo onde a empresa teve para assegurar seus problemas deviam desenvolver uma forma de produzir “exatamente aquilo que é necessário e fazê-lo no tempo exatamente necessário.”

A descoberta deste novo regime para Ohno parte do estoque. A partir de uma análise dos capitalistas em perceber que por trás dos estoques havia estoque de pessoas e equipamentos, o pensamento de fábrica mínima é introduzido a fim de melhorar a produtividade com “redução de custos”. E para ser uma fábrica mínima, a mesma deve ser flexível, capaz de se produzir sob demanda. O espírito do toyotismo inicia alimentando a ideia da “produção a estoque zero”. (CORIAT, 1994).

Outro ponto observado que caracteriza o toyotismo é a partir do surgimento da nova área de gerência, que se deu a partir da queda do sindicalismo. A gerência garantiria que o fluxo da produção seria desenvolvido com informações necessárias à sua disposição. “Outro sinal dos novos tempos é que, desde este período, a atividade sindical tornou-se uma das passagens essenciais que asseguram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota.”<sup>3</sup> A queda do sindicalismo ocorre por uma recompensa do engajamento da produção em troca de empregos vitalícios e salários por antiguidade.

Trata-se nada mais nada menos que pensar ao contrário toda a herança legada pela indústria ocidental. Produzir não segundo o método norte-americano, que encadeia grandes série de produtos altamente padronizados, estoques e economias de escala, mas em séries restritas, sem economias de escala e sem estoques, produtos diferenciados e variados. E ainda assim, pois aí está o verdadeiro desafio, obter ganhos de produtividade: produzir a custos sempre e cada vez mais baixos! (CORIAT. 1994, p. 47)

Por fim, Antunes (2001) argumenta que a sociedade contemporânea atinge um cenário crítico em termos da crise do trabalho, que até o Japão que estabeleceu o emprego vitalício para uma parcela de trabalhadores, ameaça extingui-lo devido às competitividades do toyotismo no ocidente: “O que dizer de uma forma de sociabilidade que desemprega ou precariza mais de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha, conforme dados recentes da OIT?” (ANTUNES, 2001, p.3)

O capitalismo em suas transições de produção gera uma lógica destrutiva, no qual o valor de troca é mais dominante do que o próprio valor de uso. No mundo do trabalho atualmente, constata-se um conjunto de tendências que aparentam o cenário crítico sob a lógica do capital. De acordo com Antunes (2001), é necessário compreender a crítica e a desfeticização das formas de representação dominantes, do ideário que domina a nossa sociedade contemporânea. E é a partir desta necessidade que a próxima seção abordará.

## **1.2 O neoliberalismo e o mercado de trabalho**

O neoliberalismo se instaura como um modelo econômico dominante nos países

---

<sup>3</sup> (CORIAT, 1994, p. 46).

centrais a partir de 1970 com a crise da etapa fordista-keynesiana. O padrão de acumulação baseado na produção em massa atinge seu limite na década de 1970 com as crises conjunturais que se apresentam nesta década: fim do Bretton Woods, choque do petróleo e crises inflacionárias. Entretanto, esta época representa uma turbulência muito mais intensa que se prolongou em um processo global de reestruturação produtiva. (ANTUNES E POCHMAN, 2007)

Com este conjunto de fatores aliada a uma construção ideológica, se expande a pragmática neoliberal. Nesta seção, a pesquisa abordará como a construção ideológica teve seu papel para que a crise dos regimes de produção tenha sido transferida para a acumulação flexível apoiada em um sistema econômico neoliberal, que conta com mecanismos subjetivos para adotar políticas e reformas estruturais.

Em 1942, foi apresentado ao governo inglês um relatório que buscava atrair trabalhadores para o esforço de guerra denominado Relatório Beveridge. Seu objetivo era a defesa da reconstrução da Grã-Bretanha após o final da guerra atendendo as reivindicações históricas dos trabalhadores ingleses a partir de saúde, educação pública universal e previdência. Em 1945, o relatório dá origem ao Welfare State, que marca o início de uma divisão ideológica entre os que apoiavam e os que se opunham a esta nova era. (GROS, D. 2008)

Além disso, foi implementado o acordo de Bretton Woods que se orientava a partir de três princípios: (i) O sistema de livre conversibilidade e taxa câmbio fixa com paridade ajustável definida pelo FMI, no qual as moedas nacionais eram mantidas fixas em relação ao dólar que, por sua vez, mantinha uma paridade fixa com o ouro. (ii) A reconstrução liderada pelo capital privado norte-americano, que seria financiada pelo BIRD (Banco Mundial) com recursos obtidos pelo lançamento de títulos no mercado financeiro norte-americano. (iii) o comércio internacional multilateral, nos marcos do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), que limitava os subsídios à exportação e as cotas e tarifas sobre a importação. Este sistema ia contra a intervenção do Estado na economia com base no Welfare State. De acordo com Harvey (2005), a maioria dos países europeus tendiam a acreditar no Estado para assegurar o pleno emprego, o crescimento econômico e o bem-estar dos cidadãos. Os governos europeus também defendiam a tese que as empresas estatais deveriam substituir as empresas privadas nos setores em que estas se mostrassem ineficazes. Harvey chama este período de “liberalismo embutido”.

Com o avanço do comunismo na Europa Ocidental, China, França e Itália e a tentativa fracassada de se reconstruir pelo capital privado, os Estados Unidos lançam o Plano Marshall em 1948 a fim de promover a reconstrução da economia europeia por meio de doações oficiais de equipamentos e insumos e abrem o mercado para exportações europeias para proteger sua indústria americana e desestimular a valorização das moedas europeias.

Nas décadas de 1950 e 1960, as economias europeias apresentavam um forte crescimento devido ao plano, sendo aplicado em seu regime. Este período fica conhecido como “milagre econômico”, marcado por políticas econômicas keynesianas de baixas taxas de juros estimulando o investimento privado e o aumento dos gastos públicos com políticas sociais e investimento em empresas estatais.

O desenvolvimento das economias europeias e japonesa ameaçava a supremacia industrial norte-americana. Na década de 1970 o Japão possuía um sistema fabril mais eficiente que os EUA, inovando em sua estrutura e ocupando os primeiros lugares do ranking mundial com seus bancos. (TEIXEIRA, 2000)

Se sentindo ameaçado, os EUA eliminam a conversibilidade do dólar com o ouro em 1971 e abandona o sistema de paridades cambiais de Bretton Woods em 1973. Aliado ao choque do petróleo, as economias europeias e nortes americanas vivem um período de recessão, que provocam o aumento da inflação nos países centrais.

O aumento da inflação, a queda das taxas de juros e a recessão prolongada evidenciavam o fim do padrão de acumulação fordista-keynesiano que havia predominado nas economias

centrais desde o final dos anos 1940. A ideologia neoliberal surge nos anos 1940 e vai ocupando um espaço crescente nas instituições do governo, universidades, veículos de comunicação e em outros espaços que não poderão ser abordados em sua totalidade nesta seção. Pretende-se aqui mostrar como a criação dos *Think Tank's* foi decisiva para viabilizar a divulgação do pensamento neoliberal.

A ideologia neoliberal surge décadas antes de se consolidar politicamente. De acordo com Harvey:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. O neoliberalismo se fortalece a partir da palavra liberdade que desperta o elemento subjetivo dos indivíduos. A partir do conceito abstrato de liberdade, o neoliberalismo identifica a liberdade política com a liberdade para o funcionamento dos mercados. (HARVEY, 2005, p.15)

A ideologia neoliberal foi marcada a partir do lançamento do livro do economista austríaco Friedrich Hayek “O caminho da Servidão” publicado em 1944. Hayek buscava combater a proposta de criação do Welfare State ante a vitória eminente dos trabalhistas nas eleições do ano seguinte. Hayek identificava o liberalismo econômico com o liberalismo político para argumentar que a limitação dos mecanismos de mercado seria uma ameaça à liberdade política que conduziria à servidão moderna comparável ao nazismo e ao comunismo. (ANDERSON, 1995).

Poucos anos depois, Hayek lidera a criação de um grupo de economistas, filósofos e historiadores teóricos incomodados com a proposta do Welfare State e guiados pelas promessas dos princípios do livre mercado. A primeira reunião ocorreu em 1947 no castelo suíço de Mont Pelerin. Entre os participantes do primeiro encontro estavam autores como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madriaga entre outros. Este grupo de ideólogos, que ficou conhecido como a sociedade de Mont Pelerin, passou a se reunir a cada dois anos, funcionando como uma espécie de Franco-maçonaria neoliberal. (ANDERSON, 1995; HARVEY, 2005).

O objetivo desta sociedade Mont Pelerin era montar um “exército de lutadores pela liberdade” para combater as ideias socialistas e renovar o liberalismo clássico. Defendiam os princípios do livre mercado e criticavam o atual keynesianismo que atuava naquele momento. Segundo Harvey (2005), há um baixo rigor científico do pensamento neoliberal e seu caráter ideológico devido à contradição entre o ideal de liberdade individual e a desconfiança em relação ao Estado nutrida pelos neoliberais. A defesa do direito à propriedade privada e à liberdade individual exige um Estado forte. Perry Anderson (1995) aponta que o debate entre os ideólogos era a partir de críticas ao igualitarismo promovido pelo Estado.

Eles deveriam ser capacitados para formular uma estrutura legal do Estado que garantisse a livre-competição e também para formular políticas que dificultassem aos capitalistas a formação de monopólios e cartéis e que restringissem na lei o poder dos sindicatos. Essas foram algumas das sugestões apresentadas por Hayek na reunião internacional de liberais realizada em 1947, em Mont Pelerin, na Suíça. A conferência durou 10 dias, e sua agenda incluiu temas como: ordem competitiva ou livre empresa; historiografia moderna e educação política; o futuro da Alemanha; os problemas e as possibilidades da Federação Europeia; liberalismo e cristianismo; medidas anticíclicas, pleno emprego e reforma monetária; política salarial e sindicatos; tributação, pobreza e distribuição de renda;

política agrícola; e, finalmente, a crise política da época. (GROS, 2008, p. 7)

A sociedade Mont Pelerin acreditava que o igualitarismo do Estado de Bem-Estar Social destruiria a liberdade dos cidadãos e limitaria a concorrência. Para eles, a desigualdade era sinal de que há um estímulo na concorrência que resultaria em prosperidade econômica, e esta promoveria mais oportunidades de emprego e aumento nos salários. Além disso, consideravam que o poder excessivo dos operários através dos sindicatos forçava as empresas a pagar salários incompatíveis com a sua produtividade do trabalho e pressionava o Estado a ampliar os gastos sociais, corroendo a base do sistema de acumulação capitalista.

Para os neoliberais o Estado deveria ter como meta principal garantir a estabilidade monetária, o que exigia a redução dos gastos públicos com políticas sociais e a restauração da taxa “natural” de desemprego capaz de enfraquecer a capacidade de reivindicação dos trabalhadores. Os neoliberais também defendiam a redução dos impostos sobre os rendimentos mais altos para estimular a acumulação de capital. (GROS, 2008; ANDERSON, 1995)

A problemática deste grupo se encontra no seu rápido crescimento que exerceu e exerce até hoje uma grande influência no liberalismo, que até este contexto do debate ainda não era hegemônico. A sociedade inspirou a criação de dezenas de institutos liberais conhecidas como *Think Tanks*. De acordo com Gros (2008), eles surgem como institutos privados de pesquisa que buscavam influenciar a formulação de políticas públicas nos Estados Unidos e Inglaterra, e formar quadros para ocupar cargos políticos no governo e produzir conhecimentos nas áreas de regulação econômica, educação, previdência social, direito das minorias étnicas, etc. orientados a partir de uma visão liberal.

Na Inglaterra, foi criado o IEA (Institute of Economic Affairs) que questionava o keynesianismo e o Relatório de Beveridge e era mantida através de doações de grandes empresários que custeavam as atividades de pesquisa. Na década de 1960, o instituto já possuía mais de 350 doadores ativos e em 1970 vendeu mais de 250 mil exemplares de suas publicações acadêmicas. Suas obras tinham como objetivo difundir o liberalismo no ambiente acadêmico defendendo soluções de mercado para as áreas da saúde, habitação, aposentadoria e educação, assim como a defesa sobre a redução do poder dos sindicatos. De acordo com Gros (2008, p.10): “Após a vitória do liberalismo na Grã-Bretanha, esses militantes vieram a desempenhar papel importante também na internacionalização do movimento neoliberal, nos anos 80”.

Já na Grã-Bretanha, em 1974, foi criado a CPS (Center for Policy Studies). O instituto difundiu ideias dentro do Partido Conservador, propondo políticas concretas a partir dos princípios gerais do liberalismo econômico. Com poucos anos de existência, já tinha 16 grupos de estudos centrados na crítica ao *Welfare State* britânico, sendo um deles responsável pela lei sindical de 1976 que viabilizou a política de enfrentamento dos sindicatos realizada posteriormente por Margareth Thatcher.

Assim, na política inglesa dos anos 70, o Centre for Policy Studies desempenhou um papel importante em duas esferas diferentes. De um lado, lutou uma “guerra de idéias” dentro do Partido Conservador, centrada principalmente na defesa do monetarismo e na necessidade de controlar tanto a inflação quanto a influência dos sindicatos. De outro, o CPS foi importante como centro de recrutamento de pessoas de diferentes origens e variadas habilitações profissionais - empresários, executivos, analistas de sistemas, especialistas em marketing político e jornalistas - interessadas em lutar pelo ressurgimento do liberalismo na Inglaterra. (GROS, D. 2008, p. 11)

Um terceiro Think Tank influente na Inglaterra foi o ASI (Adam Smith Institute), criado em 1976 como uma entidade “independente” do Partido Conservador da Grã-Bretanha. Se especializa na defesa de políticas microeconômicas liberais até que nos anos 80, o instituto já havia se tornado o maior centro de difusão de estudos defendendo a privatização na Inglaterra. Um de seus projetos, o Projeto Ômega, teve bastante influência sobre o segundo governo de Margaret Thatcher. (GROS, 2008)

Já nos Estados Unidos, os *Think Tank's* foram liderados por Hayek e Mises, economistas austríacos, que criticavam as políticas keynesianas e denunciavam a social democracia europeia como forma de autoritarismo. Em 1946, surge um dos primeiros institutos chamado FEE (Foundation for Economic Education), composta por professores universitários para difundir os ideais liberais em defesa da propriedade privada, liberdade individual e livre-mercado. O maior sucesso editorial deste instituto foi a publicação do livro *The Law* do economista vulgar antissocialista francês Frederic Bastiat escrito em meados do século XIX. (GROS, 2008)

O ISI (Institute Society of Individualists), criado em 1953 por estudantes no auge do Macarthismo, também teve grande influência. O grupo antissocialista que cresceu rapidamente no ambiente acadêmico já alcançava 40 mil pessoas com suas publicações periódicas em 1960 e patrocinava bolsas de pesquisa para estudantes em todo o país. Além de perseguir os professores e alunos socialistas, seu objetivo era “preparar lideranças capazes de defender os princípios norteadores da sociedade livre: Estado limitado, liberdade individual, responsabilidade pessoal, livre-empresa e padrões morais judaico-cristãos.” (GROS, D. 2008, p. 15). Ainda nos EUA, o AEI (American Enterprise Institute), funcionava como uma rede que interligava os membros do Congresso.

A criação de revistas acadêmicas, como a *The Freeman* e a *National Reviews*, também cumpriu um importante papel na reconstrução da intelectualidade conservadora norte-americana. A revista *The Freeman*, criada como uma publicação independente, filiou-se ao ISI em 1956 para obter recursos financeiros. Já a *National Reviews* funcionava como o centro de uma rede de instituições conservadoras norte-americanas e difundia os ideais do anticomunismo, do antiestatismo e do catolicismo.

Sintetizando, o neoliberalismo, antes de sua consolidação, houve um movimento ideológico internacional composto por burgueses que financiaram milhões de dólares para conseguir proliferar uma ideia que falsifica e manipula os trabalhadores à consentirem com a adoção de políticas que só beneficiam os próprios capitalistas que propagam esta ideia. A criação de “*Think Tanks*” cada dia mais vem se ampliando e conseguindo movimentar políticos no congresso e ideólogos formuladores de políticas públicas. (GROS, 2008)

Este movimento ideológico já começa a surtir efeitos quando o surgimento de novas moedas provoca a queda de Bretton Woods em 1973 por conta da hegemonia do dólar, e em uma reunião mundial do FMI em 1979 o Paul Volcker presidente da reserva federal decide aumentar as taxas de juros quando escuta a possibilidade de um novo padrão monetário. (TEIXEIRA, 2000).

Além disso, foram tomadas medidas como: aumento na taxa de descontos na reserva federal, condução da política monetária pelo controle dos agregados monetários, aumento das reservas compulsórias dos bancos e a imposição de reservas sobre a captação de empréstimos em eurodólares pelos bancos norte-americanos. As moedas europeias e japonesas sofrem uma desvalorização devido às políticas adotadas. (TEIXEIRA, 2000).

Para Harvey (2005), o aumento das taxas de juros estadunidenses embora tenha sido crucial para a vitória do neoliberalismo, não é suficiente para caracterizar o sistema. Desde os anos 1950 alguns bancos centrais já ressaltavam a importância da responsabilidade fiscal

adotando políticas mais próximas do monetarismo.

Seu argumento central é de que o neoliberalismo não está apoiado apenas na financeirização, mas em um amplo conjunto de políticas governamentais em diversas áreas. Para o autor, o governo de Ronald Reagan pode ser caracterizado pela desregulamentação do mercado de trabalho, desregulamentação da atividade das empresas, cortes de impostos, cortes de gastos em políticas sociais, ataques aos sindicatos e queda do salário mínimo federal.

Segundo Harvey (2005) quando o aumento das taxas de juros provocou a moratória da dívida externa dos países Latino-Americanos, o governo Reagan determinou que o Tesouro Norte-Americano e o FMI deveriam resolver as dificuldades das dívidas externas exigindo como contrapartida a adoção de reformas neoliberais. A partir de então o FMI e o Banco Mundial se converteram no centro de propagação da ideologia do “livre mercado” e da ortodoxia neoliberal impondo aos países endividados as reformas neoliberais como o corte dos gastos sociais, a flexibilização das leis trabalhistas, as privatizações, a abertura financeira etc.

Para Dardot e Laval (2017), os nomes de Thatcher e Reagan simbolizaram o rompimento com o Estado de Bem-Estar social “Welfare State” da social-democracia com a implementação de políticas que prometiam superar a inflação, queda dos lucros e desaceleração do crescimento.

Os autores Baruco e Carcanholo (2011) concordam com o Harvey ao caracterizar o neoliberalismo por um conjunto de políticas na tentativa de restaurar a lucratividade do capital após a crise de superacumulação através da reestruturação produtiva, precarização do mercado de trabalho e financeirização. Para eles, a globalização produtiva estendeu o espaço geográfico do capitalismo para o sudeste asiático e ampliou o espaço de valorização do capital a partir da incorporação de milhões de trabalhadores com baixos salários.

A precarização do mercado de trabalho pode ser expressa a partir do trabalho a domicílio, informalidade e terceirização contribuíram para a taxa de exploração da força de trabalho. Somado à acumulação flexível e ao toyotismo, o processo de reestruturação produtiva resultou na redução do período do capital e na ampliação da taxa de exploração que aumentam os lucros e a produtividade, e conseqüentemente, diminui a demanda do trabalho. A financeirização se alia a este processo para absorver o capital excedente que passou a ser remunerado pelo fundo público desviados das políticas sociais para o capital fictício. (BARUCO E CARCANHOLO, 2011)

Para Campos (2011), a crise de superacumulação das economias centrais na década de 80 foi provocada pelo excesso de capacidade industrial, pela concorrência intercapitalista e pelo desenvolvimento de inúmeros instrumentos financeiros que permitiram aos capitais substituírem a esfera produtiva por atividades especulativas. Segundo o autor, as políticas neoliberais impostas pelos EUA agravaram a crise de superacumulação e foi decisiva para a consolidação do neoliberalismo na periferia do sistema capitalista na década de 1990 pavimentada pela OMC (Organização Mundial do Comércio), Consenso de Washington, Plano Brady e Mercosul.

A OMC surge em 1995 como um desdobramento do acordo do GATT em 1994 que impôs aos países periféricos que limitavam radicalmente a autonomia das políticas de desenvolvimento. Determinaram a abertura comercial restringindo às proteções da industrial nacional e estimularam a liberalização dos mercados financeiros e de capital que ampliavam a liberdade de ação das multinacionais e incluiu regras de direitos de propriedade intelectual que impediu o acesso dos países subdesenvolvidos às tecnologias utilizadas nos países centrais. (CAMPOS, 2011).

Já o Consenso de Washington reuniu economistas de países centrais para a imposição de políticas liberalizantes nos países latino-americanos. Com o argumento de que a

industrialização foi um equívoco para estes países sendo liderados por empresas estatais corruptas e ineficientes, defendiam o controle do déficit fiscal, a delimitação dos gastos públicos, a reforma tributária, taxas de juros positiva e determinada pelo mercado, taxas de câmbio orientadas pelo mercado, política comercial liberal, eliminação das restrições legais ao fluxo do capital internacional, privatizações, desregulamentação do investimento, controle da inflação e o direito irrestrito à propriedade privada. (CAMPOS, 2011 ibdem).

Enquanto o Plano Brady se concentrou em um processo de renegociação das dívidas externas dos países da América Latina em troca de títulos de dívida negociados no mercado financeiro e a adoção de reformas neoliberais. O plano permitiu aos bancos norte-americanos e europeus repassar ao mercado secundário as dívidas dos países latino-americanos. Por fim o Mercosul, assinado em 1991, determinava regras de integração comercial e produtiva entre os países do Cone Sul que indicavam uma liberalização crescente das importações e fluxos de capital no subcontinente. (CAMPOS, 2011)

Percebe-se até aqui que não foram apenas mudanças no processo de trabalho que modificaram o capitalismo nas últimas décadas. O neoliberalismo aparece como uma questão política a partir de estratégias de como impor soluções que beneficiam a manutenção de acumulação de capital enquanto a classe trabalhadora paga o preço de todas as concessões que as políticas impostas causam.

As novas formas políticas foram mais do que uma restauração do capitalismo liberal como os novos políticos da época propunham. O neoliberalismo alterou não só o modo do poder governamental como as referências de quais seriam as regras para o funcionamento e reprodução da acumulação de capital, a partir da subordinação da racionalidade política e social voltada para à globalização e financeirização do capitalismo. O ponto ideológico deste novo sistema econômico é na contradição do discurso ser voltado ao estado mínimo para a tal concorrência agir de forma mais “natural”, mas ao invés disso, temos um reengajamento político do Estado sobre novas bases, métodos e objetivos, como apontam Dardot e Laval (2017, p.188): “No fundo, se o “compromisso social-democrata” era sinônimo de intervencionismo do Estado, o “compromisso neoliberal” era sinônimo de livre mercado.”

O que exatamente quer dizer essa frase? Naturalmente, podemos enxergar nela o que as correntes conservadoras querem que ela contenha: um papel maior da defesa nacional contra os inimigos externos, da polícia contra os inimigos internos e, de modo mais geral, dos controles sobre a população, sem esquecer o desejo de restauração da autoridade estabelecida, das instituições e dos valores tradicionais, em particular os “familiares”. Contudo, há muito mais do que essa linha de defesa da ordem instituída, classicamente conservadora. (DARDOT E LAVAL, 2017, p.188)

As ideias mascaradas foram muito bem expressadas pelos autores Dardot e Laval (2017) quando apontam que os neoliberais se apoiaram no conservadorismo de que a democracia só pode funcionar com certo grau de “apatia e não participação da parte de certos indivíduos e grupos”, havendo um certo limite desejável para a ampliação indefinida da democracia política.

Como apontam os autores Antunes e Pochamn (2007), o neoliberalismo se expande a partir do aumento das privatizações e desregulamentações de todo tipo, do mundo financeiro às leis fiscais, da economia às relações trabalhistas.

Através da reestruturação produtiva instaura-se o *lean production*, isto é, a empresa enxuta, moderna, que constrange, restringe, coíbe, limita o trabalho vivo, ampliando o maquinário tecno-científico, o que Marx denominou como trabalho morto. Ela redesenha cada

vez mais a planta produtiva, reduzindo força de trabalho e ampliando sua produtividade. O resultado está em toda parte: desemprego explosivo, precarização ilimitada, rebaixamento salarial, perda de direitos etc. (ANTUNES E POCHAMN, 2007)

Proliferam, nesse cenário aberto pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva de amplitude mundial, as distintas formas de flexibilização: salarial, de horário, funcional ou organizativa, entre outros exemplos. Desse modo, a flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa”: para desempregar trabalhadores, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; para reduzir o horário de trabalho ou para recorrer a mais horas de trabalho; para ter a possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; para poder subdividir a jornada de trabalho em dias ou semanas segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), entre tantas outras formas de precarização da força de trabalho. (ANTUNES E POCHAMN, 2007, p. 8)

A partir da compreensão dos fatores que levaram ao capitalismo se encontrar em um desemprego estrutural, a próxima seção se dedicará no debate sobre a crise do emprego formal. Ou seja, a pesquisa apresentará os efeitos que estes dois fatores trouxeram para o mercado de trabalho no capitalismo contemporâneo, principalmente para países periféricos.

### **1.3 A crise do emprego formal em um panorama periférico**

Os efeitos da transição do regime de produção se apresentam em vários âmbitos. As mudanças ocorrem tanto em condições objetivas como subjetivas, que vai alterar nosso modo de ser, pensar e agir diante das condições práticas que se apresentam no contexto que vivenciamos no espaço. Por isto, é necessário compreender as condições reais que propiciam a mudança do sistema econômico que vai alterar todo o modo de vida que conduz a sociedade.

A flexibilização dos capitais não afeta somente questões econômicas, mas em todas as esferas da vida cotidiana. Pode-se observar na mudança de estética, da efemeridade da vida e as suas fragmentações que podem ser expressados pela arquitetura, literatura, cultura, conhecimento, organizações sociais, etc. A necessidade de se ter uma estética que privilegia a paisagem no espaço, o modo de vida racionalizador passa para um modo de vida efêmero, que é um efeito da acumulação flexível. (HARVEY, 1992)

De acordo com Harvey (1992), as indústrias de propaganda se alteram para se apropriar as novas perspectivas, a informação se torna o principal insumo do capitalismo. Além disso, a compressão do espaço-tempo também é demonstrada na intensificação do controle desta dinâmica, com inovações tecnológicas e a rapidez e volatilidade das relações.

As fragmentações se manifestam até mesmo em múltiplas formas de subjetividade, seja pelo esvaziamento das pautas identitárias (ao reduzir tudo à sustentabilidade e diversidade sem pensar na lógica comercial voltada para estas medidas), pelas reivindicações das lutas sociais (como raça, gênero e sexualidade), que agora são segmentadas, deixando uma lacuna sobre um objetivo comum e o que se deve combater para garantir essas novas pautas. Além disso, esta nova fase se caracteriza pela dispersão de relações capitalistas em muitos setores e regiões, na qual o poder corporativo se isenta para se adequar a um padrão internacional de acumulação.

Este aspecto se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, alterando assim, as relações sociais, espaciais e temporais que afeta o modo de vida. Portanto, a acumulação flexível ao impor restrições de acumulação de capital vai interferir diretamente no espaço sobre a forma arquitetônica, literária, cultural e social. Esta mudança traz perspectivas que alteram a territorialidade para a homogeneização e facilitam a consolidação e dominância das classes dominantes.

Ao mesmo tempo, a ideologia neoliberal, somada as condições objetivas e subjetivas impostas, parte de uma noção simplista e dogmática em defesa de um Estado mínimo, limitado a assegurar as condições de concorrência do mercado. Harvey (2005) argumenta que os neoliberais reduzem o estudo do ser humano à análise das escolhas maximizadoras dos indivíduos e o funcionamento do mercado, ignorando as outras áreas do pensamento social, em uma compreensão restrita sobre a sociedade.

Boito Jr. (1996) destaca o tripé da plataforma política neoliberal : (1) a abertura da economia ao capital externo, (2) a privatização de empresas e serviços públicos e (3) a desregulamentação das relações de trabalho. O objetivo deste tripé é abrir novas áreas de acumulação para o capital privado e reduzir os gastos sociais assim como os impostos que incidem sobre as empresas. No que tange a desregulamentação das relações de trabalho, o argumento neoliberal é de que o salário real deve ser determinado pela produtividade marginal do trabalho para garantir o pleno emprego<sup>4</sup>, a tentativa do Estado ou dos sindicatos de aumentar os salários de forma artificial resultaria em desemprego no curto prazo, além de afugentar os investidores, ampliando o desemprego no longo prazo.

O caráter ideológico do neoliberalismo fica evidente em suas contradições a partir de suas políticas implementadas e seus discursos baseados em princípios individualistas e racionais. Quando estas contradições aparentam que na verdade a funcionalidade destas políticas foi guiada para interesses capitalistas de se reerguer em momentos de crise no sistema de acumulação de capital e não de se gerar um desenvolvimento que atinja todos os indivíduos.

Um dos artificios ideológicos do neoliberalismo é esconder as determinações de classe, limitando-se a tratar o indivíduo tal como aparece isolado nas relações de troca no mercado, em um mecanismo ideológico que Marx chamou de fetichismo da mercadoria. O neoliberalismo cria a cultura do empreendedorismo responsabilizando o indivíduo por seu “sucesso” ou “fracasso”<sup>5</sup> em obter uma remuneração digna para seu sustento, com o objetivo de enfraquecer as organizações coletivas minando a capacidade dos trabalhadores de enfrentar o poder da classe capitalista cada vez mais coeso e organizado nos planos doméstico e internacional. Segundo Alfredo Assad Filho (2015, p.67)

A ideologia da autorresponsabilidade tem sido especialmente importante, ao privar os cidadãos de suas capacidades coletivas, eviscerar a cultura das classes trabalhadoras, colocar o mérito do sucesso e o peso do fracasso sobre os indivíduos isolados, e sugerir que a solução de todos os problemas sociais requer uma nova rodada de individualização e financeirização do intercurso social. A ideologia neoliberal é fragmentada demais para oferecer uma representação coerente da sociedade. Ao invés disso, ela fornece um discurso populista baseado em noções pouco definidas de “liberdade individual”, “concorrência” e “democracia”, que justificam um conjunto de políticas estatais frouxamente articuladas, mas que favorecem sistematicamente o capital em geral e as finanças em particular. Essas características dão

---

<sup>4</sup> No neoliberalismo, a produtividade marginal do trabalho é o indicador para determinar o salário do trabalhador, no qual é baseado em um equilíbrio entre o custo marginal para o nível de produção. Sendo assim, quando há queda na produção, o salário do trabalhador tende a abaixar. De acordo com os neoliberais, este salário e a luta por um valor digno devem ser feitos pelo poder de barganha entre trabalhadores e empresários.

<sup>5</sup> Dardot e Laval, p. 117 (2017)

ao neoliberalismo uma aparência de propósito no campo das ideias e uma considerável resiliência na prática. Essas políticas não podem ser contestadas facilmente, pois a reestruturação neoliberal da economia e da sociedade anulou as estruturas anteriores de representação política e reduziu drasticamente o espaço para os debates sobre a política econômica e social.

Boito Jr (1996) destaca a apologia do mercado e da privatização baseadas em discursos que exaltam a eficiência e a iniciativa inovadora e progressista do capital enquanto sustenta a ideia de que o Estado seria um espaço de desperdício, burocratismo e privilégios. Para o autor, este discurso que se instalou no senso comum distorce a compreensão da realidade criando uma subjetividade hegemônica extremamente desvantajosa para as classes populares. “Numa palavra, trata-se de uma velha ideologia que desempenha uma função política nova e, em parte, paradoxal: a de exaltar o mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais.” (BOITO, 1996, p. 1)

Outro artifício ideológico utilizado pela ideologia neoliberal é apresentar a subordinação crescente dos trabalhadores em todo o mundo à lógica de dominação e exploração das relações de produção capitalistas como um processo que promove o desenvolvimento social beneficiando toda a população.

A ideologia neoliberal apresenta essa pretensa nova realidade globalizada como produto da vitória do desenvolvimento natural dos mercados sobre qualquer tipo de regulação ao seu livre funcionamento. O que se observa, de fato, é que a internacionalização do capital, em todas as suas formas (capital dinheiro, produtivo e capital-mercadoria), antes de um processo natural de evolução mercantil, é fruto de políticas de desregulamentação, liberalização e abertura dos próprios países, centrais e periféricos, do capitalismo mundial. Mais uma ironia da história! A realidade das últimas décadas, defendida e hipostasiada pelos neoliberais, é fruto de decisões políticas que passam, dentre outros canais, justamente por aquilo que eles pretendem negar, o Estado. (BARUCO e CARCANHOLO, 2009, p. 12)

Em síntese, a ideologia neoliberal é uma construção subjetiva criada de forma deliberada pelos capitalistas norte-americanos com o objetivo de apresentar seus interesses particulares como interesses universais. A construção da ideologia neoliberal foi pavimentada pelo financiamento e apoio amplo de rede de instituições de ensino, pesquisa e lobby político (*think tank's*, mídia, escolas, religião, famílias) com o objetivo de difundir uma visão que tem como base a tese de que a liberdade para a atuação dos indivíduos racionais e dos mercados autorregulados asseguram a alocação mais eficiente dos recursos sociais, promovendo o bem-estar de toda a população.

No entanto, ante as inúmeras contradições entre as promessas do neoliberalismo e seus resultados concretos, fica evidente que os autores e instituições que propagam as teses neoliberais não acreditam e não agem de acordo com as teses que propagam. O que deixa claro a natureza do neoliberalismo enquanto forma de manipulação deliberada das classes dominadas com o objetivo de diminuir as resistências às condições de dominação e exploração do capital.

Assim, a ideologia neoliberal pode ser caracterizada por um conjunto de ideias contraditórias que foram construídas a partir de uma filosofia burguesa a fim de persuadir a classe operária a não formar uma filosofia (modo de reflexão sobre a realidade) operária. (PAES, 2019) O que vimos até aqui é que o efeito da transição dos modos de produção somada ao

neoliberalismo como sistema econômico ideológico trazem consequências para além do mercado de trabalho.

Em relação ao mercado de trabalho, podemos nos questionar que até mesmo as taxas de desemprego foram alteradas em sua forma de consideração do que se é produtivo, visto que o setor de serviços e administração pública por exemplo, já não podem mais ser considerados produtivos hoje em dia. E aí temos a seguinte reflexão: Como compensar esse hiato entre produção e consumo? Através do estímulo de consumo por meios creditícios, advindos da financeirização, visto que os trabalhadores foram expulsos da maior parte dos processos produtivos.

Assim, a crise do emprego não é só a diminuição da força de trabalho e aumento do desemprego, mas também um deslocamento crescente da força de trabalho dos processos produtivos para setores improdutivos e/ou precarizados do ponto de vista da mais valia. Estes setores improdutivos podem ser considerados o comércio, financeiro, prestação de serviço pessoal, etc. Um dos mecanismos para amenizar este contexto é através do incentivo do empreendedorismo, ou seja, o trabalhador deve produzir para si mesmo, sem poder contar com direitos trabalhistas e segurança para conseguir alterar suas condições práticas.

Neste contexto, os países periféricos lidam em situações mais agravantes comparada aos países centrais. O Brasil, um país latino-americano e, de acordo com Antunes e Pochman (2007), no conjunto das famílias de baixa renda, a taxa de desemprego subiu de 9,4% para 13,8% entre 1992 e 2002, enquanto para o conjunto de maior remuneração, o desemprego passa de 2,6% para 3,9%. Ou seja, para as famílias de baixa renda o aumento foi de 2,7 milhões em 1992 para 4,8 milhões em 2003, assim como para classe média alta o que antes afetava 232 mil pessoas, abrangeu para 435 mil em 2002. Antunes e Pochman (2007) ainda trazem a relação da população ativa no interior do mercado de trabalho que dependem exclusivamente do trabalho como determinante da situação de vida e renda. Entre 1989 e 2005, o desemprego passa de 1,9 milhão para 8,9 milhões de trabalhadores economicamente ativos procurando por emprego.

Além disso, ainda houve piora nas condições e relações de trabalho, desvalorização do salário mínimo, valorização do seguro desemprego, entre outras modalidades de políticas públicas para o trabalho (qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra).

A globalização neoliberal na periferia, portanto, ao contrário do ciclo de industrialização, que tinha um crescimento da produção acompanhada do aumento do emprego, o atual ciclo econômico “asfixia” o potencial crescimento do país. (ANTUNES E POCHMAN, 2007)

Coriat comenta sobre a acumulação flexível no Brasil ser incorporada em sua essência como um modelo centrado na flexibilidade externa. O autor indica que o país não estava pronto para incorporar um novo processo de produção que garantisse qualificação do trabalho e estabilidade de emprego, e que só resta o método japonês para melhorar a produtividade: “os métodos japoneses, são, no Brasil, utilizados como ferramentas de racionalização do já existente, sem nada mudar das lógicas fundamentais tayloristas e fordistas que constituem o fundamento da indústria tradicional.” (CORIAT, 1994, p. 12)

“introduzir o método japonês, em seu princípio, significa assegurar a transição e um modelo de trabalho centrado na flexibilidade externa a um modelo centrado na flexibilidade interna. Nada, de fato, das vantagens essenciais do Ohnismo – que finalmente consistem em conjugar produtividade e qualidade – pode ser obtido se as organizações produtivas não são construídas sobre o trabalho qualificado, polivalente e responsável. E, se uma estabilidade no emprego não é assegurada aos trabalhadores, condição para que se constituam as aprendizagens essenciais à qualidade e à produtividade. Assim, no Brasil, muito

especialmente, a passagem de um modelo a um outro não pode se fazer – no decorrer do tempo – senão sobre a base de novos compromissos sociais, tanto dentro como fora da empresa, capazes de assegurar a longo prazo e ao seu tempo, a estabilização e a modernização do assalariado industrial e a revitalização da competitividade da indústria brasileira. (CORIAT, 1994, p. 13)

Em contextos de regiões periféricas em países periféricos, a situação se torna ainda pior. A Baixada Fluminense, região composta por 13 municípios concentrada no estado do Rio de Janeiro, acompanhou este processo absorvendo as necessidades do capital. No período de industrialização, a região era considerada como municípios caracterizados de cidade-dormitório, na qual os trabalhadores residiam nestes locais apenas para dormir enquanto trabalhavam em cidades próximas.

Com a reestruturação produtiva advinda do neoliberalismo, o Estado promove políticas públicas para promover a região industrial em vista de tornar os locais à borda da metrópole aptos à absorver a produção que precisa se expandir a baixos custos. Através de incentivos fiscais, construção de rodovias e modernização dos principais municípios da região, a dinâmica produtiva se altera e conseqüentemente o modo de vida da população também. Entretanto, ao contrário do que se espera de acordo com os keynesianos, mesmo com investimentos voltados à produção, ainda assim não houve um acompanhamento deste crescimento no mercado de trabalho formal.

Portanto, o neoliberalismo e a acumulação flexível difundiram uma reestruturação produtiva no espaço que vai afetar diretamente o mercado de trabalho, principalmente nas periferias. E é este ponto que veremos no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO II - BAIXADA FLUMINENSE, MERCADO DE TRABALHO E ECONOMIA REGIONAL**

A partir do debate sobre o que aqui considera-se que o neoliberalismo e a acumulação flexível afetaram diretamente nas regiões periféricas, tanto em países, estados como cidade. Contudo, a intenção não é a de deixar de lado às escalas de cada espaço, nem mesmo de entender o neoliberalismo e a acumulação flexível como fatores separados que acrescentam para a crise, mas sim, a de entender como no capitalismo essas peculiaridades merecem uma atenção teórica para se compreender o espaço em sua contextualização mundial. Enquanto o neoliberalismo se consolidava no contexto político, os regimes de produção já encaravam mudanças e estratégias que pouco a pouco iriam alterar a dinâmica produtiva e espacial, principalmente em regiões que ainda não tinham sua estrutura consolidada para lidar com essas transições.

Neste mesmo contexto, essas transições causaram uma reestruturação produtiva que apresenta avanços em termos de variáveis econômicas, mas que não auxiliam na construção de uma comunidade igualitária e com autonomia a partir de suas políticas públicas. Este capítulo se dedica a apresentar a região da Baixada Fluminense como um dos casos que lida com os efeitos da reestruturação. Para isso, o objetivo do capítulo é contextualizar a região, desde sua formação histórica até o contexto da reestruturação produtiva que modificou não só a dinâmica produtiva mas todas as condições de vida daquele espaço.

A primeira seção apresenta sua formação histórica e econômica, com o intuito de

compreender como a região se instaura atualmente. Acredita-se que com a reestruturação na Baixada Fluminense, a região enfrenta a contradição entre o crescimento produtivo e o mercado de trabalho principalmente a partir depois da crise política de 2015.

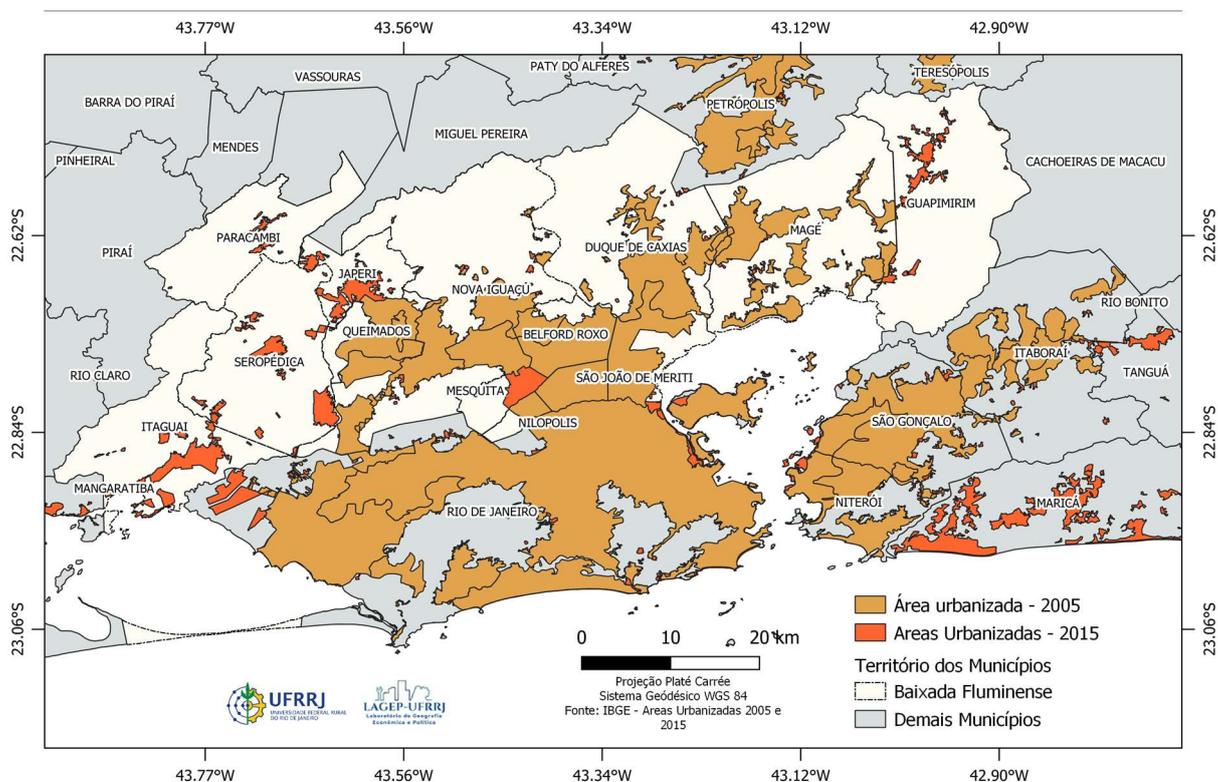
Na segunda seção, apresentaremos o conceito de reestruturação produtiva e como ela decorre na Baixada Fluminense. O debate interpreta os fatores da crise do emprego como uma contradição imposta por desenvolvimentistas que o fomento à industrialização promoveria o desenvolvimento não só econômico. Todavia, ao compararmos o contexto no qual estas mudanças foram ocorridas, percebe-se que é apenas uma mudança para alocar e seguir a lógica de acumulação do capital.

## 2.1 Baixada Fluminense – formação econômica-social-regional

A Baixada Fluminense é uma região composta de 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Localizada no estado do Rio de Janeiro, a região pode ser definida como uma periferia metropolitana.

A compreensão regional desta área atualmente é extremamente complexa e atravessa elementos de sua identidade e da urbanização. Nesta pesquisa, a Baixada Fluminense é definida a partir dos 13 municípios, a chamada “Baixada política” (SIMÕES, 2007; ROCHA, 2013). [ver mapa 1]

**Mapa 1:** Localização dos Municípios da Baixada Fluminense e as áreas urbanas



Fonte: Rocha, 2023

Atualmente, a região passa por uma reestruturação produtiva que será analisada na

segunda seção deste capítulo. Para se compreender a Baixada hoje, deve ser analisado seu processo histórico espacial e socioeconômico que caracteriza a metrópole fluminense.

Há de uma forma geral uma abordagem muito comum nas pesquisas sobre a região, a ideia de que a Baixada Fluminense sustentou um retrato de “cidades-dormitórios” até o início do século XXI (LAGO, 2007; ROCHA; MELCHIOR, 2020). Aqui, considera-se cidade dormitório como aglomerados urbanos surgidos nos arredores de uma grande cidade tipicamente para servir de moradia a trabalhadores da cidade-núcleo da região. Entretanto, este cenário vem dando sinais de mudanças. A região vem recebendo investimentos que alteraram sua dinâmica produtiva e espacial a partir de estratégias fiscais para atração de plantas produtivas, a região assiste nas últimas décadas a construção de rodovias, novas indústrias e empreendimentos imobiliários de classe média. Porém, para isso, devemos analisar o motivo da Baixada ter sido alvo de grandes investimentos a partir da consolidação da acumulação flexível e o neoliberalismo.

No século XIX, outras dinâmicas davam vida a região no que se refere ao fluxo de pessoas, mercadorias, políticas públicas, investimentos privados e o sistema produtivo em geral. A agricultura, assim como na maior parte do Brasil, era a principal atividade econômica da região, se beneficiando da presença de inúmeros rios navegáveis para transporte de pessoas e escoamento de mercadorias, principalmente o café. Com a construção da estrada de ferro D. Pedro II, ocorre uma alteração logística que vai trazer um novo município em 1846: Estrela, localizado atualmente em Nova Iguaçu. (RODRIGUES, 2005)

De acordo com Silva (2013), surgem os primeiros indícios de uma visão da região como um lugar distante, com poucos recursos e infraestrutura precária a partir da Estrada de Ferro Dom Pedro II feita para escoamento de mercadorias do interior ao porto. Toda logística da região se altera, visto que o meio de transporte mais utilizado era o fluvial. As muitas águas existentes na região - e por isso o nome fluminense incorporado à Baixada – eram vistos como obstáculos em vez de solução. Os rios que eram primordiais se tornaram entraves para o novo meio de transporte que surgia na época.

O surgimento de uma estrada de ferro que liga o centro do Rio a áreas mais distantes do interior do estado, especificamente na ala oeste da baía, fez nascer a noção de periferia. Os povoados, aglomerações, bairros e até mesmo cidades foram se constituindo, às margens das linhas férreas. (SOUZA, 2015)

Ao longo dos anos do século XX, toda a dinâmica da ocupação espacial se altera, na qual o espaço geográfico vai se constituindo e alterando a partir das atividades econômicas e dos fluxos existentes, tanto de pessoas como de mercadorias. A acessibilidade e mobilidade que a estrada de ferro proporcionou, atraiu pessoas, estabelecimentos industriais e empresariais e a formação de centros de serviços e comércio, o instaurando uma nova urbanização. A tendência de aglomerações à beira dos rios dá lugar a ocupação à beira das ferrovias, provocando o desenvolvimento demográfico nesses locais e o surgimento de bairros, distritos e cidades.

Em 1909 é construído um projeto de saneamento para terras potenciais em agricultura na Baixada Fluminense, organizado pelo governador Nilo Peçanha, que contratou engenheiros para fazer um levantamento da região, revelando a importância da atividade econômica da Baixada para o estado. (SOUZA, 2015)

A Baixada Fluminense era vista como toda a planície que se estendia de Itaguaí a Campos até o ano de 1933, quando foi criada a Comissão Federal de Hildebrando de Góes. Após essa, foram criadas outras comissões federais de saneamento, na qual tiveram como objetivo viabilizar o uso agrícola na região que hoje corresponde a Baixada Fluminense. O interesse era gerar condições hidrográficas e sanitárias com o propósito desenvolver as atividades agrícolas, visto que a função era fornecer produtos alimentícios à capital e atender demandas internacionais. (SILVA, 2013; OLIVEIRA, 2003).

Isto proporcionou investimentos em infraestrutura, abrindo avenidas e ferrovias e

modernizando os portos, com a finalidade de melhorar o fluxo das mercadorias produzidas no solo fluminense. Estes investimentos vão fazer com que a região se torne, até meados do século XX, um local de grande produção no setor primário. Vale ressaltar que estes investimentos proporcionaram uma região com uma maior dinâmica produtiva, mas que não era voltada para o desenvolvimento dos municípios como um todo, apenas nas regiões estrategicamente localizadas para a produção.

Além do estímulo estatal presente nas comissões federais e incentivos, ocorre o estímulo dos países centrais para a produção dos seus insumos através de financiamentos, exportações de maquinarias e tecnologias aos países periféricos com a finalidade de direcioná-los a este tipo de especialização. É a partir destes estímulos que o mercado da citricultura ganha espaço na produção brasileira, fomentando ainda mais a dinâmica produtiva na Baixada Fluminense.

Nova Iguaçu, que nesta época era o único município da Baixada Fluminense, e que até hoje se mantém como um dos municípios mais importantes da região, foi o principal produtor de laranja no estado do Rio de Janeiro, e até mesmo para o Brasil. É lá onde surgem umas das mais importantes variedades cítricas para o país: a laranja pera e mexerica.<sup>6</sup>

De acordo com a pesquisa de Souza (2015)<sup>7</sup>, foi reunido o número de proprietários e pés de laranja, no ano de 1931, onde ressalta a alta produtividade de alguns municípios da Baixada, como Nova Iguaçu e seus distritos: Nilópolis, Mesquita, Queimados e Belford Roxo. (Tabela 1)

**Tabela 1:** Número de proprietários e pés de laranja por distrito no ano de 1931

Localidade	Número de Proprietários	Número de pés de laranja
Nova Iguaçu	330	1.363.174
Nilópolis	25	55.700
Mesquita	145	352.660
Austin	76	289.510
Cabuçu	64	349.360
Queimados	59	125.620
Belford Roxo	23	54.750
Morro Agudo	163	689.150
Total	885	3.275.824

Fonte: (SOUZA, 2015)

Entre 1920 a 1940, ocorre o período de *boom* da produção agrícola no Brasil, em grande parte devido à produção da Baixada Fluminense. Mesmo com concorrentes internacionais

<sup>6</sup> (SOUZA, 2015, p. 21). Artigo disponível em <http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/handle/1235813/5>

<sup>7</sup> É importante expor também que esta produção de laranjais, que ocorre neste período, se deu não somente no município de Nova Iguaçu, mas também em alguns de seus distritos, como Queimados, Belford Roxo e Mesquita. Todavia, com a falta de autonomia, estes distritos não conseguem expandir a produção além da própria sustentação.

potentes, o Brasil pôde comandar esta expansão das produções devido ao seu amplo território, clima favorável, mercado interno e mão de obra para a produção agrícola. Na década de 1930, o estado do Rio contemplava 33% da sua área total plantada do país em laranjais, na qual o município de Nova Iguaçu contemplava a maior parte desta área<sup>8</sup>. Após a queda da produção de café e açúcar, a laranja se torna a principal *commoditie* .

Este período significou para a região o acesso a investimentos públicos que transformaram a dinâmica espacial, dando novos sentidos à região. Exemplos deste fato estão na construção das Rodovias Washington Luís, a estrada Rio-São Paulo, a Avenida Automóvel Clube e a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil que, em 1943, se estende até Japeri e melhora a velocidade de circulação de pessoas e mercadorias. (MAIA E RODRIGUES, 2009; OLIVEIRA, 2003).

O *boom* da produção se encerra com: o fim da Segunda Guerra Mundial; com a crise do combustível que gerou uma crise no escoamento da produção, que com a expansão do projeto urbano-industrial no Brasil após 1930, deu novos usos ao território, muitas vezes até indevidamente, resultando insuficiência do mercado interno. Estes fatores foram preponderantes para que a Baixada buscasse novas formas para recuperar a economia local. Na segunda metade do século XX, a Baixada Fluminense se constitui como periferia, no qual com a jogada um local do mercado imobiliário e uma alternativa para os migrantes nordestinos foi feito estrategicamente para servir de moradia para classe de trabalhadores com baixa renda, mesmo com extensas áreas sem um prévio planejamento urbano e sem mínimas condições de infraestrutura.

A citricultura, que até então era a atividade econômica predominante no Rio de Janeiro, teve seu fim nesta época, abrindo espaço para a industrialização que no país estava em voga no momento. Este fato significou a remoção dos últimos obstáculos para ocupação urbana, colaborando assim para o transbordamento da metrópole fluminense em direção aos municípios da Baixada Fluminense. (MAIA E RODRIGUES, 2009)

Entre 1960 e 1990, além da urbanização acelerada, ocupação desordenada, ausência de infraestrutura, abandono dos poderes públicos, omissão dos governos estaduais e federais, a Baixada Fluminense apresenta altos índices de violência. Já conhecida como uma região homogênea e cidades dormitórios, o espaço serve de produção para grandes indústrias à grandes custos, e que fornece a dinâmica produtiva da metrópole fluminense. De acordo com Lago (2007), em 1980, no estado do Rio de Janeiro, 48% dos ocupados trabalhavam no município em que moravam, aproximadamente 590 mil pessoas.

Neste período, grandes indústrias já se instalaram na região, como a REDUC, Bayer, Compactor, Granfino e Ambev. Os municípios que iniciaram esta industrialização são Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Como já mencionado, a citricultura foi realizada em Nova Iguaçu, enquanto a indústria petrolífera se inicia em Duque de Caixas. Entretanto, é notável a participação estatal para esta expansão e chegada de grandes produções, enquanto a melhora nas condições sociais se mantém precarizado, com aumento da concentração de renda e da desigualdade social. (MAIA E RODRIGUES, 2009)

Esta participação do Estado promove estratégias para a região, que com a Segunda Guerra Mundial e as crises políticas, sociais e econômicas ocorrendo internacionalmente e nacionalmente, precisou ser repensada e planejada para uma nova dinâmica que o sistema exigia naquele momento.

Na segunda metade do século XX, com o fim da guerra, a população brasileira se vê diante de transformações sociais, demográficas, culturais e econômicas. A industrialização na

---

<sup>8</sup> (SOUZA, 2015, p. 23). A tabela foi retirada no artigo de Ricardo Luiz de Souza – E os Pomos eram de Ouro: A importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à 1940.

Baixada precisou ser compreendida através da transição da dinâmica agrícola para a industrial no Brasil neste período.

A cidade do Rio de Janeiro, ainda como capital do país, atrai investidores para a industrialização, ocupando cerca de 220 indústrias de médio e longo porte que se instalaram em bairros de subúrbio no Rio de Janeiro.

As condições favoráveis dos terrenos após os investimentos em saneamento nos anos 1930 tornou possível o processo de industrialização na Baixada Fluminense. De acordo com Maia e Rodrigues (2009), havia abundância de água nessa porção de terra, drenada por muitos rios, que outrora eram aproveitados para outros fins econômicos.

Além disso, os baixos preços de lote devido a inexistência de infraestrutura, incentivos fiscais ao movimento migratório, a eletrificação da Central do Brasil (1930), a inauguração da Avenida Brasil (1946) e da Rodovia Presidente Dutra (1951) foram mudanças que proporcionaram transformações na estrutura ocupacional e no fluxo de capital e de pessoas na região. (MAIA E RODRIGUES, 2009).

Nova Iguaçu é um dos locais que mais se percebe a produção do espaço na industrialização. Com o aumento de residentes, a cidade passa a ser atraída por seu baixo custo e fácil locomoção à metrópole, além do fato de o mercado estar em ascensão no contexto. Como a prefeitura estava direcionada à industrialização do município de Nova Iguaçu, os distritos iniciam o debate em torno das emancipações. (SIMÕES, 2007)

A partir da arrecadação que os distritos estavam recebendo, e ainda pela constatação do alto índice de pobreza e condições precárias de infraestrutura, os distritos iniciam a contestação sobre a possibilidade de emancipação. No entanto, apenas Duque de Caxias e Nilópolis em 1943 e, São João de Meriti em 1947 conseguem sua emancipação. Devido a ditadura militar, os outros municípios só conseguiram concretizar esta emancipação nos anos 1990.<sup>9</sup>

Em 1950, as proporções industriais dos municípios da Baixada Fluminense já apresentavam grande presença nestes municípios<sup>10</sup>. Mesmo com este aparente crescimento econômico, cerca de 61.45% dos moradores da Baixada que exerciam a função de comerciante, trabalhavam fora do município em que residiam, enquanto os industriários eram cerca de 75.73%. (MAIA E RODRIGUES, 2009, p. 8).

Com a industrialização, que perdura de 1950 a 1990, Nova Iguaçu se mantém como um dos maiores municípios em níveis produtivos e possuía o 8º maior orçamento do estado. A presença de grandes centros comerciais de negócios diversificados, e acomodação de indústrias importantes como Bayer, Compactor e Granfino foram a atenção dos poderes estatais naquele momento.

Com a mudança da função administrativa para Brasília, a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro e o II PND ocorre uma descentralização das atividades industriais no Sudeste. (OLIVEIRA, 2003)

A partir dos anos 1990, em especial nos anos de 2020 a região começa a sentir a escala da reestruturação produtiva espacial a partir da dispersão das indústrias no entorno das cidades metropolitanas (ROCHA, 2014; OLIVEIRA, 2015), que será analisada na seção a seguir.

## **2.2 A reestruturação produtiva espacial na Baixada Fluminense sob a ótica neoliberal**

---

<sup>9</sup> Para entender o processo de emancipação de cada município, ver (Maia e Rodrigues, 2009, p. 14-18)

<sup>10</sup> No final desta década, Nova Iguaçu sediava 27 firmas construtoras, 11 fabricantes de esquadrias, inúmeras olarias e pequenas fábricas de artefatos de cimentos (RODRIGUES, 2005).

A importância de tratarmos esta seção na reestruturação produtiva espacial está ligada ao fato de como o mercado de trabalho faz parte deste processo. O contexto do mercado de trabalho está totalmente atrelado ao acúmulo de capital voltado para outro tipo de produção, que agora, demanda outro tipo de mão-de-obra, e por sua vez, cada vez menor.

Aqui pretende-se compreender como se deu o processo de reestruturação que gerou uma espacialização capitalista, como define Soja (1993). Esta espacialização ocorre de maneira planejada para adequar a sociedade e seu trabalho para novas diretrizes.

É necessário compreender o conceito de reestruturação e seus efeitos no mercado de trabalho, analisando desde os seus conceitos até em como isto ocorre em regiões periféricas, como o Brasil e a região da Baixada Fluminense.

O período de reestruturação ocorre a partir dos anos 1970 internacionalmente, quando o neoliberalismo se consolida e novas estratégias são feitas para reorganizar o mercado. Alguns autores vão chamar este período de reestruturação produtiva. Para isto, apresentaremos o conceito para que a contextualização espacial do mercado de trabalho seja mais compreensível para o nosso tema de pesquisa.

Inicialmente, para pensarmos em reestruturação produtiva, deve-se ter em mente que é o processo de uma estrutura passar por uma reformulação, uma reorganização da própria estrutura. Entretanto, não é necessariamente uma passagem, e sim, um movimento no qual as estruturas (nova e antiga) se entrelaçam e se misturam. Esse processo de reestruturação atinge o espaço e a sociedade como um todo. (SOJA, 1993)

Neste contexto, os espaços que passam pela flexibilização e inovações por todos os setores da vida, começam também a lidar com as transformações advindas de novos investimentos e geração de capital advindo de outros meios. A partir de um olhar dialético, entende-se que as estruturas não são fixas nem estáveis, e sim, possuem um equilíbrio provisório que quando abalado ocorre uma desestruturação-reestruturação. Porém, isto ocorre em uma própria estrutura, constituindo um movimento de estruturação-desestruturação-reestruturação. (LENCIONI, 1998b)

Para Gomes (2011), a reestruturação se constitui de um movimento de continuidades e descontinuidades, onde ocorre de forma conjunta e heterogênea. Neste sentido, a reestruturação é algo que apresenta resíduos, no qual coexistem elementos pertencentes a primeira e a segunda estrutura. O novo e o velho se misturam, como por exemplo, empresas industriais aderindo características fordistas e flexíveis ao mesmo tempo, seja entre áreas ou em processos dentro da mesma área.

Na reestruturação produtiva espacial, por ter essa questão de transição na qual permeia o novo e o velho, as empresas acompanham essa transição heterogênea entre si e dentro delas também, ou seja, a transição de um novo regime de produção ocorre para cada empresa em temporalidades diferentes. Este fato ocorre pelas condições de cada empresa possui para acompanhar o mercado no sentido de investimento, informação e inovação. Por isso, cada empresa possui sua temporalidade distinta no processo de reestruturação. (GOMES, 2011)

De acordo com Soja (1993), a reestruturação simboliza uma ruptura de tendências seculares, ou seja, uma mudança significativa na vida social, econômica e política. O autor apresenta este movimento como um desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição.

Além disso, este processo ocorre como uma resposta aos gargalos que as estruturas vão apresentando e impedem à lógica de acumulação de capital. A busca por lucros e maior controle social se dividem em dois efeitos: na intensificação na divisão do trabalho, novas necessidades de consumo, novas esferas de produção, maior concentração e centralização do capital e enfraquecimento da organização e militância trabalhista, assim como na extensificação dos mesmos: alargando a divisão do trabalho, abrindo novos mercados, expansão geográfica de

mão de obra e matéria prima barata e aumento da exploração do desenvolvimento desigual. (SOJA, 1993; GOMES, 2011)

Para Alves (2009) as mudanças ocorridas no mundo a partir de 1970 podem ser chamadas de complexo de reestruturações capitalistas. Estas reestruturações atingem não só a dinâmica produtiva, como o espaço, a economia (financeirização), política (estado neoliberal), cultura (pós-modernismo), tecnologia (III Rev. Industrial com suas 3ª e 4ª revoluções tecnológicas) e psicologia social, mas principalmente, o mundo do trabalho. Assim, a reestruturação produtiva expõe as condições da crise estrutural do capital, a flexibilidade do “estatuto ontológico-social do trabalho assalariado”.

Soja (1993) sustenta o argumento de que há várias concepções para se descrever este período da reestruturação, mas traz uma boa passagem quando analisa a reestruturação como um ciclo do capitalismo e suas necessidades de arranjar maneiras de se acumular (SOJA, 1993, p. 85):

Esse regime característico de acumulação, baseado na consolidação de uma divisão internacional do trabalho repartida num centro mundial dominante-industrial-imperialista e numa periferia mundial dependente-agrícola-subdesenvolvida, bem como na estrutura empresarial mais centralizada do capital monopolista e financeiro, descreveu um curso de desenvolvimento histórico semelhante ao do regime competitivo-empresarial que o precedera. Emergindo, claramente, no período de crise e reestruturação do fim do século XIX, tornou-se a base do surto de crescimento expansivo do começo do século XX, apenas para mergulhar em sua própria fase de crise e reestruturação durante a Grande Depressão. O capitalismo monopolista, entretanto, não desapareceu, assim como sua afirmação como regime predominante de acumulação não apagou seu antecessor. O que se desenvolveu foi uma outra “camada”, um regime reorganizado de acumulação, articulado com seus antecedentes residuais e apto a coordenar a recuperação da mais profunda depressão da história/geografia capitalista.

O autor ainda ressalta o desenvolvimento regional que estava em voga nos anos de 1950 a 1970, mesmo havendo barreiras do mercado privado, que com as crises, rapidamente foram encerradas.

Todos compartilham de um modelo similar de crise da mudança histórica e geográfica; uma ênfase na análise das classes e no processo de trabalho; uma apreciação da importância da tecnologia e da estrutura empresarial na diferenciação da produtividade e dos lucros; uma atenção explícita para com a interação entre a espacialidade, a política e o papel do Estado; um interesse pela análise da internacionalização do capital e da aceleração concomitante da mobilidade do capital e da migração da mão de obra; e uma visão que reconhece, em graus variáveis, a natureza geral e a singularidade particular da espacialização capitalista. As interpretações mais específicas giram, tipicamente, em torno de um ponto crucial histórico, situado no fim dos anos sessenta ou início dos setenta, e seu eco das Grandes Depressões do passado; e há uma franca aceitação da hipótese geral da reestruturação: a de que estamos, atualmente, em meio a um período em que o capital e o trabalho estão sendo significativamente reorganizados, numa tentativa (ainda não completamente bem-sucedida) de restabelecer o aumento dos lucros e reforçar a disciplina do trabalho, em parte através de ataques diretos à organização, aos salários e aos padrões de vida da classe trabalhadora. (SOJA, 1993, p. 87)

A problematização destas mudanças está no quanto isso afetou as periferias. Essa realocação das logísticas intensificou os padrões preexistentes de desenvolvimento regional desigual, fortalecendo as divisões entre centro e periferia. De acordo com Soja (1993) enquanto os centros usufruíram da predominância do poder econômico e político, as periferias “mergulharam mais fundo no relativo empobrecimento, chegando, em alguns casos, à fome

pandêmica.” (p. 87)

Essa nova dinâmica traz a partir da espacialização capitalista, uma inversão dos papéis das regiões, nas quais os centros passam por uma desindustrialização, enquanto as periferias iniciam com uma série de políticas voltadas para o crescimento industrial e expansão econômica. Este processo demanda de ciclos de crescimento e queda advinda de superacumulação de capital em setores que vão se alterando conforme a lógica, tudo isto sendo carregado por uma intensificação da precarização do trabalho. (SOJA, 1993)

Este debate é importante para avaliarmos a questão central da pesquisa. Ao contrário do que muitas vertentes da esquerda apontam a partir do crescimento advindo da industrialização que geraria um tal desenvolvimento regional, as mudanças ocorridas, não apenas intensificaram as problemáticas sobre as relações de trabalho, como encontraram novas alternativas no mercado mundial que não necessita do mercado de trabalho como nos outros regimes quando ocorre uma crise eventualmente casada pelo capitalismo, como no golpe de 2016 no Brasil. Esta mudança, sempre apoiada em um discurso de crescimento econômico e conseqüentemente, uma melhora nas condições de vida social, entram em voga quando analisamos a contextualização espacial capitalista que guia toda a dinâmica dos países para reproduzir a intensa acumulação de capital.

Assim, a importância crescente da reestruturação tecnológica e setorial não eliminou a exploração do desenvolvimento geograficamente desigual como fonte de manutenção dos superlucros. Tampouco reduziu a importância política e econômica da espacialidade da vida social. Ao contrário, o período contemporâneo de reestruturação tem sido acompanhado por uma visibilidade e uma conscientização acentuadas da espacialidade e da espacialização, da regionalização e do regionalismo. A instrumentalidade das estratégias espaciais e locais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos. Simultaneamente, há também um crescente reconhecimento de que o operariado, bem como todos os outros segmentos da sociedade que foram periferalizados e dominados, de um modo ou de outro, pelo desenvolvimento e reestruturação capitalistas, precisam procurar criar contra estratégias espacialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, a fim de competir pelo controle da reestruturação do espaço. Dado o efetivo empobrecimento de uma oposição neoconservadora, empenhada em tornar a encobrir a instrumentalidade exploratória da reestruturação espacial, torna-se cada vez mais urgente que todas as forças sociais progressistas — o feminismo, os “verdes”, o movimento pacifista, o trabalho organizado e desorganizado, os movimentos de libertação nacional e de mudança urbana e regional radical — tornem-se também, consciente e explicitamente, movimentos espaciais. Para a esquerda, é esse o desafio pós-fordista e pós-moderno. (SOJA, 1993, p. 88-89)

Por fim, Soja traça algumas principais características do processo de reestruturação contemporâneo que serão trazidas sintetizadas a seguir: (SOJA, 1993, p. 94-95)

- (1) A tendência do aumento da centralização e concentração da posse do capital que geram conglomerados empresariais combinando produções em diversos setores, como finanças, imóveis, entretenimento e serviços.
- (2) A integração da tecnologia de forma extensa para áreas, desde industriais, pesquisa e serviços. Este alcance espacial, que atinge o poder administrativo em diversos ramos,

gera um efeito de urbanização através da aglomeração local de novos complexos industriais territoriais. O autor identifica como um pareamento paradoxal de desconcentração e reconcentração na paisagem geográfica.

- (3) A internacionalização que se acentua e envolve o capital produtivo e financeiro, que por sua vez são sustentados por novos acordos de crédito e liquidez organizados em escala mundial. O capital através da financeirização consegue acessar diversos mercados com menos restrições territoriais, as fronteiras se dissolvem neste sentido. O resultado disto é a diretriz do capital doméstico ser menos para as economias locais e nacionais e mais internacionalizadas.
- (4) O enfraquecimento dos controles locais e da regulação estatal torna a reestruturação global industrial intensificar a precarização nas relações de trabalho. A industrialização inicia seu processo de grande escala nos países periféricos, criando contornos provisórios de uma divisão internacional diferente.
- (5) A divisão regional do trabalho dentro dos países mudou drasticamente ao notar a combinação variável de fuga de capitais e fechamento de fábricas, na substituição de mão de obra por tecnologia, na “dessindicalização”, restrições a negociações. Esta reindustrialização baseada na tecnologia avançada nas produções e centrada nos setores menos sindicalizados acaba concentrando a expansão industrial em novos complexos industriais territoriais.

É sobre esta expansão industrial em novos complexos industriais territoriais que iniciamos o debate sobre a contextualização periférica ao processo de reestruturação produtiva espacial. O Brasil vive este processo a partir dos anos 1970 com o fim do desenvolvimento baseado na “substituição das importações”, que impulsiona um novo regime de produção e evidencia a crise do fordismo. Este contexto ocorre simultaneamente com as mudanças econômicas que haviam no país, como recessão, desemprego, crise da industrialização, além das políticas neoliberais de flexibilização dos mercados e regulamentações. (GOMES, 2011)

Existem autores que sustentam o argumento de que este processo de reestruturação produtiva foi ocorrendo heterogeneamente e a partir de 3 fases, quando a modernização tecnológica se inicia a partir dos controles de qualidade que discutiam e abriam inovações nas formas de controlar a qualidade e a produção dos produtos. Este período se inicia no final nos anos 1970 e início dos anos 1980. A segunda fase se caracteriza pelas práticas japonesas e na rápida difusão dos equipamentos, caracterizando-se como *Just In Time* afetando principalmente as grandes indústrias, como automotivas, montadoras, ramos petroquímico e siderúrgico, ocorrendo no final dos anos 1980 para o início dos anos 1990. Este período também é marcado pela iniciativa de investimentos nas áreas de microeletrônicas, aderindo das automatizações e inovações de produtos cada vez mais tecnológicos. (GOMES, 2011)

Por fim, a reestruturação produtiva finaliza sua última etapa com as empresas se concentrando em novas organizações mais flexíveis que vão introduzir inovações tecnológicas voltadas para a eficiência das atividades, adotando novas formas de gestão de mão-de-obra.

Assim, nos anos 1990 as empresas implementam além das inovações tecnológicas, elas procuram implantar as normas ISO (Internacional Standard Organization), redução do tamanho da planta, subcontratação, (terceirização e parcerias com fornecedores) e novas formas de organização do trabalho (redução dos cargos de níveis hierárquicos (*downsizing*), trabalho em “ilhas” no chão da fábrica, trabalhador mais polivalente, qualificado, participativo e criativo, maior treinamento dos empregados e CCQ (Círculo de Qualidade Total), alteração na jornada de trabalho, trabalho terceirizado, subcontratados, temporário, enfim novas formas de gestão do trabalho, racionalizadoras e poupadoras de mão-de-obra, a fim de atender às novas exigências de

competitividade, buscando com premência estratégias industriais que permitissem o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de seus produtos para, assim, competir com os produtos importados e para garantir sua presença na nova configuração do mundo globalizado. (GOMES, 2011, p. 10)

No período de 2000, o Brasil já encara a reestruturação produtiva que resulta em impactos objetivos e subjetivos, pois além de afirmar o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, isto também promoveu um enfraquecimento da luta de classes, com uma crise do sindicalismo. Alves (2009) denomina esta mudança como “o novo e precário mundo do trabalho”, que é visto pelo autor como um nexo dinâmico-estruturante do processo estrutural de precarização do trabalho – um dos mais intensos e extensos da história da sociedade.

Em outro trabalho de Alves (2009), o autor ressalta que a reestruturação produtiva e a precarização do trabalho é um efeito do neoliberalismo. Para ele, o neoliberalismo é o fator compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal.

Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e a deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de um precário mercado de trabalho. (ALVES, 2009, p.2-3)

Além disso, a partir dos anos 1990 no Brasil, com a crise econômica e as políticas adotadas pelo Collor (juros elevados, abertura comercial e crise inflacionária), levou as empresas a buscarem inovações mais efetivas, com estratégias de produtividade e qualidade para concorrer internacionalmente, que neste contexto, se torna prioridade. Assim, o mercado empresarial no país investe na modernização da produção. Este fator contribuiu com a constituição e um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego total nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais com a visão de reduzir custos a partir da terceirização. (ALVES, 2009; GOMES, 2011)

Autores como Rocha e Oliveira (2014) denominam este processo de reestruturação territorial produtiva no Brasil:

Esta reestruturação territorial-produtiva em curso – territorial, por que implica em novas relações de poder e novas espacializações econômicas e socioambientais; e produtiva, porque está calcada em um novo modelo econômico, que pode ser denominado pós-fordismo ou acumulação flexível – está fundamentada no aparecimento de novos investimentos fabris, que compreendem desde a instalação da base exploração da camada Pré-Sal da Petrobrás em Itaguaí até as inúmeras intervenções realizadas nesta subregião (Itaguaí e Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro), bem como a consolidação do Distrito Industrial de Queimados, o polo de cosméticos de Nova Iguaçu, os complexos químico-farmacêutico da Bayer, em Belford Roxo, e gás-químico da Refinaria de Duque de Caxias – REDUC, na Região da Baixada Fluminense, entre outros. (ROCHA E OLIVEIRA, 2014, p. 128)

Dentro da reestruturação produtiva no Brasil, a região que aqui se dedica a estudar se concentra no estado do Rio de Janeiro. O processo de industrialização que aqui pretende destacar, é um processo hegemônico onde a industrialização se espalha sobre as outras áreas, envolvendo desde a política até a organização social. (ROCHA E OLIVEIRA, 2014)

Dias (2020) analisa o mercado de trabalho formal no estado do Rio de Janeiro, no

final do séc XX, destacando que o estado foi o mais afetado na crise econômica brasileira, impactando diretamente na perda de emprego formais.

Pode-se concluir que entre 1985 e 1999, no que tange ao mercado de trabalho formal, o ERJ oscilou entre perdas e a estagnação, com perdas severas principalmente na indústria de transformação, parcialmente contrabalançado pela expansão do comércio e dos serviços. Não se verificava ainda o impacto positivo das atividades petrolíferas no setor de extração mineral. Outro resultado digno de nota foi o impacto mais severo na base da pirâmide salarial. (DIAS, 2020, p. 8)

Este processo nas regiões metropolitanas também é comentado por Lencioni (1998). Para a autora, esta desconcentração é causa da crescente centralização do capital, onde as empresas oligopolíticas promovem o deslocamento das atividades industriais para o interior, gerando uma divisão territorial entre produção industrial e empresarial.

Nesta divisão, a reorientação industrial é voltada para locais em que oferecem mão-de-obra barata e solos baratos para se acomodar. Os estados e municípios utilizam esse contexto como um mecanismo de investimento para seu próprio espaço. (GOMES, 2011)

A reestruturação na Baixada Fluminense surge neste contexto de deslocamento das grandes produções para os municípios vizinhos das metrópoles. Desde o final do séc XX, entre os anos de 1980 e 2000, a região foi integrada à dinâmica metropolitana a partir de um acelerado crescimento demográfico por meio da chegada de imigrantes sem qualificação e de precárias condições de moradia, que por sinal, não conseguiam posições no mercado local formal. (LAGO, 2007)

E é aqui que encontramos a problemática da presente pesquisa: a Baixada Fluminense com seu crescimento populacional, possuía uma população que não tinha capacidade de ser absorvida no mercado, e por si só, foi se alocando nos mercados informais. A presença de uma nova dinâmica produtiva, que ideologicamente propaga um desenvolvimento econômico para a região, se mostra apenas como uma nova estratégia para a lógica de acumulação capital.

Como já aponta Lago (2007), a mudança de padrão de cidade-dormitório da Baixada Fluminense para uma região em reestruturação não ocorre com o acompanhamento do crescimento de emprego formal.

O aumento da imobilidade espacial dos trabalhadores estaria relacionado à expansão da economia informal precária nas áreas periféricas, inclusive nas mais distantes do centro, evidenciando uma descentralização econômica “perversa”(...). Em outras palavras, o “ganho” com a proximidade do trabalho estaria atrelado a “perda” quanto à natureza desse trabalho. (...) A crise e a reestruturação econômica iniciadas na década de 1980 e a privatização dos serviços públicos na década de 1990 teriam alterado as condições de acesso dos trabalhadores à renda, à moradia e aos serviços urbanos e, como consequência, o padrão de desigualdades socioespaciais e as formas de interação entre as classes sociais. (LAGO, 2007, p. 10)

Essa descentralização direciona uma nova dinâmica apoiada na reestruturação de acumulação do capital. Diferente da pesquisa de Lago (2007), que acredita que a informalidade possui seus pontos positivos ao reduzir o tempo de deslocamento, aqui identificamos que a informalidade é mais um aspecto da crise que se instaura e intensifica as relações de trabalho em sua precarização e intensificação da jornada, além da escassez progressiva da oferta de empregos formais. Todavia, a autora aponta que a imobilidade espacial dos trabalhadores estavam relacionadas à descentralização de uma economia popular marcada pela precariedade

das condições de trabalho.

É a partir das transformações do capitalismo ao impor a ótica neoliberal que impede a classe trabalhadora de se posicionar no mercado de trabalho formal, no qual possui as garantias estabelecidas pelas leis trabalhistas e que garantem estabilidade e segurança para a melhoria das condições de vida da população.

Vale ressaltar a relevância das políticas públicas serem guiadas para a sociedade, e não somente, pensando em indicadores econômicos. O que pretende se frisar aqui, é a importância de se obter um mercado de trabalho que se adequa nesse sistema capitalista, que produz o capital e precisa sempre acompanhar a uma lógica que não distribui justamente suas riquezas. Como aponta Dias (2021, p.1), “ganhos e perdas dos níveis de emprego afetam diretamente a vida da população, condicionando a renda das famílias e na própria dinâmica do mercado interno de consumo”.

O processo de reestruturação na Baixada se inicia em um contexto no qual o solo na capital do estado estava supervalorizado e direcionado ao setor de serviços. Com a descentralização da industrialização, a demanda de produção industrial busca espaços vazios e com solos baratos para sua instalação, surgindo assim, uma nova estratégia para a região.

A reestruturação produtiva espacial na Baixada Fluminense é marcada pela divisão territorial do trabalho que parte de projetos industriais que vão impulsionar esta nova dinâmica. Dentre estes projetos, podemos destacar: a utilização de grandes espaços, posicionamento logístico entre o porto de Itaguaí, a metrópole e suas grandes vias de circulação (Rodovias Presidente Dutra e Washington Luiz, Avenida Brasil e após a sua construção, o Arco Metropolitano) e a forte presença do Estado nos investimentos industriais, como a Fábrica Nacional de Motores, REDUC e o Parque Industrial de Queimados. A partir destas singularidades, a representação do progresso da Baixada aponta a criação de um território da produção e do consumo. (ROCHA, 2014)

Esta reestruturação foi considerada por Rocha (2014) como uma “redescoberta” que se deu a partir de predicados espaciais que vão modificar todo o espaço e produzir um novo mercado imobiliário para a região:

[a] a abertura da linha vermelha – que aproximaria ou encurtaria a distância entre parte da Baixada Fluminense com o núcleo central metropolitano - ao passo que a Baixada não estaria “tão longe assim” reposicionando um elemento que constituiria a representação hegemônica – “ideia de lugar distante”; [b] grande investimentos por parte dos governos estaduais que põem a Baixada em visibilidade – destaca-se desde as obras de infraestrutura, de saneamento até os grandes investimentos como o mais recente feito no Arco-Metropolitano; e [c] a inauguração de *shopping centers* em alguns municípios da Baixada –naquele período reduzido apenas 3: Top-Shopping, em Nova Iguaçu (1996), Shopping Grande Rio, em São João de Meriti (1995) e o Nilópolis Square, em Nilópolis (2000). Hoje espalhando-se em diferentes municípios como Caxias Shopping, em Duque de Caxias (2008); Pátio Mix, em Itaguaí (2010); e Nova Belford Roxo, em Belford Roxo (2012); e Shopping Dutra (com previsão de conclusão em 2015) localizado em Mesquita. (ROCHA, 2014, p. 131)

Rocha (2020) elabora um artigo sobre a mudança das conotações da Baixada Fluminense no período de reestruturação. Enquanto no período de 1970-1990, a região era caracterizada no aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais, com altos índices de violência e ineficácia das políticas públicas de acessibilidade de direitos. A partir da reestruturação instaurada no Brasil, os municípios da Baixada incorporam novas lógicas a partir de demandas do capital imobiliário e industrial. O autor ressalta como esta mudança altera a imagem da região de “um lugar distante”/“área de pobreza e exclusão” para o “lôcus do

desenvolvimento”/”bom lugar para investir”. Para Rocha (2020), incorporam assim novos espaços de consumo e produção.

Entretanto, estas novas representações de prosperidade da Baixada propagam uma ideologia de que os investimentos voltados para este novo mercado industrial e imobiliário eliminariam os grandes problemas que caracterizam a Baixada como uma periferia. O que vimos de fato, é que a região permanece sustentando a representação hegemônica da Baixada em termos de condições de vida. (ROCHA, 2020)

Pode-se dizer que estas transformações, assim como em todo espaço, não ocorre de forma homogênea. Dentre os 13 municípios, Nova Iguaçu e Duque de Caxias são os centralizadores destas políticas voltadas para a nova dinâmica produtiva. As novas rodovias criadas ao longo do final do séc XX para o séc. XXI não quebraram os ciclos já advindos das indústrias instaladas no período de industrialização no Brasil como um todo, como a Bayer e o parque industrial de Queimados.

De acordo com Rocha e Oliveira (2014), a reestruturação produtiva espacial atribuiu novos significados em uma era denominada “neodesenvolvimentista” pelos autores que marca este período. No sentido de propor uma nova forma de desenvolvimento que oculta a partir da promoção de atração de negócios como uma vantagem para a sociedade como um todo, e não apenas dos detentores de capital. Ao afirmar que o reordenamento do território para novas instalações industriais, também pode ser considerado como uma apropriação do território, no sentido de sentir a imposição dos governos municipais para revisar seus planos diretores e zoneamento das cidades, sem incluir a população que não possui oportunidades de apresentarem propostas alternativas ou complementares a este processo em curso. (ROCHA; LEANDRO, 2014)

Rocha (2020) afirma essa ideologia em novas representações territoriais a partir das propagandas, estudos da Firjan, *folders* de venda e apresentações de empreendimento, emprestando significados à área que justifiquem tais investimento, promovendo uma visão de “Baixada de negócios”.

(...) a incorporação desses municípios periféricos a expansão cíclica interna do capital no contexto da reestruturação da metrópole fluminense está, na prática potencializando a complexidade dos quadros de desigualdade interna e não é capaz de superar os problemas históricos que sustentam a representação hegemônica para essa região. (ROCHA, 2020, p. 20)

Todos estes fatores contribuem para o retrato da Baixada Fluminense como uma região periférica, que em meio às suas condições já precárias em sentido de condições de vida, se prejudicou com a vinda de uma nova dinâmica que altera não somente a sua produção, mas toda a condição de vida daquela população ao lidar com essas transformações.

O resultado disso é uma população que acomodou diversas indústrias, mas que o seu mercado de trabalho continua sendo voltado para o serviço e a informalidade. Ou seja, essa reestruturação que ideologicamente promove que o desenvolvimento produtivo geraria empregos, no final se apresenta como mais uma necessidade e sustentação da classe da trabalhadora em manter uma lógica capitalista e produtivista que só sustenta a reprodução de acumulação de capital.

Se por um lado este novo padrão industrial implica em um barateamento da mão-de-obra (que cada vez mais cede lugar à tecnologia) e expulsa os empreendimentos poluidores dos grandes centros, por outro ocorrerá o aumento local de postos de trabalho, que demanda capacitação instrucional de seus moradores. (...) Desse

modo, é oportuno discutir de que forma ocorrem os rebatimentos da reestruturação produtiva e como esta impacta a sociedade referente aos usos dos territórios. Insistimos que pensar a ocupação destas áreas “periurbanas” ocorre sem um diálogo com a comunidade e desconsiderando as práticas de produção agrícola que sustentam parte desta população residente. Contudo, nos entremeios desta operação industrial, com os novos condomínios e distritos industriais emergentes, é possível lutar pela melhor distribuição dos recursos e divisão mais igualitária dos lucros obtidos. (ROCHA E OLIVEIRA, 2014, p. 139)

A ótica neoliberal somada à acumulação flexível são considerados como os fatores que promovem a reestruturação produtiva que impede a região de voltar suas políticas para o seu próprio desenvolvimento, desenvolvimento este que se apresenta como avanços espacialmente seletivos. O resultado disto, é que mesmo com uma série de ações direcionadas ao desenvolvimento industrial, o mercado de trabalho se apresenta cada vez mais precarizado e informal e as condições regionais se aprofundando em insustentáveis.

Como aponta Lago (2007), a promessa do pleno emprego dura até o final do fordismo, com a reestruturação produtiva se expandindo no mundo ocidental, o mundo começa a lidar com o desemprego e conseqüentemente o aumento da informalidade. Nesta época, já se reúnem estratégias de apropriação de territórios para alocar sua nova lógica produtiva.

Assim como a ideologia do neoliberalismo antecedeu décadas antes de ocorrer sua consolidação, a Baixada Fluminense e as suas novas representações incorporadas também surgem anos antes das práticas ocorrerem. Até os anos 1990, quando o Brasil ainda não tinha incorporado o neoliberalismo e a reestruturação produtiva ainda não tinha se iniciado, a Baixada Fluminense tinha uma imagem pejorativa de violência, falta de saneamento básico e assistência pública.

José Claudio Alves (1998), sociólogo referência na área da Baixada Fluminense, destaca esta representação em sua tese ao afirmar as incorporações que a região adquire com a violência predominando em sua percepção. Para o autor, é uma questão de poder do território que marca sua trajetória até o século XX.

Com a chegada do neoliberalismo e a desconcentração das empresas nas metrópoles para seu entorno, muda-se também a estratégia das representações que a região da Baixada Fluminense incorporaria. Para aliar a esta estratégia, a ideologia permeia para além de condições objetivas, como adquirindo novos comerciais para a atração de investimentos em uma região com proximidade à metrópole à baixos custos.

A ideia de atrair empresas para Baixada Fluminense surge no século XX com a criação de novas representações. (ROCHA, 2014) Rocha traz um questionamento pertinente ao trazer quem seriam esses novos representantes, no sentido de, para quem seria o tal desenvolvimento que a partir da reestruturação produtiva a região incorpora. A partir de quem essa nova imagem da Baixada se inicia ? Para quem ?

A tese de André Rocha em 2014 compreende a região da Baixada Fluminense que inicia o movimento de reestruturação após 1990, quando o neoliberalismo se consolida no Brasil e novas dinâmicas vão nortear os espaços. Nela, o autor explica como as mudanças na dinâmica econômica e política na produção dão novos sentidos que geraram novas representações ideais no território da Baixada Fluminense.

Neste sentido, a reestruturação da Baixada Fluminense é retrato de um dos locais no qual o novo regime de produção e o neoliberalismo se apropriam utilizando de instrumentos objetivos e subjetivos para alterar a lógica para o funcionamento da acumulação de capital, sempre tentando manter os seus ganhos maiores do que a classe trabalhadora.

Os efeitos desse fato caem diretamente no mercado de trabalho, que é onde na teoria, o neoliberalismo daria poder de barganha para os trabalhadores lutarem por seus direitos sem a

necessidade de um sindicalismo forte, e na prática, são sempre as variáveis mais afetadas com a lógica que insiste em se manter em expansão e crise para manter seu ciclo de acumulação.

### **CAPÍTULO III. ANÁLISE DOS DADOS DO EMPREGO FORMAL NA PERIFERIA DO RJ NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO**

Com a reestruturação na Baixada Fluminense, a crise no mercado de trabalho se instaura aliado à novos planejamentos que vão para um sentido global e desviam do regional. Milton Santos já apontava isto em 1977 quando identificava as tendências da modernização contemporânea ao apontar que os interesses do exterior teriam uma difusão sobre a maior parte do território nos países subdesenvolvidos. Essas tendências geram novos campos de consumo, e um número limitado de empregos, no qual a industrialização é baseada em empresas com “capital intensivo”, no qual cada vez menos geraria emprego. Santos (1977) define este período da reestruturação de urbanização terciária.

O efeito desta modernização tecnológica em regiões periféricas como a Baixada Fluminense culminam na criação de novas estruturas para atender o “sistema superior”. Neste ponto, Santos (1977) interpreta que essa divisão de sistemas entre superior e inferior no regime de produção impõe uma crise nos espaços. Essa crise instaurada nas periferias possuem uma causalidade devido à dependência dos países centrais à submeterem os subdesenvolvidos à adoção de políticas que mantenham a lógica imposta pelos superiores, e não de adotar as políticas que aquela região necessita para continuar seu processo de desenvolvimento urbano.

No sistema superior utiliza um importante e elevado nível tecnológico, uma tecnologia de “capital intensivo”, enquanto no sistema inferior a tecnologia é “trabalho intensivo”. (...) As atividades sistema superior manipulam grandes volumes de bens, enquanto as do sistema inferior, no comércio e nos setores de fabricação, trabalham com pequenas quantidades. (...) E emprego fornecido por cada um desses sistema é, por conseguinte, o resultado das combinações dessas variáveis. Enquanto enfatizam o salário como a forma preferida de compensação para o trabalhador, as atividades modernas utilizam, portanto, poucas pessoas em relação ao volume e ao valor da produção, em acréscimo a uma constante tendência à redução do emprego na indústria. Já nos serviços, é evidente uma tendencia geral ascendente, devido a uma participação substancial do governo. Porém, quanto aos serviços diretamente ligados à atividade econômica, os serviços particulares, boa parte do emprego ligado à atividade do sistema superior é gerado nas cidades ou regiões mais desenvolvidas, no país e no exterior. (SANTOS, p. 44 , 1977)

Os efeitos no mercado em relação aos setores recai diretamente sobre as regiões periféricas a partir da reestruturação iniciada nos anos 1990. A proposta de um desenvolvimento

industrial gera mudanças na organização do trabalho que se torna cada vez mais flexível e multifuncional para se manter na formalidade, acompanhado de diminuição de salários, aumento da concorrência por postos de trabalho, demissões em massa, aumento da jornada de trabalho, falência das garantias trabalhistas e até mesmo o controle do tempo livre. (OLIVEIRA, ROCHA, 2014)

Este capítulo pretende apresentar uma contextualização do período que se inicia a reestruturação voltados para a análise da dinâmica econômica produtiva e como ela afeta o mercado de trabalho formal, assim como suas características que desencadeiam outros eventos. Para isso, a primeira seção apresenta os principais acontecimentos ocorridos no século XXI até 2020, enquanto a segunda seção acrescentará esta contextualização com a exposição dos dados relevantes encontrados nas variáveis de produção, emprego formal, salário médio e estabelecimentos.

### **3.1 Em quais aspectos de diferenciação regional os dados revelam na Baixada Fluminense?**

Como mencionado anteriormente, houve um projeto ideológico e político para mudar a imagem da Baixada Fluminense com o objetivo de atrair novos investimentos e negócios para a região e compactuar com a estratégia de descentralização das indústrias nas metrópoles. Assim, pode-se dizer que a reestruturação na Baixada Fluminense prometeu um crescimento baseado no desenvolvimento social e econômico, mas como Rocha (2014) aponta, a mesma se traduz na afirmação de novos sentidos que preconiza a emergência de novos espaços de produção e de consumo, mas que não indicaram mudanças na estrutura social e no seu desenvolvimento.

Para Rocha (2014, p.4) devemos “assumir que além da criação de novas estruturas físicas que permitem ver a reestruturação econômica se consolida no status representacional/ideológico pautado no desenvolvimento econômico como novidade para a periferia antes conhecida como novidade para a periferia antes conhecida pela pobreza violência e miséria social.”

Neste contexto, a reestruturação surge em um cenário econômico mundial com as movimentações neoliberais e flexíveis que geraram mudanças diretas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Rocha (2015) ressalta a questão de entender as lógicas de transformações e apropriações de novos espaços orientados pelo novo circuito de acumulação, assim como identificar os atores que sintetizam as práticas no território, entendendo assim tanto a sua materialidade quando no campo imaterial, no sentido de haver construções que reverberam tanto na estrutura como na difusão de novas representações.

Floriano Oliveira e Leandro Oliveira, (2020) apontam eventos como a implantação de Grandes Projetos de Investimento (GPIs), como o complexo petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), construção da Rodovia Rafael de Almeida Magalhães (Arco Metropolitano), ampliação do Porto de Itaguaí para um complexo portuário, siderúrgico e industrial, ampliação da indústria naval militar em Itaguaí, delimitação e obras de renovação urbana na zona portuária para especialização turística, megaeventos e negócios, entre outros citados por eles.

Estes investimentos trouxeram novidades não somente na dinâmica produtiva, mas também na espacial. Com a chegada de novas grandes indústrias, como Bayer, Indústrias automobilísticas (FNM – Fábrica Nacional de Motores), refinarias em Duque de Caxias (REDUC), parque industrial em Queimados, a região da Baixada também se divide em porções que são caracterizadas como leste e oeste da região metropolitana. (ROCHA, 2014; OLIVEIRA; 2008)

Estes novos investimentos e estabelecimentos ocorridos com maior proporção nos



Paracambi, Queimados e Seropédica. Estes encaram um processo de industrialização a partir de subcontratação, terceirização de funcionários e sistemas de volatilização. (OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2020). Percebe-se que a crise no emprego vai “mostrando as caras” quanto mais “periferizado” os espaços são.

Nesses municípios, vimos a criação dos Condomínios Industriais I, II e III, em Japeri, em 2005, junto às áreas da APA (Área de Proteção Ambiental) do Rio Guandu, com inúmeras empresas de diferentes portes, com destaque para a unidade fabril da Granado, a Incopre [pré-fabricados de concreto], a Embelmar (empresa de envazamento da Embelleze) e a Poly Rio Polimeros Ltda; a implantação dois condomínios industriais em Paracambi, em 2002 – às margens da Estrada RJ- 127, com mais de dez indústrias em funcionamento – como a Lansa Ferro e Aço e Botafogo Lar e Lazer. A consolidação do Distrito Industrial de Queimados, instituído em 1976, nas margens da Rodovia Presidente Dutra e próxima ao Rio Guandu, com 23 empresas ativas, como a Arfrio, Citycol, Tangará Foods/Sanes, Quartzolit, etc. A formação em Itaguaí de uma verdadeira “capitania industrial”, com especial destaque para a Ilha da Madeira e a efetivação do contíguo industrial Itaguaí-Santa Cruz [Rio de Janeiro], com destaque para a Ternium Companhia Siderúrgica do Atlântico (antiga TKCSA), a Gerdau, a Usiminas, etc. Combinados com a expansão do Porto de Itaguaí e a fundação do Porto Sudeste e, recentemente, ao acolhimento em Seropédica – devido a sua posição logística – e de empresas como a Eletrobolt, a alimentícia Panco, a Procter & Gamble e de condomínios logísticos, como o Golgi Seropédica, na RJ-125, e VBI LOG Seropédica, próximo à Rodovia Presidente Dutra. Toda essa expansão expressa a dimensão dos investimentos realizados nesta região, polo atrativo para o modelo de desenvolvimento empreendido desde a virada de século. (OLIVEIRA, F e OLIVEIRA, L., p. 55-56, 2020)

De acordo com os autores, estes eventos de novos investimentos serem feitos ao entorno da Rodovia Presidente Dutra e a construção de novas rodovias tornaram a metrópole fluminense como um espaço dinâmico principalmente no período de 2006 a 2014, com o avanço da economia petroleira em expansão no estado do Rio de Janeiro que atinge a região metropolitana. Neste período, percebe-se um aumento significativo tanto na produção como no emprego formal.

Contudo, 1 ano após a inauguração da rodovia, em 2015, o país inicia uma crise política, institucional, econômica e social com o golpe do Estado que faz com que os projetos diminuam sua dinâmica provocando uma queda em todas as variáveis econômicas e produtivas, afetando principalmente o estado do Rio de Janeiro. Com a perspectiva de se expandir e se colocar melhor no mercado, na segunda metade da década de 2010 a 2020, os investimentos apresentam esvaziamento para os projetos até então construídos.

O projeto da Rodovia Raphael de Almeida Magalhães (Arco Metropolitano) envolvia a destinação prioritária de terrenos, para a localização de empresas de terceira geração na cadeia produtiva do setor petroquímico, configurando novas áreas industriais. Com a interrupção da instalação do Comperj, esse uso não se instalou. Igualmente, a instalação de unidades da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na área do complexo portuário/industrial de Itaguaí, bem como a ampliação da área de estocagem de minério e grãos e de armazenamento de *contêineres* nesse complexo também não ocorreu. (OLIVEIRA, F, OLIVEIRA, L, p. 23, 2020)

A importância deste debate consiste em refletir em como o sistema produtivo norteia as representações e idealizações que vão se tornando práticas a partir das falsificações

distorcidas e propagadas, no sentido de vender a ideia de que estes incentivos conseguiriam fomentar a economia e conseqüentemente trariam benefícios à região, já que no modo racional do capitalismo, se o capital gera valores monetários, independente de qual seja o seu modo e quais conseqüências isso acarreta, isso geraria desenvolvimento social e econômico simultaneamente.

Contudo, quando uma economia está com suas demandas voltadas para atender o mercado, uma crise é capaz de gerar recessões muito mais severas aos locais periféricos. Em 2015, com a crise política advinda do golpe sobre a Presidenta Dilma Roussef e o Porto de Itaguaí reduzindo suas atividades, o território fluminense recebe impactos muito maiores que até hoje geram dificuldades para a região em todos os sentidos, economicamente, socialmente, politicamente, ambientalmente.

Ao contrário do que esperavam, a crise não somente interrompeu as obras do COMPERJ, como também esgotou seus investimentos, assim como o Arco Metropolitano tinha como projeto a destinação prioritária de terrenos para empresas voltadas para o setor petroquímico com projetos industriais não foi realizada. Além disso, a instalação de unidades da Petrobrás e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Itaguaí, assim como a ampliação de estocagem também não ocorre. (OLIVEIRA, F., OLIVEIRA, L., 2020)

Ainda assim, estas movimentações trouxeram novas características a Baixada Fluminense, tornando-a um polo atrativo de investimentos. No entanto, nota-se que os investimentos foram voltados ao setor de serviços, se espraiando em diversas formas, como hotéis, shoppings, supermercados, gerando assim um novo padrão de consumo e um processo de requalificação urbana. (SIMÕES, 2007; ROCHA, 2014; OLIVEIRA, 2015). Pode-se dizer até mesmo que se inicia um processo de desindustrialização no estado do Rio de Janeiro, que acaba demonstrando esses novos mercados que o sistema promove.

Oliveira (2015) aponta o surgimento de uma nova classe média nesta urbanização, que torna o espaço com paisagens compostas de prédios novos, praças, fachadas, e negócios voltados aos serviços para atender este novo padrão de consumo e que ocultam os problemas sociais históricos da região neste novo *slogan*. Rocha (2015) aponta a criação dos *shoppings* neste período em Nilópolis, com Nilópolis *Square*, Caxias *Shopping* em Duque de Caxias em 2009, Pátio Mix em Itaguaí (2010), Nova Belford Roxo em 2012 e o *Shopping Dutra* localizado em Mesquita.

Este processo de implementação de condomínios logísticos para a lógica industrial trouxe uma valorização do solo urbano que afeta o setor imobiliário e secundário. No sentido imobiliário, a valorização do solo urbano, como aponta Oliveira (2015):

(...) reverbera tanto na comercialização de áreas com fins de loteamento habitacional e conseqüente emergência de condomínios residenciais voltados para os altos extratos da classe média quanto para venda de grandes espaços para implementação de áreas que sirvam ao setor secundário. No que se refere ao setor secundário, há a implantação de indústrias em suas diversas formas, ramos da construção civil, galpões, silos e outros empreendimentos logísticos e condominiais, com a concretização de um duplo e complementar modelo: nas bordas da metrópole novas economias de aglomeração urbana espocam, reconstituindo os novos empreendimentos produtivos como centralidades urbanas e requalificando a indústria – este modelo supostamente fadado a esconderijos espaciais e condenado pelo hegemônico modelo da sustentabilidade ambiental – como vetor de progresso em áreas mais pobres, enquanto a capital fluminense se qualifica. (OLIVEIRA, p. 6, 2015)

Rocha (2015) complementa neste debate apontando que este novo mercado imobiliário que se insere é marcado por novos padrões de imóveis a venda, com uma natureza comercial. Dessa forma, a região é atraente como uma mercadoria que pode gerar mais meios de

acumulação de capital. As representações se inserem neste sentido como propagandas ideológicas para atrair moradores com as vantagens econômicas da ligação do Arco Metropolitano, a venda de indústrias e recursos estatais.

Assim, pode-se dizer que o processo de reestruturação produtiva na Baixada Fluminense é apoiado em um discurso de desenvolvimento na periferia da metrópole com promessas de riquezas, progressos e menos destruidoras da natureza. O que vemos na verdade, é que por mais que tenha se demonstrado um certo desenvolvimento na região da Baixada na primeira década do século XXI, estes se expressam totalmente voláteis com a vinda das crises políticas e econômicas ao longo da segunda década, ao ponto de desvalorizar todo o trabalho conquistado com a reestruturação produtiva e espacial. Na próxima seção, veremos empiricamente como este processo ocorreu entre os anos de 2000 a 2020.

### **3.2 Como os dados refletem processos e agendas macroeconômicas e políticas de um Brasil em reestruturação.**

Antes da exposição dos dados, é necessário apresentar a metodologia da base de dados, desde sua coleta, até para seu desenvolvimento de algumas variáveis em valores monetários que necessitaram de uma indexação nos valores nominais que serão explicados a seguir.

Os dados selecionados para análise estão entre o período de 2000 a 2020 e contemplam os seguintes indicadores: (1) Produto Interno Bruto (PIB); (2) Total de Empregos Formais; (3) Número de Estabelecimentos; e (4) Salário Médio Nominal. Todos estes dados foram coletados de instituições de pesquisa oficiais, cujas fontes são: (1) – Ministério do Trabalho, RAIS; (2) IBGE – PNAD contínua; (3) Ministério do Trabalho, RAIS; (4) Ministério do Trabalho, RAIS.

O primeiro indicador, Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um local em um determinado período. A questão dos bens e serviços finais enfatiza que os cálculos de matéria-prima e serviços que ocorrem em meio à produção não sejam calculados duplicadamente. Assim, este PIB é a soma de todos os rendimentos produzidos nos locais. O indicador foi extraído do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e está dividido entre: PIB, PIB per capita e os principais setores econômicos: Indústria, Serviços, Administração Pública e Agropecuária. Neste indicador, vale ressaltar que os dados referentes ao PIB per capita foram disponibilizados somente a partir de 2010 pelo IBGE, e portanto, faremos análises deste tipo de indicador a partir deste ano disponível.

Neste indicador, por se tratar de uma variável que nos gera um valor nominal, não considera a inflação como uma corrosão do poder de compra. A inflação é definida pelo aumento generalizado dos preços a partir de uma cesta de bens de produtos e serviços básicos. Para calcular a inflação, existem diversas taxas que demonstram a inflação em determinado contexto. Para o PIB, foi feito um cálculo a partir da taxa de inflação do IPCA (Índice de Preços do Consumidor Amplo).

O IPCA é o Índice Nacional de Preços ao Consumir Amplo e é definido pela variação acumulada, que corresponde à divisão do número-índice do mês correspondente pelo número-índice base. Este índice aponta a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários-mínimos, sendo assim, escolhido pela sua consideração abranger maior parte da população.

Os setores estão divididos pela classificação do IBGE: Extrativa Mineral, Indústria da Transformação, Serviços Indústria de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária. Além disso, alguns anos iniciais do período estudado classificaram como não classificado alguns indicadores.

Todos estes indicadores apresentam índices dos municípios da Baixada e a sua comparação com as grandes regiões nas quais eles estão inseridos: Brasil, Sudeste e estado do Rio de Janeiro. Os municípios da região da Baixada Fluminense analisados são os 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica.

A pesquisa aqui apresentada não pretende demonstrar em níveis estatísticos a relação entre a produção e o emprego, mas sim, de uma forma expositiva dos dados apresentados ampliar o campo de reflexão incluindo algumas variáveis que podem acrescentar ou contrariar toda a lógica construída aqui nesta dissertação.

Assim, essa seção tem a finalidade de contextualizar o espaço social, econômico e político da Baixada Fluminense na reestruturação produtiva assimilando os dados que podem ressaltar alguns dos fatos aqui expostos.

O objetivo destes dados é apresentar uma análise expositiva de como os dados da Baixada Fluminense no mercado de trabalho formal expressam a crise do emprego formal advindas dos movimentos do capitalismo em promover transformações que vão alterar toda a lógica e a dinâmica dos trabalhadores, principalmente os localizados em regiões periféricas. A Baixada Fluminense está localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, que por sua vez está localizada na região sudeste do Brasil. Assim, todos os dados que demonstrarem alguma relevância serão comparados com estas localidades.

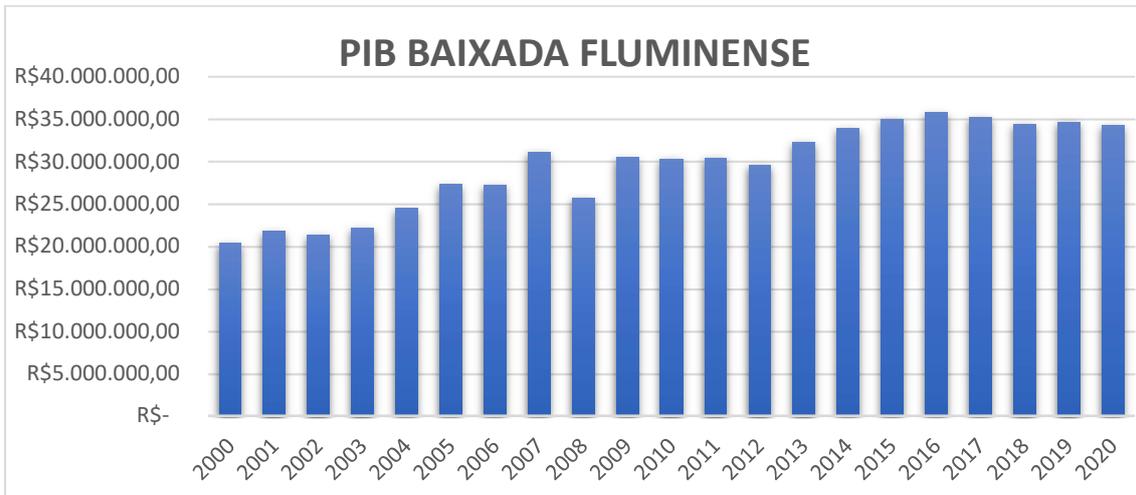
Ao longo do século XXI, percebe-se que o país inicia o século apresentando crescimento em todos os indicadores de forma bastante expressiva. Contudo, como já mencionado na seção anterior quando surge a segunda década, a crise começa a expressar suas características, não só na Baixada Fluminense, mas no país, principalmente no estado do Rio de Janeiro.

### **3.2.1 O PIB da periferia metropolitana em perspectiva**

O PIB da Baixada Fluminense demonstra a produção da região. A partir do Gráfico 1, percebe-se que entre 20 anos, a Baixada passa por um crescimento de 68% em sua produção. Em magnitude do volume, o PIB na Baixada Fluminense em 2000 que era R\$ 20.385.039 bilhões passa a ser R\$ 34.264.798 bilhões em termos reais. Contudo, grande parte dessa produção foi equivalente à primeira década, com um total de 49% de aumento entre 2000 e 2010. Enquanto isso, a partir de 2010 a 2020, o crescimento já passa a ser de aproximadamente 13%, como é possível observar na tabela 3 abaixo.

Além disso, percebe-se também pelo Gráfico 1 abaixo o período de 2006 a 2016 como citado na seção anterior é o período que apresenta os maiores níveis na produção da Baixada Fluminense. A partir de 2016, a produção apresenta quedas em seu nível de produção, mas que em 2019 já apresenta uma singela recuperação.

**Gráfico 1: Produto Interno Bruto da Baixada Fluminense em 20 anos**



Elaboração da autora. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sidra.  
Valores em R\$ 1.000 reais.

Ao contrário da Baixada Fluminense, a produção no Brasil, atinge seu melhor período em 2014, como é possível observar no Gráfico 2 apresentado abaixo. O PIB no Brasil registra um aumento de 95% em seu nível de produção em 20 anos. Entretanto, na primeira década o crescimento é de 74% enquanto na segunda é de 13%. Como é possível notar no Gráfico 2, a produção reduz seu crescimento a partir de 2015, quando se instaura a crise política e econômica já mencionada anteriormente pelo autor Oliveira (2003).

**Gráfico 2: Produto Interno Bruto no Brasil em 20 anos.**



Elaboração da autora. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sidra.  
Valores em R\$ 1.000 reais.

**Tabela 2:** PIB Real em grandes regiões.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - REAL				
Ano	Brasil	Sudeste	Rio de Janeiro	Baixada Fluminense
2000	R\$ 1.179.482.000,00	R\$ 687.776.987,33	R\$ 139.754.794,68	R\$ 20.385.038,57
2001	R\$ 1.209.375.897,81	R\$ 697.711.071,79	R\$ 141.263.968,03	R\$ 21.797.811,18
2002	R\$ 1.219.716.861,82	R\$ 691.349.126,66	R\$ 141.441.487,70	R\$ 21.354.492,01
2003	R\$ 1.283.666.964,96	R\$ 715.665.130,24	R\$ 141.974.129,01	R\$ 22.171.889,35
2004	R\$ 1.362.515.847,81	R\$ 760.718.011,51	R\$ 156.459.648,69	R\$ 24.444.501,89
2005	R\$ 1.425.775.286,15	R\$ 806.010.049,48	R\$ 164.020.604,66	R\$ 27.268.500,25
2006	R\$ 1.525.447.294,89	R\$ 866.226.554,82	R\$ 177.252.560,13	R\$ 27.232.561,32
2007	R\$ 1.640.191.618,21	R\$ 925.183.080,96	R\$ 182.898.541,29	R\$ 31.092.479,18
2008	R\$ 1.764.638.993,01	R\$ 988.520.403,01	R\$ 199.720.256,27	R\$ 25.727.709,12
2009	R\$ 1.807.326.864,29	R\$ 999.819.393,71	R\$ 197.435.531,65	R\$ 30.471.874,78
2010	R\$ 2.047.011.637,16	R\$ 1.148.914.867,32	R\$ 236.979.162,60	R\$ 30.312.246,10
2011	R\$ 2.164.712.525,70	R\$ 1.214.597.238,60	R\$ 253.633.048,08	R\$ 30.464.085,05
2012	R\$ 2.250.141.448,80	R\$ 1.258.577.279,08	R\$ 268.668.117,69	R\$ 29.622.967,48
2013	R\$ 2.352.649.937,88	R\$ 1.301.173.587,89	R\$ 277.213.363,35	R\$ 32.261.997,17
2014	R\$ 2.396.430.897,88	R\$ 1.316.488.832,94	R\$ 278.283.859,69	R\$ 33.886.082,45
2015	R\$ 2.246.632.570,71	R\$ 1.213.561.188,16	R\$ 246.980.594,51	R\$ 35.021.544,88
2016	R\$ 2.210.112.798,52	R\$ 1.175.057.673,43	R\$ 225.759.268,39	R\$ 35.745.605,36
2017	R\$ 2.255.041.121,67	R\$ 1.192.377.224,33	R\$ 229.975.435,20	R\$ 35.236.635,68
2018	R\$ 2.311.712.767,04	R\$ 1.228.218.524,00	R\$ 250.460.998,29	R\$ 34.431.605,16
2019	R\$ 2.338.010.256,29	R\$ 1.239.539.295,19	R\$ 246.778.608,92	R\$ 34.683.924,56
2020	R\$ 2.303.643.666,61	R\$ 1.196.594.271,55	R\$ 228.204.097,63	R\$ 34.264.798,83
Varição				

Elaboração da autora. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sidra.  
Valores em R\$ 1.000 reais.

A partir da análise dos dados dos municípios da Baixada Fluminense, Duque de Caxias pode ser considerado o município com a maior produção da região, seguido por Nova Iguaçu e levemente o município de São João de Meriti ocupando o terceiro lugar com uma singela participação.

De acordo com Simões (2007), estes principais municípios têm sua predominância desde sua formação econômica, visto que desde a industrialização na Baixada, apenas Nova Iguaçu, Duque de Caxias haviam conseguido sua emancipação. Esse fator justifica a presença das principais empresas e os setores produtivos serem voltados para estes municípios.

Percebe-se as diferenciações regionais ao observar as variações anuais de cada município na Tabela 3 abaixo, no qual os municípios que possuem menor participação da produção na Baixada Fluminense forma os que apresentaram consequentemente o maior crescimento neste período. O município de Seropédica é um que aumenta em 3% da sua participação da produção na Baixada ao longo de 20 anos, mas olhando para sua variação de crescimento, percebe-se que foi o município com maior expansão em níveis de produção, enquanto todos os outros municípios da região apontam um crescimento muito mais ínfimo. Além de Seropédica, que demonstra um crescimento de 440% em sua produção em 20 anos, os municípios que mais indicaram crescimento de sua produção foram Guapimirim (94%), Itaguaí (163%) e Japeri (89%).

**Tabela 3:** Variação Anual e Participação do PIB da Baixada Fluminense - Municípios.

	VARIÇÃO %			2000-2020	PARTICIPAÇÃO PIB NA BAIXADA		
	2000-2020	2000-2010	2010-2020		2000	2010	2020
Baixada Fluminense	68%	49%	13%		100%	100%	100%
RJ-BELFORD ROXO	46%	28%	14%		9%	8%	8%
RJ-DUQUE DE CAXIAS	67%	42%	17%		42%	40%	42%
RJ-GUAPIMIRIM	94%	78%	9%		1%	1%	1%
RJ-ITAGUAI	163%	141%	9%		5%	8%	8%
RJ-JAPERI	89%	28%	21%		1%	1%	1%
RJ-MAGE	66%	55%	8%		4%	4%	4%
RJ-MESQUITA	28%	28%	0%		0%	3%	2%
RJ-NILOPOLIS	29%	28%	0%		3%	3%	3%
RJ-NOVA IGUACU	30%	34%	-3%		20%	18%	15%
RJ-PARACAMBI	68%	31%	28%		1%	1%	1%
RJ-QUEIMADOS	66%	53%	9%		3%	4%	3%
RJ-SAO JOAO DE MERITI	42%	37%	4%		9%	9%	8%
RJ-SEROPEDICA	440%	71%	217%		1%	1%	4%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sidra.

Ao mesmo tempo, a produção da Baixada Fluminense é movida principalmente pelo setor de Serviços, Administração Pública e Indústria, respectivamente por ordem de importância. Ao longo dos anos, ao contrário dos estímulos à produção industrial a partir da segunda década, o setor industrial apresenta um crescimento abaixo da primeira década. Já o setor de Administração Pública representa o poder público do município, visto que neste mercado existem apenas empregos formais. Neste período, apresenta um crescimento contínuo, expandindo na segunda década.

No entanto, observando a composição dos setores produtivos na Baixada, o setor que possui o maior volume de produção gerada foi o de Serviços, que representava 70% em 2000 e 48% em 2020, enquanto a indústria tinha 21% de participação na produção em 2000 e em 2020 apresenta 17%, ou seja, o setor de Serviços se mantém como predominante na produção. Isto é, percebe-se que além da industrialização ter ocorrido em grande parte na primeira década do século XXI, nota-se também a expressão do setor terciário que predomina na região desde sempre.

Este fato nos traz uma reflexão diante dos debates trazidos anteriormente. Mesmo com as indústrias se alocando em regiões subdesenvolvidas, o setor industrial não incorpora novas composições para o setor produtivo na Baixada Fluminense. Com a intensificação da precarização do trabalho, percebe-se que mesmo com os investimentos industriais ocorrendo tanto com as iniciativas privadas quanto com o Estado, percebe-se que a crise do emprego desloca as atividades para o setor de serviços devido às suas novas segmentações e as novas terceirizações implementadas. (HARVEY, 1992; ANTUNES E POCHMAN, 2007)

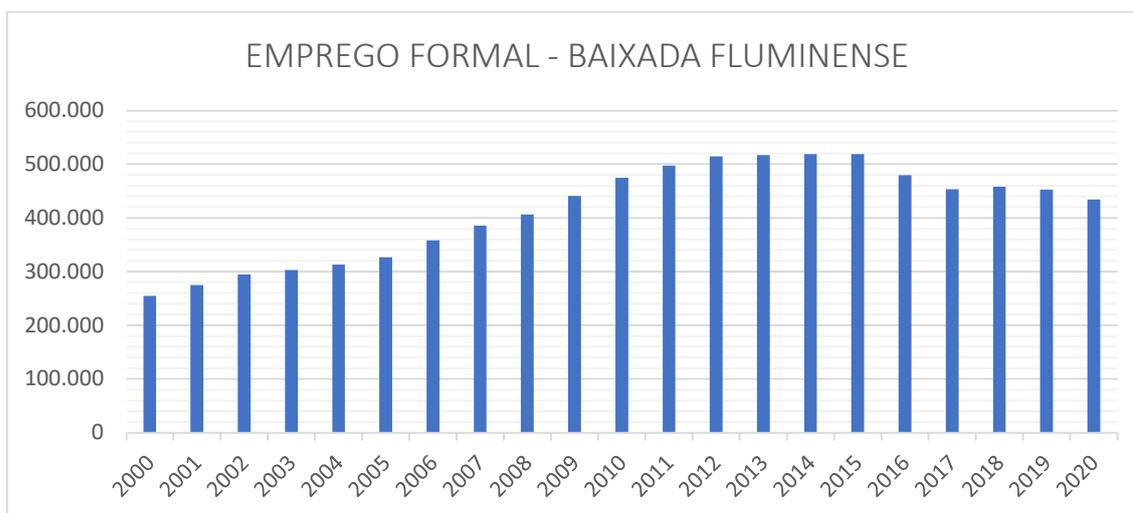
### 3.2.2 O emprego na Baixada, modificações e tendências

A crise do emprego formal se inicia a partir da crise de 2015 e pode ser percebida no Gráfico 3 abaixo. Porém, é possível visualizar através do gráfico que o período de maior quantidade de empregos formais na Baixada se deu entre 2010 e 2015. A partir de 2016, percebe-se uma diminuição no nível de emprego que não se recupera até os dias de hoje.

Ao longo de 20 anos, o emprego apresenta um crescimento de 70%, porém, a primeira década apresenta um aumento muito maior do que na segunda, mesmo que o nível de emprego tenha sido entre a segunda década. Enquanto entre 2000 a 2010 a região apresenta um crescimento de 86%, 2010 a 2020 apresentam uma queda de 9% do emprego, podendo dizer que esta queda representa um grande impacto no mercado de trabalho formal, visto que em 2020 a região apresenta um número menor de empregos do que em 2010.

Poderia-se dizer então que a crise do emprego formal advém da mudança de governo que implementa medidas neoliberais mais intensificadas e que com as novas desregulamentações do trabalho surtiu os efeitos da reestruturação produtiva iniciada em 1990? A questão do aumento da produção em contradição com o emprego aqui se torna evidente a partir do ano de 2016, que mesmo a produção diminuindo seu crescimento, ainda apresenta maneiras de se expandir em meio a crise, enquanto o emprego desde 2015 só expressa quedas em níveis de empregabilidade formal, mesmo com os evidentes investimentos produtivos ocorridos na região.

**Gráfico 3:** Evolução do Emprego na Baixada Fluminense em 20 anos.



Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Ao analisar o emprego na Baixada Fluminense por municípios, percebe-se que assim como o PIB, os empregos formais se concentram majoritariamente em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, e ocupando o terceiro lugar um pouco longe dos primeiros, temos São João de Meriti. Enquanto isso, os municípios como Guapimirim, Japeri e Paracambi, ao mesmo tempo que representam menor participação no emprego da Baixada, estes são os que mais apresentam instabilidades em seu ciclo no nível de emprego formal, ou seja, são os que mais lidam com as consequências da crise na região.

**Tabela 4:** Variação Anual e Participação do Emprego da Baixada Fluminense - Municípios.

	Variação %			2000-2020	PARTICIPAÇÃO EMPREGO NA BAIXADA		
	2000-2020	2000-2010	2010-2020		2000	2010	2020
Baixada Fluminense	70%	86%	-9%		100%	100%	100%
RJ-BELFORD ROXO	54%	94%	-21%		6%	6%	6%
RJ-DUQUE DE CAXIAS	74%	108%	-16%		33%	37%	33%
RJ-GUAPIMIRIM	91%	103%	-6%		1%	1%	1%
RJ-ITAGUAI	128%	181%	-19%		4%	7%	6%
RJ-JAPERI	354%	238%	34%		1%	1%	2%
RJ-MAGE	57%	35%	16%		5%	4%	4%
RJ-MESQUITA	429%	376%	11%		1%	3%	4%
RJ-NILOPOLIS	18%	35%	-13%		5%	4%	4%
RJ-NOVA IGUACU	35%	42%	-5%		26%	20%	21%
RJ-PARACAMBI	-9%	-29%	27%		2%	1%	1%
RJ-QUEIMADOS	107%	92%	7%		3%	3%	3%
RJ-SAO JOAO DE MERITI	75%	90%	-8%		12%	12%	12%
RJ-SEROPEDICA	185%	110%	35%		2%	2%	3%

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Ou seja, até mesmo dentro das periferias, existem as periferias das periferias, sendo as regiões que menos acrescentam para a produção e que mais sofrem com as instabilidades do sistema e suas demandas.

Assim como as grandes regiões (Brasil, Sudeste e estado do Rio de Janeiro), os principais setores que geraram emprego na Baixada Fluminense em 2020 foram Serviços (39%), Comércio (29%), Administração Pública (16%) e Indústria (12%). Porém, é possível perceber o aumento da terceirização se expressando nos serviços e a desindustrialização na Baixada Fluminense diante dessa reestruturação produtiva espacial, no qual em 2000 possuía 17% da participação do emprego e reduz 5% ao longo de 20 anos.

Entre 2006 à 2016, o setor industrial mantém um nível crescente, porém, poderia-se afirmar que a organização do trabalho das novas fábricas também não demandam de tanto emprego formal como na primeira década, que tinha uma participação maior no emprego do que na segunda, como já foi apontado por Antunes (2008) ao ressaltar que as novas organizações da indústria reduziram o índice de empregos formais. Ainda assim, a intensificação dessa desindustrialização se expressa em 2015, quando se iniciam os projetos de reestruturação produtiva espacial.

O setor de Administração Pública, que sempre se manteve estável e crescente, emprega mais trabalhadores na Baixada Fluminense do que o setor industrial, revelando seu poder público guiando a reestruturação produtiva. Por fim, o setor de Construção Civil, que por mais que componha níveis pequenos comparáveis aos outros setores já citados, tem um aumento no seu nível de emprego entre 2006 a 2015, que representa o período de construções e investimentos na dinâmica espacial da região.

**Tabela 5:** Empregos na Baixada Fluminense por setor.

EMPREGOS POR SETOR	Total	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
2000	254.640	1.301	43.408	2.255	10.382	67.194	102.502	26.776	746
2001	274.719	912	42.367	2.227	10.063	68.520	108.954	41.052	624
2002	294.505	917	43.201	1.675	11.749	72.802	117.665	45.884	612
2003	303.002	696	45.348	2.013	15.137	77.238	112.867	49.001	702
2004	312.741	776	46.903	2.000	13.600	84.153	116.690	47.785	834
2005	326.533	854	51.305	909	11.925	90.776	118.732	51.207	825
2006	358.201	1.109	55.428	3.139	21.307	94.672	124.053	57.821	672
2007	385.598	1.296	55.671	3.807	20.429	105.566	136.405	61.731	693
2008	406.005	1.468	58.101	3.060	21.148	111.983	148.319	61.258	668
2009	441.013	1.561	58.535	2.115	25.511	114.273	162.607	75.785	626
2010	474.884	1.677	58.587	3.024	24.733	124.554	183.574	78.188	547
2011	497.399	2.008	66.090	1.908	30.434	129.285	185.446	81.712	516
2012	514.193	1.779	70.853	1.630	40.001	126.837	184.476	88.094	523
2013	516.724	1.620	72.201	2.593	36.491	135.459	181.832	86.031	497
2014	518.574	1.587	75.644	3.224	28.017	138.947	186.577	84.042	536
2015	518.676	1.590	69.540	3.259	21.247	141.207	193.610	87.611	612
2016	479.249	1.307	61.467	3.634	14.106	135.502	182.828	79.855	550
2017	453.012	1.128	58.620	3.430	13.419	131.839	170.338	73.759	479
2018	457.882	1.149	56.314	3.449	12.260	131.980	170.308	81.928	494
2019	452.562	1.175	54.274	3.948	10.966	129.119	171.808	80.784	488
2020	434.143	1.196	53.550	4.134	11.759	127.155	168.475	67.283	591
VARIAÇÃO									

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Além disso, é possível ver as variações anuais de cada setor no emprego, ou seja, se no ano analisado houve queda ou aumento do emprego comparando ao ano anterior. A crise do emprego formal já apresenta sinais em 2013, que desde então, não gerou mais emprego do que o ano anterior. Assim, percebe-se que antes mesmo do Arco Metropolitano ser construído, a Baixada Fluminense de forma geral já apresentava dificuldades na geração de empregos formais.

Em relação aos setores, percebe-se que os setores que mais empregam não apresentam grandes crescimentos a partir de 2010, ganhando destaque na segunda década apenas os setores de Serviços Industriais e Agropecuária que representam menos de 1% do nível de emprego na região.

Ao observar as subcategorias do emprego disponibilizada pelo RAIS a partir do tamanho do estabelecimento apresentadas na Tabela 6, percebe-se que as empresas com mais de 1000 funcionários são as que mais empregam na Baixada Fluminense, e logo após elas, empresas entre 20 a 49 funcionários. Isto diz sobre quais são as empresas que possuem maior poder de empregar trabalhadores formais na região.

**Tabela 6:** Emprego por tamanho de Estabelecimento na Baixada Fluminense

EMPREGO POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO	Total	1000 ou Mais	De 500 a 999	De 250 a 499	De 100 a 249	De 50 a 99	De 20 a 49	De 10 a 19	De 5 a 9	De 1 a 4
2000	254.640	43.642	20.226	29.673	30.235	27.500	33.557	23.935	22.619	23.253
2001	274.719	56.262	19.885	30.893	32.116	28.672	34.653	25.236	23.729	23.273
2002	294.505	63.325	25.960	30.842	34.887	27.508	36.046	27.650	24.296	23.991
2003	303.002	72.859	20.407	32.801	34.678	28.633	36.053	28.793	24.508	24.270
2004	312.741	70.369	23.900	31.501	34.522	33.556	38.944	29.850	25.620	24.479
2005	326.533	71.042	20.631	34.332	40.191	34.336	42.002	31.620	27.281	25.098
2006	358.201	87.150	24.786	38.684	38.706	35.475	45.198	34.198	28.686	25.318
2007	385.598	99.282	30.497	36.907	42.866	38.461	48.114	34.613	29.533	25.325
2008	406.005	113.214	27.977	32.107	45.515	40.327	52.297	37.225	30.997	26.346
2009	441.013	135.361	29.136	33.727	47.421	43.121	53.040	39.504	32.553	27.150
2010	474.884	149.606	27.240	40.916	47.583	45.934	57.700	42.224	34.810	28.871
2011	497.399	155.292	31.026	38.650	51.071	46.913	62.443	44.816	36.685	30.503
2012	514.193	173.640	33.655	34.311	48.536	46.931	61.890	47.501	36.502	31.227
2013	516.724	148.535	44.769	34.212	53.999	49.956	65.532	47.560	39.206	32.955
2014	518.574	150.156	37.609	32.732	55.539	49.725	68.254	49.899	40.689	33.971
2015	518.676	151.943	31.408	38.819	53.858	46.568	68.900	50.775	41.817	34.588
2016	479.249	134.145	32.258	31.589	49.268	44.747	64.094	48.726	40.462	33.960
2017	453.012	120.392	27.668	34.418	44.904	41.922	64.042	47.811	38.659	33.196
2018	457.882	121.611	27.931	36.732	46.372	42.609	65.287	47.544	37.951	31.845
2019	452.562	118.385	29.013	35.737	46.465	43.049	65.410	45.981	37.655	30.867
2020	434.143	101.915	31.022	36.455	46.746	45.640	62.383	43.955	35.903	30.124
VARIAÇÃO										

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Em 2020, as grandes empresas representadas pelas que contratam mais de 1000 trabalhadores representava 23% da composição do nível de emprego. Os outros tamanhos se dividem entre 7 a 10% de composição no nível de emprego, destoando somente as empresas com 20 a 49 trabalhadores compondo 14% dos empregos na região da Baixada Fluminense.

Em relação às variações anuais, percebe-se que as maiores empresas demonstram ter gerado mais emprego ao longo destes anos, mas ao mesmo tempo, também gerando os maiores índices de queda no emprego. Além disso, as empresas que possuem maior participação, são as que mais apresentaram períodos com queda no nível de empregos, ou seja, foram as que mais tiveram poder de geração de emprego ao longo dos anos na região. Enquanto as empresas menores parecem diminuir sua geração de empregos a partir de 2014, mas sempre mantendo um leve crescimento ao longo dos anos. Para entender melhor o nível de poder destas empresas geradoras de emprego, o próximo tópico mostrará a relação dos estabelecimentos formais na Baixada Fluminense.

### 3.2.3 Os estabelecimentos e a geração de empregos

A variável de estabelecimentos representa o número de empresas formais na Baixada Fluminense. Com ele, percebemos como ocorreu o incentivo das empresas e se houve a efetiva entrada. Em 20 anos, os estabelecimentos apresentaram um aumento do número de empresas formais até 2015. Desde a crise instaurada, as empresas, assim como o emprego, diminuíram bruscamente tanto na Baixada Fluminense, como no Brasil, Sudeste e estado do Rio de Janeiro.

Ao longo dos 20 anos analisados, as empresas aumentaram em 40%, enquanto na

segunda década houve um crescimento de apenas 5%, que representa os primeiros cinco anos (Tabela 8). Vale ressaltar que a Baixada Fluminense em 2020 possui menos estabelecimentos que 2011, expressando um alto número de empresas saindo da região nesta década a partir de 2015 (Tabela 7). Mesmo havendo incentivos para a inserção de empresas na região, ainda assim a crise não conseguiu manter estável os rendimentos obtidos com os investimentos.

**Tabela 7:** Número de Estabelecimentos Formais por grandes regiões.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				
Ano	Brasil	Sudeste	Estado do Rio de Janeiro	Baixada Fluminense
2000	2.238.486	1.217.416	206.206	20.904
2001	2.334.581	1.256.050	209.262	21.391
2002	2.447.865	1.303.418	214.192	21.821
2003	2.527.285	1.331.370	216.103	21.995
2004	2.626.176	1.365.728	219.681	22.523
2005	2.724.172	1.408.207	222.943	23.063
2006	2.833.567	1.457.073	227.268	23.682
2007	2.935.448	1.502.336	231.809	24.115
2008	3.085.470	1.568.159	238.186	25.246
2009	3.223.514	1.623.079	245.504	26.258
2010	3.403.448	1.700.339	255.611	27.874
2011	3.590.616	1.783.087	267.647	29.874
2012	3.695.735	1.822.884	274.736	30.199
2013	3.836.771	1.880.759	282.154	31.755
2014	3.949.979	1.924.374	287.851	32.710
2015	3.971.108	1.925.253	288.294	33.461
2016	3.921.448	1.895.293	284.200	32.805
2017	3.887.449	1.872.050	278.195	31.858
2018	3.866.258	1.857.048	273.724	30.970
2019	3.833.287	1.837.929	266.809	30.144
2020	3.780.031	1.804.811	260.345	29.340
<b>Varição</b>				

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

A partir das análises, foi possível notar que a concentração das empresas estão nos municípios predominantes: Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti, podendo ressaltar também o aparecimento de empresas em Belford Roxo, Magé, Itaguaí e Nilópolis recebendo um certo nível de empresas em seus territórios. Assim como o emprego mencionado acima, as regiões que mais apresentaram um aumento de empresas na sua região, são as que possuem menor participação no volume de empresas na Baixada Fluminense.

Municípios como Japeri, Mesquita, Queimados e Seropédica foram os que mais apresentaram crescimento no volume de estabelecimentos formais em sua região, contudo, são os que menos possuem participação em seu nível na região. A maior concentração de emprego ocorre em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, porém, percebe-se que as empresas ao longo da reestruturação produtiva foram desbravando os municípios do Oeste Metropolitano, que será abordado no próximo capítulo.

**Tabela 8:** Variação entre décadas e Participação dos Estabelecimentos na Baixada por municípios.

	VARIÇÃO %				PARTICIPAÇÃO ESTABELECIMENTOS NA BAIxada		
	2000-2020	2000-2010	2010-2020		2000-2020	2000	2010
Baixada Fluminense	40%	33%	5%		100%	100%	100%
RJ-BELFORD ROXO	59%	56%	2%		6%	7%	7%
RJ-DUQUE DE CAXIAS	48%	41%	5%		28%	30%	30%
RJ-GUAPIMIRIM	55%	44%	8%		1%	2%	2%
RJ-ITAGUAI	39%	40%	-1%		5%	5%	5%
RJ-JAPERI	105%	48%	39%		1%	1%	1%
RJ-MAGE	55%	32%	17%		6%	6%	7%
RJ-MESQUITA	182%	127%	13%		0%	3%	3%
RJ-NILOPOLIS	5%	16%	-9%		6%	5%	5%
RJ-NOVA IGUACU	24%	12%	11%		27%	22%	24%
RJ-PARACAMBI	38%	27%	8%		2%	1%	2%
RJ-QUEIMADOS	79%	38%	30%		2%	2%	3%
RJ-SAO JOAO DE MERITI	8%	22%	-11%		15%	13%	11%
RJ-SEROPEDICA	134%	83%	28%		1%	2%	2%

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Analisando os setores das empresas na Baixada Fluminense pelas Tabelas 9 e 10 abaixo, percebe-se a concentração nos setores voltados para a Comércio e Serviços, assim como o aumento do setor de Indústria de Transformação. Além destes, vale ressaltar também o singelo aumento de estabelecimentos no setor de Construção Civil entre 2011 e 2017. A composição dos setores nos estabelecimentos expõe que a maior parte dos estabelecimentos estão concentrados nos setores de Comércio e Serviços, e logo após estes, a Indústria de Transformação também apresenta uma participação considerável, que diminui a partir de 2012.

**Tabela 9:** Estabelecimentos por Setor na Baixada Fluminense.

ESTABELECIMENTOS POR SETOR	Total	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
2000	20.904	106	2.302	32	676	10.271	7.242	58	217
2001	21.391	100	2.343	37	669	10.532	7.458	53	199
2002	21.821	91	2.327	38	683	10.679	7.749	51	203
2003	21.995	85	2.294	39	648	10.816	7.865	51	197
2004	22.523	82	2.276	36	677	11.045	8.145	52	210
2005	23.063	84	2.284	37	668	11.366	8.361	52	211
2006	23.682	98	2.615	50	677	11.479	8.509	51	203
2007	24.115	97	2.522	47	661	11.808	8.719	49	212
2008	25.246	100	2.625	57	741	12.393	9.088	48	194
2009	26.258	100	2.677	58	804	12.856	9.512	54	197
2010	27.874	109	2.669	52	976	13.811	10.050	53	154
2011	29.874	110	2.876	69	1.178	14.720	10.705	52	164
2012	30.199	113	2.876	64	1.258	14.593	11.089	51	155
2013	31.755	121	2.973	77	1.394	15.279	11.707	53	151
2014	32.710	117	3.030	84	1.445	15.530	12.293	56	155
2015	33.461	112	3.048	89	1.407	15.791	12.794	60	160
2016	32.805	103	2.938	86	1.258	15.422	12.801	55	142
2017	31.858	100	2.806	89	1.146	15.028	12.497	60	132
2018	30.970	91	2.630	95	997	14.603	12.333	58	163
2019	30.144	86	2.594	96	962	14.039	12.156	56	155
2020	29.340	79	2.433	98	937	13.712	11.878	57	146
VARIÇÃO									

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

**Tabela 10:** Composição de Estabelecimentos por Setor na Baixada Fluminense.

COMPOSIÇÃO ESTABELECEMENTOS POR SETOR	Total	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
2000	100%	1%	11%	0,15%	3%	49%	35%	0,28%	1%
2001	100%	0%	11%	0,17%	3%	49%	35%	0,25%	1%
2002	100%	0,42%	11%	0,17%	3%	49%	36%	0,23%	1%
2003	100%	0,39%	10%	0,18%	3%	49%	36%	0,23%	1%
2004	100%	0,36%	10%	0,16%	3%	49%	36%	0,23%	1%
2005	100%	0,36%	10%	0,16%	3%	49%	36%	0,23%	1%
2006	100%	0,41%	11%	0,21%	3%	48%	36%	0,22%	1%
2007	100%	0,40%	10%	0,19%	3%	49%	36%	0,20%	1%
2008	100%	0,40%	10%	0,23%	3%	49%	36%	0,19%	1%
2009	100%	0,38%	10%	0,22%	3%	49%	36%	0,21%	1%
2010	100%	0,39%	10%	0,19%	4%	50%	36%	0,19%	1%
2011	100%	0,37%	10%	0,23%	4%	49%	36%	0,17%	1%
2012	100%	0,37%	10%	0,21%	4%	48%	37%	0,17%	1%
2013	100%	0,38%	9%	0,24%	4%	48%	37%	0,17%	0,48%
2014	100%	0,36%	9%	0,26%	4%	47%	38%	0,17%	0,47%
2015	100%	0,33%	9%	0,27%	4%	47%	38%	0,18%	0,48%
2016	100%	0,31%	9%	0,26%	4%	47%	39%	0,17%	0,43%
2017	100%	0,31%	9%	0,28%	4%	47%	39%	0,19%	0%
2018	100%	0,29%	8%	0,31%	3%	47%	40%	0,19%	1%
2019	100%	0,29%	9%	0,32%	3%	47%	40%	0,19%	1%
2020	100%	0,27%	8%	0,33%	3%	47%	40%	0,19%	0%
VARIAÇÃO									

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Em termos de variações anuais, visualizou-se que, assim como o emprego, os estabelecimentos apresentam sair da região a partir de 2016, após a crise instaurada. As instabilidades dos estabelecimentos nos setores que possuem menor participação na região também é notória, no qual os municípios que mais apresentam altas variações, estão nos setores de Serviços Industriais e Construção Civil, entretanto, estes números não representam tanto o total de estabelecimentos na região como um todo. Os setores de Comércio e Serviços, os que mais representam a região, apresentam diminuições em seu número a partir de 2016.

Em relação ao tamanho do estabelecimento, as empresas estão concentradas principalmente em pequenas empresas, que empregam entre 1 a 4 funcionários. Ao mesmo tempo, as empresas que mais geram emprego, ou seja, de 1000 a 250 trabalhadores, são as que possuem menor quantidade, mas em compensação, tem maior poder de geração de emprego.

Sendo assim, pode-se concluir que o poder da Baixada Fluminense em relação à geração de emprego está nas mãos de poucas grandes empresas. Ao olhar para a composição dos estabelecimentos, as empresas entre 1 a 19 trabalhadores compõem em média 80% das empresas em 20 anos na região.

**Tabela 11:** Estabelecimentos por Tamanho na Baixada Fluminense.

ESTABELECIMENTO POR TAMANHO	Total	Sem funcionário	Com funcionário	1000 ou Mais	De 500 a 999	De 250 a 499	De 100 a 249	De 50 a 99	De 20 a 49	De 10 a 19	De 5 a 9	De 1 a 4
2000	20.904	2.129	18.775	20	27	84	200	397	1.097	1.783	3.465	11.702
2001	21.391	2.317	19.074	23	28	90	216	423	1.143	1.877	3.645	11.629
2002	21.821	2.156	19.665	24	37	89	229	407	1.177	2.070	3.709	11.923
2003	21.995	2.138	19.857	29	30	96	226	421	1.185	2.147	3.730	11.993
2004	22.523	2.093	20.430	28	35	92	224	485	1.283	2.238	3.917	12.128
2005	23.063	1.946	21.117	27	30	97	262	497	1.383	2.365	4.151	12.305
2006	23.682	1.979	21.703	29	36	110	255	515	1.494	2.544	4.373	12.347
2007	24.115	2.071	22.044	32	45	106	278	554	1.601	2.557	4.488	12.383
2008	25.246	2.157	23.089	40	41	93	300	588	1.743	2.781	4.716	12.787
2009	26.258	2.226	24.032	43	42	96	304	624	1.751	2.329	4.936	13.307
2010	27.874	2.243	25.631	46	39	119	316	664	1.915	3.114	5.287	14.131
2011	29.874	2.689	27.185	44	45	110	335	672	2.080	3.347	5.551	15.001
2012	30.199	2.551	27.648	46	50	97	325	679	2.052	3.519	5.555	15.325
2013	31.755	2.702	29.053	42	64	97	355	720	2.206	3.554	5.929	16.086
2014	32.710	2.621	30.089	47	55	93	363	729	2.288	3.714	6.153	16.647
2015	33.461	2.824	30.637	46	46	109	355	632	2.306	3.785	6.319	16.979
2016	32.805	2.961	29.844	42	47	93	326	662	2.149	3.623	6.138	16.764
2017	31.858	2.941	28.917	40	41	99	302	615	2.131	3.558	5.866	16.265
2018	30.970	2.776	28.194	37	40	104	307	623	2.176	3.529	5.762	15.616
2019	30.144	2.598	27.546	38	43	103	304	631	2.185	3.394	5.687	15.161
2020	29.340	2.640	26.700	38	47	106	305	665	2.084	3.225	5.428	14.802
VARIAÇÃO												

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

### 3.1.4 Os salários em ganhos reais: o desenvolvimento à quem?

Para finalizar a apresentação geral destas variáveis e deste capítulo, expõe-se o Salário Médio. O salário médio é uma variável que o Ministério do Trabalho calcula a partir dos trabalhadores formais vinculado aos estabelecimentos citados acima. No Rais, o salário é disponibilizado de maneira nominal. Para isso, a metodologia em anexo nesta dissertação apresenta os números índices utilizados, foi feito um cálculo para se obter os valores reais do salário a partir de 2000.

Este é um ponto que deve se atentar, pois para calcular os valores reais de um salário, foi baseado o ano de 2000, e para isso, calculamos o crescimento real do salário com base no primeiro salário exposto, de R\$ 570 reais quando o salário-mínimo era de 151 reais. A partir deste valor, foi calculado quanto foi o aumento deste salário desde então, por isso, o salário de 2020 nas regiões não atingirá o teto do salário-mínimo de atualmente por exemplo, porque a lógica para se obter o salário real é fixar um ano base com o salário nominal da época, e calcular seu aumento real, o que não significa que ele vai acompanhar os aumentos com a inflação.

Assim, a análise do salário real é feita para analisar o poder de compra das pessoas fixando os preços em 2000, ou seja, o aumento referente seria o poder de compra de fato aumentando, não o salário que acompanhamos todo ano mudar.

Sendo assim, a partir da Tabela 12 pode-se observar que o salário real obteve um aumento ao longo de 20 anos, mas que não pode ser considerado um aumento significativo. Tanto na Baixada Fluminense, como no estado do Rio de Janeiro e no Brasil, os salários alcançam seu maior poder de compra em 2014, e logo após em 2015, o salário apresenta quedas que voltam para o mesmo poder de compra em 2011. Ou seja, o aumento do salário ao longo dos anos foi completamente corroído pela crise em 5 anos.

Como Antunes e Pochman (2007) apontam, a reestruturação produtiva criou uma empresa enxuta que redesenhou a planta produtiva que além de reduzir a força de trabalho, rebaixa o salário em grandes níveis, mesmo com um aumento da produção ao longo deste período. Este fato torna o trabalhador cada vez mais enfraquecido e coagido de lutar por direitos e poder de barganha com o capitalista.

**Tabela 12:** Salário Médio Real nas grandes Regiões.

SALARIO REAL			
Ano	Baixada Fluminense	Estado do Rio de Janeiro	Brasil
2000	R\$ 570,65	R\$ 821,40	R\$ 746,92
2001	R\$ 557,42	R\$ 822,43	R\$ 724,02
2002	R\$ 526,10	R\$ 786,96	R\$ 674,46
2003	R\$ 533,35	R\$ 774,73	R\$ 667,39
2004	R\$ 555,09	R\$ 791,43	R\$ 682,81
2005	R\$ 561,44	R\$ 805,45	R\$ 698,16
2006	R\$ 610,26	R\$ 837,01	R\$ 736,12
2007	R\$ 613,47	R\$ 848,51	R\$ 742,55
2008	R\$ 629,19	R\$ 878,26	R\$ 762,96
2009	R\$ 663,51	R\$ 912,08	R\$ 788,89
2010	R\$ 658,22	R\$ 931,73	R\$ 805,50
2011	R\$ 669,14	R\$ 956,92	R\$ 828,54
2012	R\$ 700,74	R\$ 993,97	R\$ 856,66
2013	R\$ 727,49	R\$ 1.052,15	R\$ 884,16
2014	R\$ 745,60	R\$ 1.073,74	R\$ 904,08
2015	R\$ 722,14	R\$ 1.039,61	R\$ 884,03
2016	R\$ 726,58	R\$ 1.033,19	R\$ 891,98
2017	R\$ 755,17	R\$ 1.060,04	R\$ 920,87
2018	R\$ 743,92	R\$ 1.052,46	R\$ 916,31
2019	R\$ 721,71	R\$ 1.033,03	R\$ 890,03
2020	R\$ 665,63	R\$ 974,61	R\$ 850,99

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Ao contrário das outras variáveis que predominam Duque de Caxias e Nova Iguaçu, o maior salário médio real da Baixada Fluminense está em Seropédica, que apresenta um poder de compra bem mais elevado que os outros municípios. Em segundo e terceiro lugar, estão Itaguaí e Caxias, respectivamente. Em 20 anos, o aumento do salário na Baixada Fluminense foi de 17%, enquanto a primeira década representa praticamente este aumento todo. Em 10 anos, o aumento do salário foi de 15%, enquanto de 2010 a 2020, foi de apenas 1%. (Tabela 13)

Além disso, analisando as variações salariais nos municípios da Baixada Fluminense, Itaguaí foi o município que mais apresentou crescimento ao longo dos 20 anos. Ademais, municípios como Guapimirim, Nilópolis e Japeri também apresentam um aumento no poder de compra ao longo deste período. Percebe-se assim que os locais nos quais concentram a maior parte dos trabalhadores são os que apresentam menor faixa salarial. O próximo capítulo é dedicado em analisar quais setores geram maior salário nestes municípios que obtiveram destaque.

**Tabela 13:** Variação em décadas do Salário Médio Real nos municípios da Baixada

Fluminense.

VARIACÃO %			
	2000-2020	2000-2010	2010-2020
Baixada Fluminense	17%	15%	1%
RJ-BELFORD ROXO	8%	6%	1%
RJ-DUQUE DE CAXIAS	10%	14%	-4%
RJ-GUAPIMIRIM	39%	14%	22%
RJ-ITAGUAI	59%	46%	9%
RJ-JAPERI	38%	20%	15%
RJ-MAGE	14%	14%	0%
RJ-MESQUITA	24%	17%	6%
RJ-NILOPOLIS	28%	20%	6%
RJ-NOVA IGUACU	15%	10%	5%
RJ-PARACAMBI	17%	5%	11%
RJ-QUEIMADOS	6%	1%	5%
RJ-SAO JOAO DE MERITI	3%	-2%	5%
RJ-SEROPEDICA	18%	15%	3%

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Os setores predominantes em concentração de empresas, trabalhadores e maiores produções, são os que proporcionam os menores salários na região da Baixada Fluminense <sup>11</sup>. Os setores com a maior faixa salarial entre 2000 e 2010 se destacam como Administração Pública, Serviços Industriais, Indústria de Transformação e Extrativa Mineral, setores estes que representam uma singela parcela dos empregos formais na região.

A variação anual do salário também nos proporciona a visão da instabilidade ou estabilidade dos setores. Os Serviços Industriais e Construção Civil e Administração Pública apresentaram avanços ao longo dos anos. A partir de 2016, com exceção da Administração Pública, todos os setores sofrem uma queda na faixa salarial. Neste ponto, pode-se perceber o papel do Estado na região da Baixada Fluminense, e que o mesmo é responsável por gerar maior poder de compra aos trabalhadores da Baixada Fluminense.

Além disso, os maiores salários estão nas empresas com mais trabalhadores, e ao mesmo tempo, quanto menor o estabelecimento, menor o salário também. Ou seja, além das grandes empresas gerarem mais emprego, remuneram melhor também, dando um grande poder a estes estabelecimentos na região.

A relação do salário com o PIB per capita, os municípios em cada setor e estabelecimento e sua relação com outras variáveis serão analisadas a seguir no próximo capítulo.

<sup>11</sup> Com exceção da agropecuária.

## **CAPÍTULO IV – OBSERVANDO AS SINGULARIDADES: ANÁLISES ESPECÍFICAS DO DESENVOLVIMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE: UM OLHAR PARA A PERIFERIA DAS PERIFERIAS**

Após uma apresentação geral das variáveis da Baixada Fluminense, percebe-se que a partir de 2015 os níveis das variáveis diminuem, mas uma coisa fica evidente: enquanto a produção diminui seu crescimento, o emprego já lida com períodos negativos, ou seja, que apresentam níveis de emprego menores do que no ano anterior. Dentre os dados expostos no capítulo 3, este capítulo tem como finalidade apresentar algumas singularidades tanto dos setores e tamanhos de estabelecimento, como dos municípios que compõem a Baixada Fluminense.

Dessa forma, a primeira seção se propõe a analisar a região da Baixada Fluminense como uma periferia urbana consolidada, assim como suas centralidades econômicas, enquanto a segunda seção se dedica a debater sobre o oeste metropolitano, as periferias das periferias e em como eles são os que mais expressaram efeitos da reestruturação produtiva.

### **4.1 a periferia urbana consolidada e centralidades econômicas:**

Esta seção tem como objetivo expor as variáveis correlacionadas entre elas, assim como a exposição de alguns municípios que merecem atenção, como por exemplo, quais deles lidaram com o crescimento sem emprego de forma mais expressiva.

A partir de uma síntese geral das variáveis da Baixada Fluminense (Tabela 14), percebe-se que as primeiras variáveis a apresentarem quedas são as de emprego formal e estabelecimentos, que a partir de 2015 expressa efeitos da crise momentaneamente. Em compensação, o PIB e o salário apresentam quedas a partir de 2018, atingindo seus maiores níveis em 2017. Assim, a reestruturação produtiva gerou uma nova dinâmica econômica fomentando e apresentando crescimentos até a segunda metade da década de 2010, mas que mostra também que a relação entre a produção e o emprego estão cada vez mais afastadas, pois enquanto o PIB encara seu melhor ano de produção, o emprego já apresentava quedas em seus níveis à dois anos.

**Tabela 14:** Variáveis Econômicas da Baixada Fluminense.

BAIXADA FLUMINENSE	PIB	EMPREGO	ESTABELECIMENTOS	SALÁRIO
2000	R\$ 20.385.038,57	254640	20904	R\$ 570,65
2001	R\$ 21.797.811,18	274719	21391	R\$ 557,42
2002	R\$ 21.354.492,01	294505	21821	R\$ 526,10
2003	R\$ 22.171.889,35	303002	21995	R\$ 533,35
2004	R\$ 24.444.501,89	312741	22523	R\$ 555,09
2005	R\$ 27.268.500,25	326533	23063	R\$ 561,44
2006	R\$ 27.232.561,32	358201	23682	R\$ 610,26
2007	R\$ 31.092.479,18	385598	24115	R\$ 613,47
2008	R\$ 25.727.709,12	406005	25246	R\$ 629,19
2009	R\$ 30.471.874,78	441013	26258	R\$ 663,51
2010	R\$ 30.312.246,10	474884	27874	R\$ 658,22
2011	R\$ 30.464.085,05	497399	29874	R\$ 669,14
2012	R\$ 29.622.967,48	514193	30199	R\$ 700,74
2013	R\$ 32.261.997,17	516724	31755	R\$ 727,49
2014	R\$ 33.886.082,45	518574	32710	R\$ 745,60
2015	R\$ 35.021.544,88	518676	33461	R\$ 722,14
2016	R\$ 35.745.605,36	479249	32805	R\$ 726,58
2017	R\$ 35.236.635,68	453012	31858	R\$ 755,17
2018	R\$ 34.431.605,16	457882	30970	R\$ 743,92
2019	R\$ 34.683.924,56	452562	30144	R\$ 721,71
2020	R\$ 34.264.798,83	434143	29340	R\$ 665,63
<b>VARIAÇÃO</b>				

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho. Valores PIB em R\$ 1.000,00 reais.

Até aqui, poderia pensar também no que estes investimentos agregaram para o desenvolvimento social na Baixada Fluminense? Pode-se dizer que a ideologia neoliberal interferiu em novas atrações de negócios para a região, mas que ao invés disso ser revertido em políticas públicas sociais, a região se torna mais um depósito de empresas que precisam usufruir de baixos custos para manter sua produção, uma valorização do território para novos padrões de consumo e uma valorização do solo que não é conservado ambientalmente falando. Ainda pode-se dizer sobre o estímulo destes novos negócios a partir de isenções fiscais, mas o direcionamento nas políticas sociais que retribuam a população diante de tantas concessões também não ocorre.

Rocha (2012) já trouxe este debate ao apontar a seletividade das políticas públicas na ação do Estado que fomenta a estrutura geoeconômica e reflete a (re)produção desigual no uso de espaços em condições marginais. “se entendemos as políticas públicas como práticas de grupos sociais, perceberemos que a efetividade de tais políticas públicas carregam e produzem além de formas, também, conteúdos.” (ROCHA, p. 12, 2012) Conteúdos estes falsificados, distorcidos e ilusórios para atrair e convencer a população a lidar suas propostas impostas que só beneficiam a classe que explora e domina a lógica do capital. Em 2019, a construção da imagem da Baixada Fluminense continua sendo voltada para a atração de novos negócios que não se apresentou resultados desde a crise, como pode-se notar pela matéria do *O dia* sobre a região:

**Figura 1:** Matéria no Jornal - O Dia - 29/09/2019.



Fonte: Jornal O dia – Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/o-dia-na-baixada/2019/09/5686339-pib-poderoso-com-grandes-industrias.html>

Diante disso, a pesquisa se direciona a uma análise que pretende responder alguns questionamentos que serão destacados em tópicos conforme as análises:

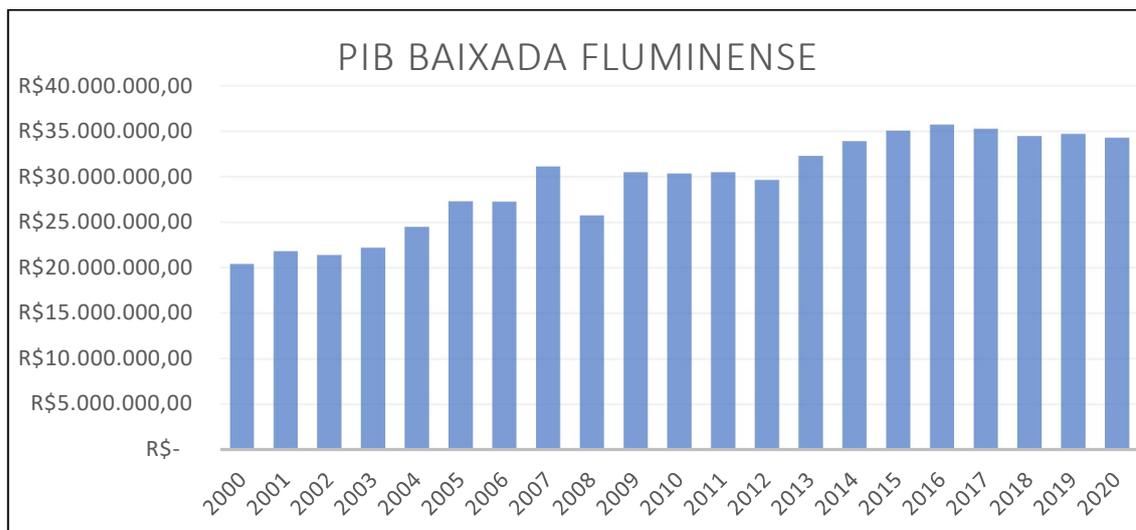
- É possível observar um relativo acompanhamento do emprego formal na mesma proporção que a produção na Baixada Fluminense? Pode-se dizer que a relação entre o emprego formal e a produção devido a sua financeirização se vê cada vez mais desconectada? Como podemos interpretar a diferença nos indicadores apontados se tratando de um país, estado e uma região periférica neste período?

Podemos comparar o PIB com o emprego para entendermos a contradição da lógica capitalista que hoje já não se vê diante de uma produção dependente de um mercado de trabalho. Enquanto o PIB real apresenta um aumento de 68% em 20 anos, o emprego aumenta em 70%, mostrando ainda assim uma relação entre as duas variáveis diante de uma crise política instaurada.

Contudo, observando os **Gráficos 5 e 6** abaixo o comportamento ao longo das décadas de cada variável, percebe-se que ao mesmo tempo em que ocorre uma crise em 2015, a produção se apresenta estável diante de tantas possibilidades de se acumular capital na acumulação flexível e neoliberalismo. Enquanto isso, o emprego a partir de 2015 começa a diminuir em proporções tão maiores que em 2020 o nível de emprego se encontra no mesmo nível de 2010.

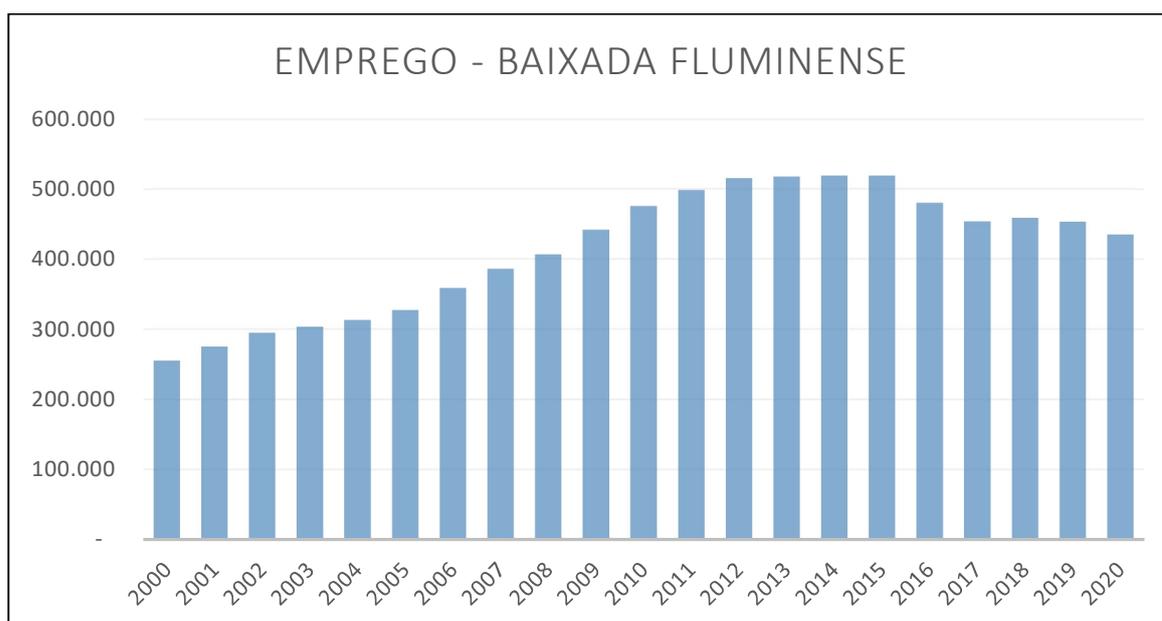
Da mesma forma, a relação entre o PIB e o emprego já se expressam descontínuas quando na primeira década, o emprego apresenta um crescimento constante, enquanto o PIB apresenta instabilidades no final desta década.

**Gráfico 4: PIB Real na Baixada Fluminense**



Elaboração da autora. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Gráfico 5: Emprego na Baixada Fluminense**



Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Para esta análise, a Tabela 15 abaixo expressa a diferença entre as variações anuais para se notar em quais períodos a produção ultrapassa o aumento do emprego. Pela última coluna da tabela, com a diferença entre o valor de variação do emprego menos a do PIB, os valores que apresentam resultados negativos são os quais a produção apresentou um crescimento maior do que a do emprego.

Neste sentido, percebe-se que apenas entre 2010 e 2012 o emprego apresenta um crescimento maior do que a produção, enquanto nos anos seguintes, com exceção de 2008 e 2018, todos os anos a produção excede o emprego em questões de variações.

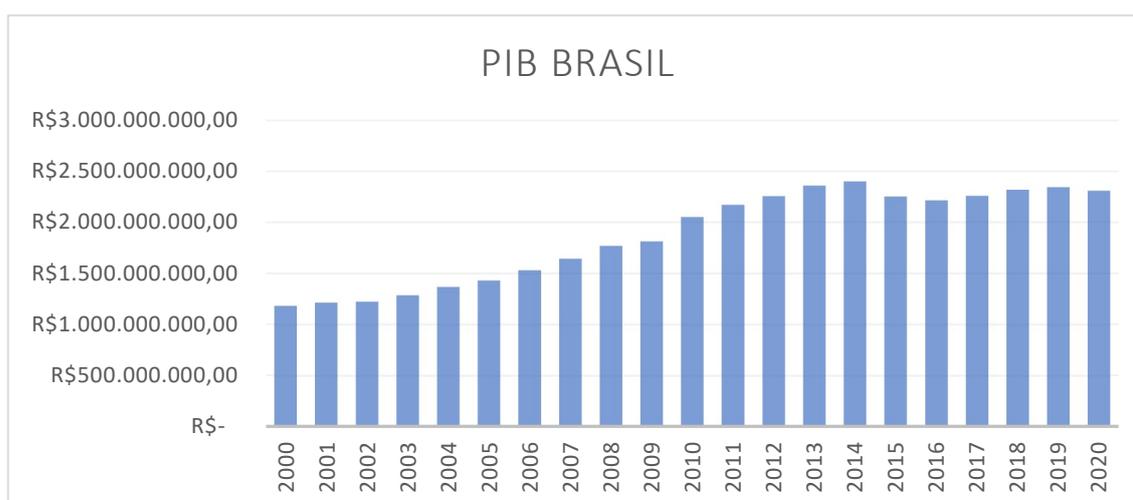
**Tabela 15:** Variação Anual das Variáveis PIB e Emprego e sua diferença na Baixada Fluminense.

VARIAÇÃO ANUAL	PIB	EMPREGO	DIFERENÇA (EMPREGO - PIB)
2001	7%	8%	1%
2002	-2%	7%	9%
2003	4%	3%	-1%
2004	10%	3%	-7%
2005	12%	4%	-7%
2006	0%	10%	10%
2007	14%	8%	-7%
2008	-17%	5%	23%
2009	18%	9%	-10%
2010	-1%	8%	8%
2011	1%	5%	4%
2012	-3%	3%	6%
2013	9%	0%	-8%
2014	5%	0%	-5%
2015	3%	0%	-3%
2016	2%	-8%	-10%
2017	-1%	-5%	-4%
2018	-2%	1%	3%
2019	1%	-1%	-2%
2020	-1%	-4%	-3%

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

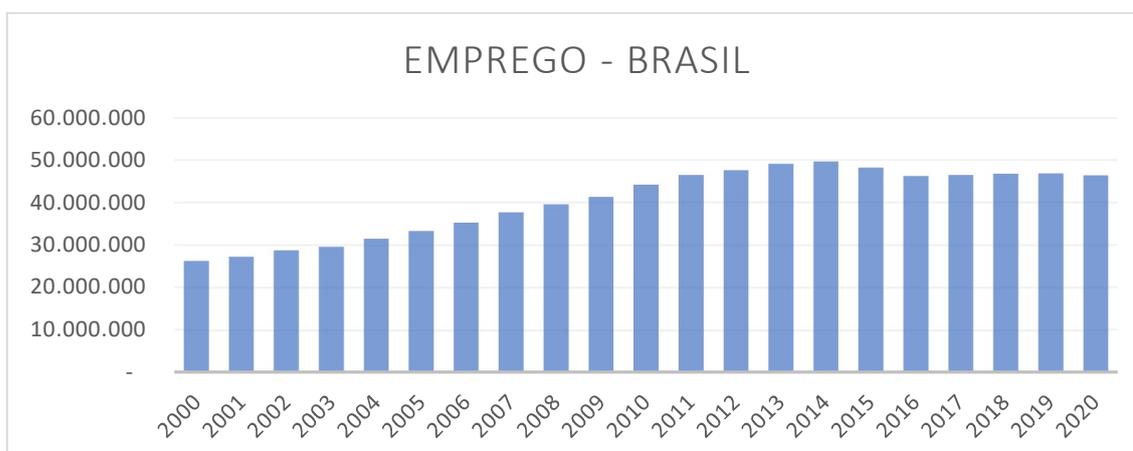
O PIB no Brasil, diferentemente da Baixada Fluminense, passa por um período de expansão até 2015, que desde então nunca mais recupera seu volume de produção de 2014. No país, percebe-se a partir da comparação entre estes dois **gráficos (7 e 8) abaixo**, que o emprego acompanha a produção de modo mais uniforme do que na Baixada Fluminense.

**Gráfico 6:** PIB Real no Brasil



Elaboração da autora. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Gráfico 7: Empregabilidade Formal no Brasil**



Elaboração da autora. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Analisando a diferença de variação anual do Brasil na Tabela 16, percebe-se que mesmo havendo o mesmo ciclo de expansões e quedas no país, a região da Baixada Fluminense enfrenta instabilidades maiores que o país.

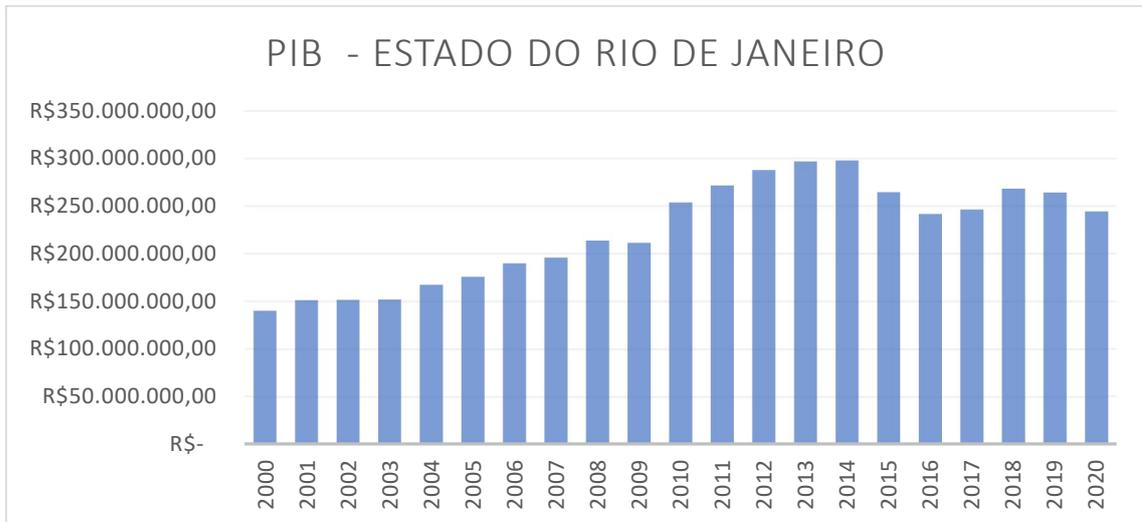
**Tabela 16:** Variação Anual das Variáveis PIB e Emprego e sua diferença no Brasil.

VARIAÇÃO ANUAL	PIB	EMPREGO	DIFERENÇA (EMPREGO - PIB)
2001	10%	4%	7%
2002	13%	5%	8%
2003	15%	3%	12%
2004	14%	6%	8%
2005	11%	6%	5%
2006	10%	6%	5%
2007	12%	7%	5%
2008	14%	5%	9%
2009	7%	4%	2%
2010	20%	7%	13%
2011	13%	5%	8%
2012	10%	2%	8%
2013	11%	3%	8%
2014	8%	1%	7%
2015	4%	-3%	7%
2016	5%	-4%	9%
2017	5%	0%	5%
2018	6%	1%	6%
2019	5%	0%	5%
2020	3%	-1%	4%

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O PIB no estado do Rio de Janeiro já se apresenta muito instável. Como Oliveira (2015) aponta, o estado foi um dos que mais sofreram o impacto na crise política em 2015, como é possível observar no **Gráfico 9** abaixo a queda brusca entre 2014 a 2016, mas que logo após já apresenta sinais de recuperação, diferente da Baixada Fluminense. Assim, a Baixada Fluminense é a região periférica que aparenta absorver as instabilidades das mudanças do capitalismo em seu nível de empregabilidade formal de maneira mais intensa, ou seja, é a região que fica mais vulnerável às instabilidades do estado do Rio de Janeiro.

**Gráfico 8: PIB Real no Estado do Rio de Janeiro.**



Elaboração da autora. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A partir destas diferenças visualizadas na Tabela 17, percebe-se que além da Baixada Fluminense, todas estas áreas aparentam ter um acompanhamento das variações entre a produção e o emprego, ressaltando mais uma vez o fator da periferia absorver mais estes efeitos do neoliberalismo e da flexibilização no mercado de trabalho que cada vez mais terceiriza e precariza as relações de trabalho.

**Tabela 17: Variação Anual das Variáveis PIB e Emprego e sua diferença no Estado do Rio de Janeiro.**

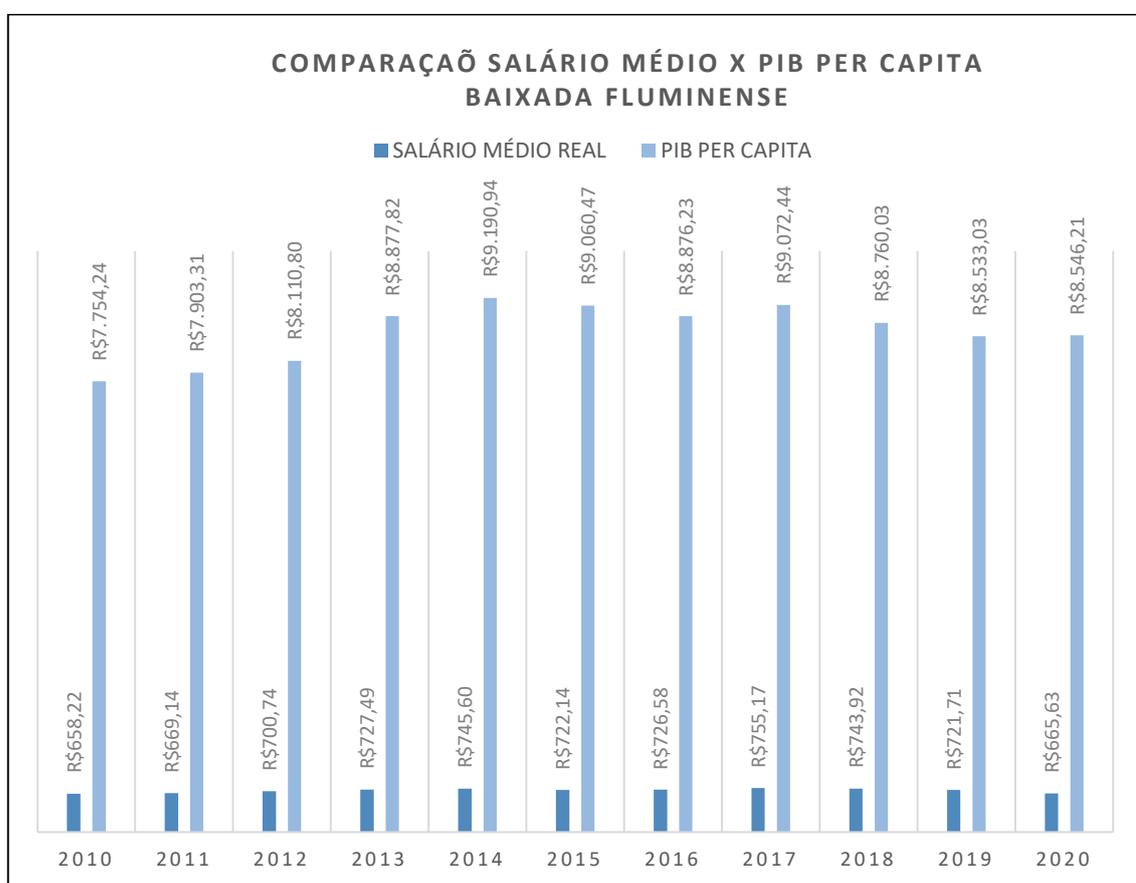
VARIAÇÃO ANUAL	PIB	EMPREGO	DIFERENÇA (EMPREGO - PIB)
2001	8%	4%	-4%
2002	0%	5%	5%
2003	0%	3%	3%
2004	10%	6%	-4%
2005	5%	6%	1%
2006	8%	6%	-2%
2007	3%	7%	4%
2008	9%	5%	-4%
2009	-1%	4%	6%
2010	20%	7%	-13%
2011	7%	5%	-2%
2012	6%	2%	-3%
2013	3%	3%	0%
2014	0%	1%	1%
2015	-11%	-3%	8%
2016	-9%	-4%	4%
2017	2%	0%	-1%
2018	9%	1%	-8%
2019	-1%	0%	2%
2020	-8%	-1%	6%

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

- Se o PIB per capita calcula a divisão da renda pelo número de pessoas residentes, por que existe diferença tão grande entre este indicador e o salário formal? O quanto isso pode nos dizer sobre concentração de renda?

Observando o PIB per capita nos municípios em relação ao salário, é possível perceber por uma simples comparação no grau de desigualdade entre a produção gerada dividida pelo número de população residente no espaço analisado e o salário médio real nos empregos formais daquele espaço (Gráfico 10). A diferença entre estas variáveis descrevem a concentração de renda existente na região.<sup>12</sup>

**Gráfico 9:** Comparação Salário Médio x PIB per capita na Baixada Fluminense.



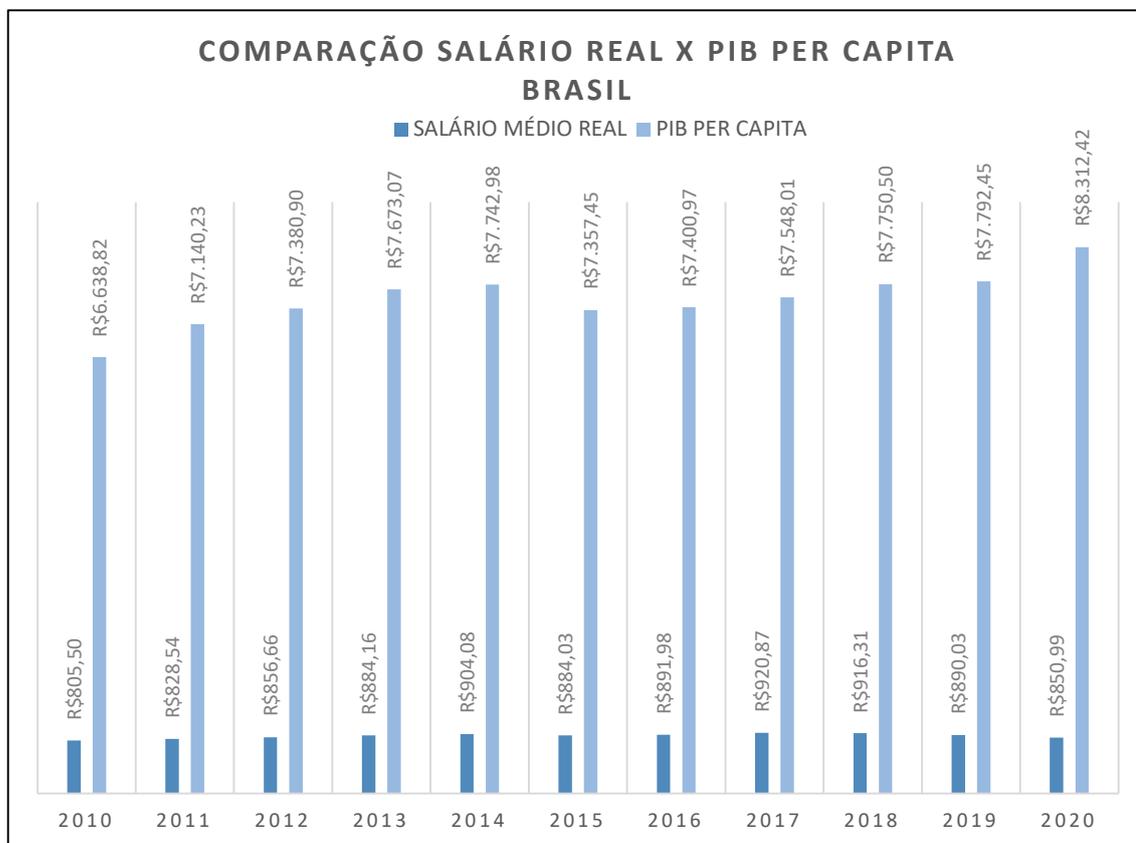
Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

No Brasil, a concentração de renda também se expressa de maneira nítida (Gráfico 11). Porém, nota-se que o PIB per capita no Brasil foi menor do que a Baixada Fluminense em todos os anos expostos. Assim, mesmo havendo uma intensa concentração de renda em um país periférico, a periferia das periferias ainda absorvem mais essa exploração que concentra cada

<sup>12</sup> Para esta análise, a pesquisa utiliza dados entre 2010 e 2020 devido a falta de disponibilidade da fonte utilizada.

vez mais renda.

**Gráfico 10:** Comparação Salário Médio x PIB per capita no Brasil.



Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Assim, observando esses dados poderíamos lançar ainda algumas questões: Dentro da Baixada Fluminense, quais setores contém as maiores empresas? Destas maiores empresas, quanto emprego formal elas geram atualmente para a região? Destas principais empresas, nos setores que mais geram, quanto é o salário? Quais são os maiores salários na Baixada Fluminense em termos de tamanho de empresa e setores?

Como já demonstrado anteriormente que a maior parte do emprego está concentrado nas grandes empresas representando 23% do emprego formal<sup>13</sup>, apresenta-se abaixo na Tabela 18 quais setores se mostram presentes nas grandes empresas na Baixada.

<sup>13</sup> Tabela 11.

**Tabela 18:** Empregos com mais de 1.000 Funcionários por Setor na Baixada Fluminense.

SETORES DAS EMPRESAS COM 1000 OU MAIS FUNCIONÁRIOS	Total	2 - Indústria de transformação	3 - Serviços industriais de utilidade pública	4 - Construção Civil	5 - Comércio	6 - Serviços	7 - Administração Pública
2000	87.284	7.100	2.686	3.020	9.352	24.252	40.874
2001	112.524	5.480	2.970	-	-	33.024	71.050
2002	126.650	5.996	-	-	-	41.142	79.512
2003	145.718	8.594	2.612	6.686	2.614	36.648	88.564
2004	140.738	11.588	-	5.220	2.840	35.714	85.376
2005	142.084	11.858	-	-	-	36.510	93.716
2006	174.300	12.226	3.506	15.752	-	40.054	102.762
2007	198.564	10.294	3.966	12.380	4.748	55.104	112.072
2008	226.428	10.612	2.864	17.906	9.160	75.180	110.706
2009	270.722	10.528	-	24.226	7.324	88.962	139.682
2010	299.212	8.556	-	8.630	12.560	123.000	146.466
2011	310.584	17.900	-	21.376	8.156	108.402	154.750
2012	347.280	28.900	-	41.052	4.772	102.318	170.238
2013	297.070	31.026	-	26.560	3.742	73.910	161.832
2014	300.312	40.266	-	11.706	7.084	85.256	156.000
2015	303.886	35.012	-	5.074	6.508	95.336	161.956
2016	268.290	34.668	-	2.746	6.332	76.388	148.156
2017	240.784	32.958	-	5.982	-	66.660	135.184
2018	243.222	28.512	-	3.146	-	61.770	149.794
2019	236.770	22.134	-	-	2.282	63.510	148.844
2020	203.830	24.976	-	-	2.868	56.002	119.984

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Analisando o emprego no setor de Administração por tamanho de empresas, percebe-se que 89% dos trabalhadores deste setor trabalham em estabelecimentos com mais de 1.000 funcionários, revelando o poder do setor público na região da Baixada Fluminense. Ou seja, dos 23% dos trabalhadores nas grandes empresas, 89% deles estão no setor de Administração Pública, enquanto os 11% restantes se distribuem basicamente entre Indústria e Serviços, principalmente no setor de Serviços como é possível notar na tabela acima. (Tabela 19)

**Tabela 19:** Emprego por Tamanho de Estabelecimento no setor de Administração Pública na Baixada Fluminense.

EMPREGO POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO - ADM PÚBLICA	Total	1000 ou Mais	De 500 a 999	De 250 a 499	De 100 a 249	De 50 a 99	De 20 a 49	De 10 a 19	De 5 a 9	De 1 a 4
2000	26.776	20.437	3.450	1.696	519	342	128	77	100	27
2001	41.052	35.525	2.360	2.500	139	320	41	55	95	17
2002	45.884	39.756	3.759	1.403	481	254	60	79	69	23
2003	49.001	44.282	2.259	1.652	267	249	116	113	47	16
2004	47.785	42.688	2.181	1.568	575	409	218	77	60	9
2005	51.207	46.858	519	1.034	2.209	353	126	90	7	11
2006	57.821	51.381	3.194	1.353	1.337	332	73	113	29	9
2007	61.731	56.036	2.318	1.432	1.362	411	22	112	26	12
2008	61.258	55.353	2.526	2.012	926	145	210	56	26	4
2009	75.785	69.841	874	3.059	1.638	136	158	57	18	4
2010	78.188	73.233	991	1.509	1.962	221	191	43	32	6
2011	81.712	77.375	528	2.150	1.110	264	196	56	26	7
2012	88.094	85.119	-	1.148	1.244	231	250	60	33	9
2013	86.031	80.916	1.725	1.343	1.473	362	159	10	31	12
2014	84.042	78.000	2.096	1.468	1.847	449	96	52	18	16
2015	87.611	80.978	3.147	1.130	1.633	487	140	47	42	7
2016	79.855	74.078	1.949	1.689	1.517	442	64	90	8	18
2017	73.759	67.592	3.050	857	1.565	457	165	32	17	24
2018	81.928	74.897	3.333	2.177	940	333	152	53	25	18
2019	80.784	74.422	3.080	1.749	1.004	256	219	21	23	10
2020	67.283	59.992	4.423	1.795	463	359	135	65	42	9
VARIAÇÃO										

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Enquanto isso, o emprego no setor de Comércio compõe 29% dos trabalhadores e o setor de Serviços que compõe 39%, possuem como principais tamanhos de estabelecimentos de 1 a 4 trabalhadores (Tabela 11). Ou seja, a maior concentração de empresas na Baixada Fluminense são nos pequenos estabelecimentos, contudo, as empresas responsáveis pela maior geração de emprego e maior faixa salarial estão no setor da Administração Pública, por ser o setor que apenas comporta o mercado de trabalho formal e que representa o poder público e a gestão de desenvolvimento local.

Ao observar a Tabela 9 de Estabelecimentos por setor demonstrado nos tópicos anteriores, percebe-se que a Administração Pública em 2020 possuía apenas 57 estabelecimentos formais, representando apenas 0,2% dos estabelecimentos totais na Baixada Fluminense. Além disso, 26% das empresas, equivalente a 15 unidades, estão nas que empregam 1000 ou mais funcionários. Enquanto as empresas de 500 a 900, 5 a 9 e 1 a 4 funcionários representam 10% cada uma na quantidade de estabelecimentos formais neste setor. Em resumo, pode-se dizer que estes 89% dos trabalhadores no setor de Administração Pública estão em 26 estabelecimentos na Baixada Fluminense.

**Tabela 20:** Tamanho dos Estabelecimentos no setor de Administração Pública na Baixada Fluminense.

ESTABELECIMENTO POR TAMANHO - ADM PÚBLICA	Total	Sem funcionário	Com funcionário	1000 ou Mais	De 500 a 999	De 250 a 499	De 100 a 249	De 50 a 99	De 20 a 49	De 10 a 19	De 5 a 9	De 1 a 4
2000	58	-	58	6	4	5	3	5	4	6	15	10
2001	53	1	52	10	3	7	1	5	2	4	14	6
2002	51	-	51	10	5	4	3	4	2	6	10	7
2003	51	2	49	12	3	5	2	3	4	9	7	4
2004	52	-	52	12	3	5	3	5	7	6	8	3
2005	52	1	51	13	1	3	13	5	4	7	1	4
2006	51	1	50	11	4	4	8	5	2	8	4	4
2007	49	-	49	12	3	4	8	5	1	8	4	4
2008	48	-	48	12	3	6	6	2	7	5	4	3
2009	54	-	54	15	1	9	10	2	5	5	3	4
2010	53	-	53	16	1	4	11	3	6	4	5	3
2011	52	1	51	17	1	6	6	3	6	5	4	3
2012	51	-	51	17	-	3	7	3	7	4	5	5
2013	53	-	53	16	3	4	9	5	5	1	5	5
2014	56	-	56	16	3	4	10	6	3	4	3	7
2015	60	1	59	16	5	4	9	6	4	4	6	5
2016	55	-	55	15	2	5	8	6	2	7	1	9
2017	60	1	59	15	4	2	10	6	5	3	2	12
2018	58	-	58	16	5	6	6	4	4	4	3	10
2019	56	2	54	16	4	5	7	4	6	2	3	7
2020	57	2	55	15	6	5	3	5	4	5	6	6
VARIACÃO												

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

O setor de indústrias também apresenta um fato interessante em relação à empregabilidade baseado no tamanho de empresas. Dentre as empresas com 1000 ou mais funcionários, logo abaixo de Administração Pública, temos o setor de indústria, que representa 12% do emprego na Baixada Fluminense com 53.550 mil empregos formais em 2020. Todavia, esta predominância neste tamanho de empresa se consolida a partir de 2012. Até 2010, as indústrias na Baixada Fluminense eram compostas majoritariamente por empresas de 250 a 499 funcionários, 100 a 249 funcionários e de 20 a 40 funcionários, empresas que podem ser consideradas com um tamanho médio, como é possível analisar nas Tabelas 21 e 22 abaixo.

**Tabela 21:** Emprego por Tamanho de Estabelecimento no setor Industrial na Baixada

## Fluminense.

EMPREGO POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO - INDÚSTRIA	Total	1000 ou Mais	De 500 a 999	De 250 a 499	De 100 a 249	De 50 a 99	De 20 a 49	De 10 a 19	De 5 a 9	De 1 a 4
2000	43.408	3.550	2.084	9.165	5.873	5.701	7.286	4.685	3.018	2.046
2001	42.367	2.740	1.671	8.192	6.586	6.022	7.377	4.604	3.182	1.993
2002	43.201	2.998	2.835	6.697	7.482	5.651	7.396	4.828	3.332	1.982
2003	45.348	4.297	2.346	7.885	8.241	5.644	6.910	4.911	3.097	2.017
2004	46.903	5.794	2.149	8.189	7.510	6.360	7.100	4.724	3.150	1.927
2005	51.305	5.929	3.072	10.288	7.156	6.852	7.982	4.866	3.172	1.988
2006	55.428	6.113	3.786	10.120	9.200	5.690	9.001	5.743	3.556	2.219
2007	55.671	5.147	6.819	6.529	11.004	6.048	9.021	5.649	3.310	2.144
2008	58.101	5.306	7.033	7.932	10.434	6.871	9.012	5.749	3.582	2.182
2009	58.535	5.264	7.637	6.944	11.027	6.781	9.304	5.763	3.568	2.247
2010	58.587	4.278	7.610	9.641	9.049	7.188	9.334	5.666	3.624	2.197
2011	66.090	8.950	9.088	9.334	10.160	6.628	10.096	5.587	3.821	2.426
2012	70.853	14.450	8.573	9.894	9.696	6.912	9.604	5.540	3.558	2.626
2013	72.201	15.513	10.164	8.371	9.721	7.195	9.304	5.317	3.951	2.665
2014	75.644	20.133	9.279	7.556	9.580	7.198	9.505	5.704	3.915	2.774
2015	69.540	17.506	5.961	10.466	8.353	6.471	8.482	5.489	3.935	2.877
2016	61.467	17.334	5.632	6.796	6.585	5.818	7.521	5.346	3.637	2.798
2017	58.620	16.479	5.362	7.104	5.928	4.986	7.428	5.298	3.316	2.719
2018	56.314	14.256	5.057	7.097	6.662	5.114	7.657	4.699	3.251	2.521
2019	54.274	11.067	6.780	6.757	6.672	5.227	7.323	4.947	3.146	2.355
2020	53.550	12.488	6.645	5.810	6.900	5.399	6.551	4.473	3.092	2.192
VARIÇÃO										

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

**Tabela 22:** Composição do Emprego por Tamanho de Estabelecimento no setor Industrial na Baixada Fluminense

COMPOSIÇÃO EMPREGO POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO - INDÚSTRIA	Total	1000 ou Mais	De 500 a 999	De 250 a 499	De 100 a 249	De 50 a 99	De 20 a 49	De 10 a 19	De 5 a 9	De 1 a 4
2000	100%	8%	5%	21%	14%	13%	17%	11%	7%	5%
2001	100%	6%	4%	19%	16%	14%	17%	11%	8%	5%
2002	100%	7%	7%	16%	17%	13%	17%	11%	8%	5%
2003	100%	9%	5%	17%	18%	12%	15%	11%	7%	4%
2004	100%	12%	5%	17%	16%	14%	15%	10%	7%	4%
2005	100%	12%	6%	20%	14%	13%	16%	9%	6%	4%
2006	100%	11%	7%	18%	17%	10%	16%	10%	6%	4%
2007	100%	9%	12%	12%	20%	11%	16%	10%	6%	4%
2008	100%	9%	12%	14%	18%	12%	16%	10%	6%	4%
2009	100%	9%	13%	12%	19%	12%	16%	10%	6%	4%
2010	100%	7%	13%	16%	15%	12%	16%	10%	6%	4%
2011	100%	14%	14%	14%	15%	10%	15%	8%	6%	4%
2012	100%	20%	12%	14%	14%	10%	14%	8%	5%	4%
2013	100%	21%	14%	12%	13%	10%	13%	7%	5%	4%
2014	100%	27%	12%	10%	13%	10%	13%	8%	5%	4%
2015	100%	25%	9%	15%	12%	9%	12%	8%	6%	4%
2016	100%	28%	9%	11%	11%	9%	12%	9%	6%	5%
2017	100%	28%	9%	12%	10%	9%	13%	9%	6%	5%
2018	100%	25%	9%	13%	12%	9%	14%	8%	6%	4%
2019	100%	20%	12%	12%	12%	10%	13%	9%	6%	4%
2020	100%	23%	12%	11%	13%	10%	12%	8%	6%	4%
VARIÇÃO										

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Contudo, ao observar os tamanhos dos estabelecimentos, ao contrário da Administração Pública, o setor industrial possui a maior parte de suas empresas com poucos trabalhadores. Nota-se na Tabela 23 que dentre 2.433 estabelecimentos formais no setor industrial, 1.056 estão nas empresas de 1 a 4 trabalhadores. Isso nos retorna ao questionamento de que a reestruturação produtiva, reformulou a empregabilidade na Baixada a partir da entrada destas grandes empresas. Em 2020, 12.488 trabalhadores estão em 4 empresas no setor de indústrias.

Aqui pode-se questionar também o conceito de desindustrialização. Assim como nota-se que a predominância dos setores produtivos acentuou mais no setor de serviços, como mencionado no capítulo anterior, a indústria diminuiu em 5% em sua composição do PIB. Contudo, observando o tamanho dos estabelecimentos neste setor, os estabelecimentos médios

diminuem na mesma proporção que as maiores aumentam, o que me indaga dois questionamentos: Será que as empresas aumentaram o seu tamanho com a reestruturação produtiva ou a Baixada lida com uma desindustrialização que apenas as maiores empresas conseguiram se manter neste espaço cada vez mais terciário? Ainda assim, o somatório das médias empresas é maior do que a quantidade de trabalhadores nos 4 estabelecimentos no setor de indústrias.

**Tabela 23:** Estabelecimentos por Tamanho no setor Industrial na Baixada Fluminense

ESTABELECIMENTO POR TAMANHO - INDÚSTRIA	Total	Sem funcionário	Com funcionário	1000 ou Mais	De 500 a 999	De 250 a 499	De 100 a 249	De 50 a 99	De 20 a 49	De 10 a 19	De 5 a 9	De 1 a 4
2000	2.302	167	2.135	3	3	26	38	80	244	341	454	946
2001	2.343	197	2.146	2	2	24	42	89	247	336	478	926
2002	2.327	167	2.160	2	4	20	47	84	242	355	495	911
2003	2.294	177	2.117	3	3	22	50	83	223	353	465	909
2004	2.276	176	2.100	4	3	23	47	91	232	349	475	876
2005	2.284	145	2.139	4	4	28	46	96	261	350	474	876
2006	2.615	176	2.439	4	6	28	61	85	293	414	539	1009
2007	2.522	181	2.341	3	11	19	67	89	293	408	489	962
2008	2.625	167	2.458	3	11	24	67	102	303	417	535	996
2009	2.677	167	2.510	3	12	20	69	96	305	420	540	1.045
2010	2.669	182	2.487	2	11	30	58	102	306	410	537	1.031
2011	2.876	214	2.662	4	13	27	66	96	334	408	568	1.146
2012	2.876	223	2.653	5	13	28	60	98	316	405	531	1.197
2013	2.973	232	2.741	4	15	25	59	104	308	393	589	1.244
2014	3.030	185	2.845	5	14	22	60	105	312	420	587	1.320
2015	3.048	225	2.823	5	9	28	53	95	282	399	591	1.361
2016	2.938	251	2.687	5	9	19	43	83	253	389	551	1.335
2017	2.806	251	2.555	6	9	21	40	72	244	390	492	1.281
2018	2.630	182	2.448	5	8	20	42	73	259	346	482	1.213
2019	2.594	224	2.370	4	11	20	41	74	245	360	473	1.142
2020	2.433	226	2.207	4	11	18	43	76	215	318	466	1.056
VARIAÇÃO												

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Além disso, vale observar um grande aumento do emprego no setor industrial a partir de 2011, que expande a partir de um estabelecimento apenas, pois passa de 4 para 5 estabelecimentos no setor. Paralelamente, em 2020 o salário deste setor é o segundo maior com R\$ 852 reais equivalente ao poder de compra, perdendo apenas para Administração Pública que em 2020 tinha R\$ 1.107,94 reais de salário médio real 14. A partir da Tabela 24 sobre Salário Médio real por setor, percebe-se que os menores salários estão nos setores que concentra a maior parte dos trabalhadores na Baixada Fluminense, que é este o ponto que será trazido aqui.

<sup>14</sup> Relembrando o fato do valor real estar considerando como ano base o salário de R\$ 570 reais em 2000.

**Tabela 24:** Salário Médio Real por Setor na Baixada Fluminense.

SALÁRIO MÉDIO REAL POR SETOR	Total	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
2000	R\$ 570,65	R\$ 650,99	R\$ 614,65	R\$ 660,27	R\$ 937,44	R\$ 413,33	R\$ 566,63	R\$ 759,98	R\$ 336,11
2001	R\$ 557,42	R\$ 720,78	R\$ 674,79	R\$ 673,06	R\$ 554,74	R\$ 403,02	R\$ 556,85	R\$ 690,68	R\$ 269,80
2002	R\$ 526,10	R\$ 632,72	R\$ 646,77	R\$ 756,08	R\$ 560,98	R\$ 377,94	R\$ 515,65	R\$ 656,56	R\$ 312,57
2003	R\$ 533,35	R\$ 526,49	R\$ 687,51	R\$ 588,32	R\$ 708,35	R\$ 390,94	R\$ 495,52	R\$ 649,62	R\$ 287,30
2004	R\$ 555,09	R\$ 503,07	R\$ 705,71	R\$ 546,47	R\$ 742,61	R\$ 396,57	R\$ 517,64	R\$ 730,47	R\$ 283,40
2005	R\$ 561,44	R\$ 493,18	R\$ 729,65	R\$ 1.053,53	R\$ 744,63	R\$ 398,51	R\$ 538,32	R\$ 689,58	R\$ 283,81
2006	R\$ 610,26	R\$ 1.115,01	R\$ 739,95	R\$ 706,36	R\$ 725,98	R\$ 417,82	R\$ 596,64	R\$ 776,21	R\$ 306,90
2007	R\$ 613,47	R\$ 1.087,38	R\$ 755,55	R\$ 696,70	R\$ 792,62	R\$ 432,82	R\$ 585,43	R\$ 785,20	R\$ 312,54
2008	R\$ 629,19	R\$ 1.054,94	R\$ 784,65	R\$ 788,95	R\$ 827,92	R\$ 435,96	R\$ 589,01	R\$ 848,78	R\$ 323,27
2009	R\$ 663,51	R\$ 1.088,92	R\$ 825,44	R\$ 929,74	R\$ 905,70	R\$ 452,33	R\$ 601,62	R\$ 894,74	R\$ 324,49
2010	R\$ 658,22	R\$ 1.041,53	R\$ 715,24	R\$ 829,97	R\$ 765,62	R\$ 464,47	R\$ 651,20	R\$ 893,91	R\$ 356,99
2011	R\$ 669,14	R\$ 999,78	R\$ 870,05	R\$ 1.024,42	R\$ 764,18	R\$ 482,51	R\$ 594,85	R\$ 920,62	R\$ 366,44
2012	R\$ 700,74	R\$ 1.066,17	R\$ 886,63	R\$ 1.290,15	R\$ 828,82	R\$ 500,56	R\$ 632,28	R\$ 908,01	R\$ 428,61
2013	R\$ 727,49	R\$ 770,67	R\$ 912,33	R\$ 1.091,06	R\$ 827,53	R\$ 523,68	R\$ 679,01	R\$ 943,05	R\$ 466,13
2014	R\$ 745,60	R\$ 810,81	R\$ 893,01	R\$ 1.066,04	R\$ 892,15	R\$ 540,78	R\$ 696,69	R\$ 999,71	R\$ 444,61
2015	R\$ 722,14	R\$ 805,54	R\$ 919,13	R\$ 1.023,66	R\$ 805,21	R\$ 526,37	R\$ 687,67	R\$ 926,60	R\$ 439,03
2016	R\$ 726,58	R\$ 757,42	R\$ 916,31	R\$ 972,29	R\$ 766,72	R\$ 532,84	R\$ 680,58	R\$ 997,69	R\$ 452,41
2017	R\$ 755,17	R\$ 865,13	R\$ 953,54	R\$ 976,54	R\$ 804,72	R\$ 556,77	R\$ 713,63	R\$ 1.029,03	R\$ 454,64
2018	R\$ 743,92	R\$ 948,99	R\$ 967,64	R\$ 963,47	R\$ 801,54	R\$ 552,90	R\$ 699,19	R\$ 971,89	R\$ 444,71
2019	R\$ 721,71	R\$ 915,74	R\$ 962,03	R\$ 882,89	R\$ 646,28	R\$ 529,31	R\$ 670,45	R\$ 978,19	R\$ 411,83
2020	R\$ 665,63	R\$ 830,86	R\$ 852,00	R\$ 813,91	R\$ 571,95	R\$ 496,06	R\$ 560,42	R\$ 1.107,94	R\$ 391,24
<b>VARIAÇÃO</b>									

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Visto que os maiores estabelecimentos estão nos setores que menos representam a produção da Baixada Fluminense, é necessário observar quais setores representam as menores empresas da região. Se 84% dos estabelecimentos estão nos setores de Comércio e Serviços, a partir da análise destes setores se torna relevante para interpretar a situação de empregabilidade formal da maior parte da população da região.

Analisando os estabelecimentos a partir dos seus setores e tamanhos, percebe-se que Comércio e Serviços concentram suas empresas nas menores, entre 1 a 9 funcionários, ressaltando o fator da urbanização terciária como Santos (1977).

O papel dos serviços na Baixada Fluminense se mostra cada vez maior ao longo dos anos, como foi possível reparar nas tabelas e gráficos acima expostos. Porém, o que foi ressaltado nos capítulos anteriores, é sobre o tipo de emprego neste setor que está sendo expandido na reestruturação produtiva, que é a partir da precarização do trabalho e na terceirização.

Por mais que o setor de Serviços e Comércio sejam considerados os que mais geram valores monetários em termos de produção, são estes também que geram menos empregos, menores salários e com uma grande extensão de estabelecimentos com poucos trabalhadores.

O setor de serviços na reestruturação produtiva é marcado pela terceirização, que para não lidar com as responsabilidades dos seus negócios, a flexibilização atinge a organização do trabalho nestes setores no sentido de substituições a partir de terceirizações. Exemplos desta terceirização estão nos serviços básicos e sanitários grandes instituições e nos setores administrativos (como contabilidade e recursos humanos) de empresas para substituir o custo de admitir mais trabalhadores. Entre os setores de Serviços e Comércio, o Comércio é o setor que mais concentra os trabalhadores nas pequenas empresas, mostrando a sua desvalorização.

A partir disto, é necessário identificar quais são os municípios que representam o setor de serviços. O momento de espraiamento dos serviços em suas diversas formas, como hotéis, *shoppings*, etc., reflete diretamente na constituição de novas classes médias nos municípios com maior participação na produção.

Este contexto produz novas áreas revitalizadas que promovem uma nova dinâmica econômica que alteram o padrão de consumo e até mesmo a paisagem, com novos prédios,

praças, fachadas e serviços (OLIVEIRA, 2015). Municípios que refletem este acontecimento estão Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti.

De acordo com Oliveira (ibidem), estes convivem com o histórico estigma de atraso e lidam com o processo de requalificação urbana, cada um em seu diferente grau. Duque de Caxias em especial, é o município com maior índice de produção, emprego e empresas na região devido à refinaria REDUC que completa o encadeamento energético petrolífero do estado.

Entre 2000 a 2020, Duque de Caxias liderava como a cidade com maior nível de empregabilidade na Baixada Fluminense, representando neste período entre 32 a 36% do emprego, apresenta um aumento de 67%, mas nitidamente a primeira década apresenta um crescimento maior que a segunda, com um aumento de 42% e 17%. Os setores de Serviços e Comércio são os que mais geram emprego no município (Tabela 25).

**Tabela 25:** Variáveis Econômicas do município Duque de Caxias.

DUQUE DE CAXIAS	PIB	EMPREGO	ESTABELECIMENTOS	SALÁRIO
2000	R\$ 8.549.867,22	83.526	5.873	R\$ 681,52
2001	R\$ 9.400.130,14	90.689	6.016	R\$ 676,39
2002	R\$ 9.246.754,12	100.062	6.163	R\$ 647,82
2003	R\$ 10.671.462,87	106.184	6.240	R\$ 660,68
2004	R\$ 11.865.135,83	110.495	6.487	R\$ 686,98
2005	R\$ 15.021.818,97	111.797	6.673	R\$ 715,38
2006	R\$ 14.443.793,76	122.156	6.883	R\$ 782,62
2007	R\$ 17.454.490,42	136.768	7.047	R\$ 775,77
2008	R\$ 10.867.037,85	147.908	7.502	R\$ 782,26
2009	R\$ 14.365.066,24	159.488	7.810	R\$ 813,95
2010	R\$ 12.172.812,96	173.958	8.264	R\$ 779,31
2011	R\$ 10.999.265,38	180.873	8.863	R\$ 791,30
2012	R\$ 10.070.716,68	172.989	8.943	R\$ 829,84
2013	R\$ 10.967.723,49	172.988	9.438	R\$ 828,41
2014	R\$ 11.968.907,38	172.977	9.513	R\$ 847,51
2015	R\$ 13.224.892,64	170.204	9.776	R\$ 833,00
2016	R\$ 14.643.892,27	156.818	9.551	R\$ 829,22
2017	R\$ 14.006.863,64	148.852	9.336	R\$ 869,78
2018	R\$ 13.724.035,25	146.356	9.092	R\$ 859,80
2019	R\$ 14.356.806,21	144.789	8.888	R\$ 848,50
2020	R\$ 14.274.771,76	145.287	8.699	R\$ 751,36
<b>EVOLUÇÃO</b>				

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Valores PIB em R\$ 1.000,00 reais.

Ao analisar o setor de serviços por tamanho de estabelecimento em Duque de Caxias na Tabela 26, nota-se que, em 2020, a maior concentração do emprego está nas grandes empresas, compostas por mais de 1000 funcionários, logo abaixo está o tamanho da empresa entre 20 a 49 funcionários por empresa.

**Tabela 26:** Empregos por Tamanho de Estabelecimento no setor de Serviços no município

## Duque de Caxias.

EMPREGOS EM SERVIÇOS - DUQUE DE CAXIAS	Total	1000 ou Mais	De 500 a 999	De 250 a 499	De 100 a 249	De 50 a 99	De 20 a 49	De 10 a 19	De 5 a 9	De 1 a 4
2000	32557	6005	4510	3565	3519	3784	5030	2103	1931	2110
2001	34913	8286	4600	3025	3696	3990	4890	2295	1988	2143
2002	40034	10411	4105	5245	4460	3814	5205	2663	1884	2247
2003	40993	10073	5558	4162	4981	3700	5318	2924	2003	2274
2004	43737	11333	4918	5307	5243	3990	5541	2956	2069	2380
2005	42793	11565	4157	3284	5114	4845	5819	2984	2555	2470
2006	43922	12183	4309	4025	4786	4636	5777	3240	2516	2450
2007	51274	15830	4609	6205	5418	4850	6047	3211	2537	2567
2008	56361	20526	3695	4584	6668	4801	7118	3562	2744	2663
2009	65439	26571	4313	4412	7444	6160	6833	4126	2836	2744
2010	79318	39449	3559	5179	6882	5714	8244	4212	3241	2838
2011	80739	39308	3976	5002	7060	6149	8471	4435	3318	3020
2012	75403	33344	4723	4805	6176	6686	7998	4970	3497	3204
2013	69208	20904	8790	4798	7148	6505	8728	5220	3752	3363
2014	68286	24257	3675	3976	7049	7476	9081	5518	3839	3415
2015	66911	21035	2611	5843	7602	6951	9516	5552	4277	3524
2016	61684	17738	2987	4648	7085	6555	9757	5208	4081	3625
2017	55772	14297	2042	4732	6165	6061	9475	5381	4024	3595
2018	53784	11501	3590	3513	6047	6984	9395	5102	4218	3434
2019	53355	11791	4049	2959	4723	7310	10014	5214	3859	3436
2020	54639	11394	4210	3175	5409	8330	9885	5123	3762	3351

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Contudo, ao observar o tamanho das empresas estabelecidas no município de Duque de Caxias na Tabela 27, percebe-se que 21% dos trabalhadores estão nas 0,15% das empresas no local. Enquanto 51% das empresas em serviços no município são de 1 a 4 trabalhadores apenas. Ou seja, mais uma vez é constatado que as grandes empresas geram mais emprego, produção, mas a concentração de estabelecimentos concentra em pequenas empresas que empregam entre 1 a 9 trabalhadores.

**Tabela 27:** Estabelecimentos por Tamanho no setor de Serviços no município Duque de Caxias.

ESTABELECIMENTO NO SETOR SERVIÇOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO - DUQUE DE CAXIAS	Total	1000 ou Mais	0 Empregado	De 500 a 999	De 250 a 499	De 100 a 249	De 50 a 99	De 20 a 49	De 10 a 19	De 5 a 9	De 1 a 4
2000	7242	8	683	19	38	84	174	477	625	1086	4048
2001	7458	10	732	22	37	86	180	475	675	1118	4123
2002	7749	12	659	24	39	89	176	510	729	1120	4391
2003	7865	10	662	20	42	85	169	509	774	1159	4435
2004	8145	9	712	23	43	81	177	530	790	1229	4551
2005	8361	10	634	21	36	92	192	560	814	1374	4628
2006	8509	10	666	20	45	87	190	582	872	1420	4617
2007	8719	13	688	22	45	93	200	625	893	1451	4689
2008	9088	17	761	22	35	105	203	678	994	1510	4763
2009	9512	16	771	22	37	111	245	692	1072	1591	4955
2010	10050	22	721	18	41	116	255	793	1144	1739	5201
2011	10705	18	838	23	40	113	278	856	1235	1793	5511
2012	11089	19	795	26	36	122	276	841	1320	1906	5748
2013	11707	17	863	29	36	127	285	940	1338	2069	6003
2014	12293	20	911	23	36	126	306	966	1492	2149	6264
2015	12794	20	990	17	40	135	298	1010	1508	2282	6494
2016	12801	18	1029	25	33	124	289	989	1470	2270	6554
2017	12497	17	1090	20	36	106	276	965	1429	2200	6358
2018	12333	15	1012	22	32	109	278	998	1447	2222	6198
2019	12156	17	966	23	38	97	291	1023	1425	2157	6119
2020	11878	18	1016	25	40	96	311	996	1309	2065	6002

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho.

Ainda assim, mesmo com a maior parte dos trabalhadores no setor de serviços e em pequenas empresas, o município se concentra na sua maior faixa salarial no setor de Administração Pública, com o salário médio real R\$ 1.668,15 reais, enquanto Serviços apresenta R\$ 583,25 reais e Comércio R\$ 550,47 reais. Mais uma vez, constata-se que a valorização dos setores estão onde se concentram a menor parte da classe trabalhadora.

Em relação aos setores, Duque de Caxias e Nova Iguaçu lideram todos os setores em questão de empregabilidade formal, com exceção do setor Extrativa Mineral que é liderado por

Seropédica e Itaguaí, com 27% e 26% respectivamente. Além deste, todos os setores são predominantemente liderados por estes dois municípios, no qual o município de Nova Iguaçu apresenta as mesmas características de Duque de Caxias em termos de indicadores econômicos no mercado de trabalho.

Já em relação aos estabelecimentos, ou seja, a quantidade de empresas por setores, o setor de Extrativa Mineral também é liderado por Itaguaí e Seropédica, com 20% e 42% respectivamente, e o setor de agropecuária é liderado por Itaguaí (26%) e Magé (16%). Assim como na questão da empregabilidade, todos os outros setores são liderados por Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Analisando as tabelas abaixo de alguns dos municípios mencionados acima, percebe-se que por mais que haja diferença na composição das variáveis para a Baixada Fluminense, ainda assim todos eles apresentam um ciclo parecido de expansão no início de 2010 em empregabilidade formal e aumento de empresas na região, mas que logo em 2017 aparenta uma queda nos indicadores, mesmo que a produção se mantenha em expansão.

O município de Nova Iguaçu, por mais que não tenha o mesmo alcance que Duque de Caxias, acompanha na liderança das variáveis apresentadas. Da mesma forma, os indicadores de Nova Iguaçu demonstram uma expansão do emprego a partir de 2006 e que se encerra em 2016, junto com o PIB, advindo da crise política a partir do golpe de Estado.

Em termos de diferenciações regionais, pode-se destacar os municípios de Itaguaí e São João de Meriti como locais que possuem logísticas vantajosas para os investimentos industriais realizados na segunda década do século XXI. São João de Meriti, lidera o ranking de terceira posição dentre os municípios mais produtivos na Baixada Fluminense, e segue os mesmos parâmetros de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, apresentando como principais setores na empregabilidade o Comércio e Serviços. Sua produção apresenta uma expansão a partir de 2010 e se encerra em 2015, com a crise que afetou todo o país. Essa diminuição impacta não só a produção, como o emprego, as empresas e o salário neste município.

Esses foram os municípios que participaram da reestruturação produtiva com maior participação nas variáveis em relação à composição. Os municípios como Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica passam por este processo de maneira diferente destes que foram apresentados. Oliveira (2015) chama esta fronteira de borda metropolitana que é caracterizado como polo de propagação da própria metrópole. Denominados como periferia da periferia, o extremo oeste metropolitano será analisado na seção a seguir.

#### **4.2 Olhando a periferia da periferia: o Extremo Oeste Metropolitano.**

A região delimitada conhecida como Extremo Oeste Metropolitano é caracterizada pela borda metropolitana por alguns autores. Municípios como Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri e Queimados fazem parte desta delimitação de periferias das periferias. Estes municípios foram uma dinâmica econômica no qual é chamada de Região Logístico-Industrial do Extremo Oeste Metropolitano e assistem uma nova industrialização contemporânea. (SILVA, et al. 2020; OLIVEIRA, 2015)

Neste local, as cidades compõem novos vetores produtivos voltados para o ramo industrial e logístico e o processo de rompimento da estética rural até então predominante. A região é responsável por oferecer o que Oliveira (2015) chama de “convecções econômicas” e “linkages [territoriais] produtivos”. No sentido de convecções econômicas, o autor aponta que numa era no qual os fixos se tornam fluxos e a desterritorialização da mercadoria é a regra a ser seguida, as relações comerciais e operacionais produtivas envolvem não somente produtos, como pessoas, informações, investimentos, propagandas e pactuações políticas.

Já em relação aos “linkages [territoriais] produtivos”, Oliveira (2015) denomina este conceito como:

Verdadeiras articulações encadeadas por caminhos rodoviários, ferroviários e portuários. O Extremo Oeste Metropolitano Fluminense é cortado – portanto, integrado a outras regiões – por diversas e importantíssimas vias expressas, como a Rodovia Presidente Dutra (BR-116), o Arco Metropolitano Fluminense (BR-493), a Avenida Brasil / Rio-Santos (BR-101) e a antiga estrada Rio-São Paulo (BR-465), permitindo conexões com o Médio Vale Paraíba, Baixada Fluminense e com a metrópole carioca, além de São Paulo, Minas Gerais, Norte Fluminense e todo o entorno. (OLIVEIRA, p. 6, 2015)

Sendo assim, o oeste metropolitano ao lidar com a reestruturação é potencialmente visualizado na intenção de interligar os transportes rodoviários e ferroviários a partir da “grande mancha industrial” que aproxima o eixo Itaguaí da Zona Oeste carioca.

Esta ligação foi construída a partir de uma ideologia neoliberal que ao promover uma nova trajetória dinâmica dos territórios prometeu um desenvolvimento a partir de oferta de empregos e benefícios do Estado. Contudo, ao observar estas bordas metropolitanas, percebe-se que as organizações mantêm características fordistas, com limitada abertura de vagas de emprego reservadas à trabalhadores com formações básicas, com tarefas de um único trabalhador, baseadas em baixos salários e sem bonificações, organização vertical sem tarefas demarcadas e a força de trabalho disciplinarizada, onde a realidade é baseada na desconfiança da capacidade cognitiva dos próprios trabalhadores, que ainda são limitados à incorporar novas demandas desta nova gestão industrial. (OLIVEIRA, 2015)

Assim, o conjunto do neoliberalismo e da acumulação flexível propagou uma ideologia que geraria desenvolvimento social, mas na verdade não somente encolheu a planta fabril, como os próprios investimentos da fábrica com o seu entorno, além da volatilidade do regime de emprego, enfraquecimento dos sindicatos, sistemas de subcontratação e terceirização e na intensificação da precarização do trabalho e aumento da carga de horas trabalhadas. (OLIVEIRA, ibdem)

Para Silva et al (2020) o neoliberalismo atua de forma predatória e injusta sobre o uso e ocupação do solo e terras não edificadas ou urbanizadas, deixando como uma nova prioridade à região as ampliações de portos, indústrias e condomínios logísticos antes de finalizar o processo de desenvolvimento social na região que ainda apresenta muitos índices sociais e espaciais precários.

Há a supressão de atividades pesqueiras e agropastoris, expropriadas de seus territórios produtivos locais; a devastação de áreas vegetadas, bloqueando mananciais e corpos hídricos em prol da instalação de desproporcionais condomínios logísticos; e ainda a extração, por vezes ilegal, de recursos minerais, como areia e brita, com irreversíveis danos ambientais. (SILVA, et al., p.3-4, 2020)

O município de Itaguaí foi palco de uma “capitania industrial” com empresas que delimitavam seus territórios e moldavam a paisagem de acordo com as estratégias comerciais a fim de atrair novos negócios. A logística dessa estratégia se expressa na criação de universidade e institutos de pesquisa que dialogam com as empresas recém instaladas.

Itaguaí assistiu a explosão de investimentos industriais impulsionados pela consolidação de empreendimentos do ramo metal-siderúrgico e logístico-petrolífero, como a Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), a Gerdau, a Usiminas, a Petrobrás e a LLX, do ramo logístico e que

pertence a holding EBX. Foi relevante para este “boom” a expansão do Porto de Itaguaí e a fundação do Porto Sudeste. (DIAS, p. 15, 2015)

Ao observar as variáveis de Itaguaí na Tabela 28 percebe-se o aumento dos estabelecimentos ao longo dos anos de 2000 a 2020, apresentando seu maior volume de empresas no município entre 2011 e 2016, e que logo após, já diminui bruscamente sua quantidade, retornando ao valor de 2010. O emprego no município por sua vez apresenta seus maiores níveis entre 2009 até 2016, que desde então também só vem diminuindo seu número de emprego formal. Estas quedas são acompanhadas pela produção que nitidamente também expande em 2010 a 2014, logo após diminuindo seu volume desde então.

A dinâmica produtiva de Itaguaí impulsiona o mercado de trabalho principalmente pelos setores de Serviços e Administração Pública, seguido do setor de Comércio, demonstrando também que mesmo com os incentivos industriais, isto não significou em termos de participação nem produtiva, nem de emprego para o município.

Ao mesmo tempo, é possível caracterizar uma predominância de grandes empresas na geração de emprego analisando o emprego por tamanho dos estabelecimentos de Itaguaí, representando entre todos estes anos a participação de 35 a 50% do total do emprego no município. Já os estabelecimentos, se concentram nos pequenos estabelecimentos, demonstrando novamente o poder das grandes empresas neste município em ditar a dinâmica espacial e produtiva.

**Tabela 28:** Variáveis Econômicas do município Itaguaí.

ITAGUAÍ	PIB	EMPREGO	ESTABELECIMENTOS	SALÁRIO
2000	R\$ 1.017.259,45	11.203	983	R\$ 554,46
2001	R\$ 1.076.274,37	16.455	1.137	R\$ 540,28
2002	R\$ 1.151.524,64	16.000	987	R\$ 488,06
2003	R\$ 998.771,44	16.281	1.022	R\$ 556,48
2004	R\$ 1.531.298,36	15.231	1.048	R\$ 633,50
2005	R\$ 1.279.093,51	18.360	1.076	R\$ 643,39
2006	R\$ 1.246.930,71	19.897	1.123	R\$ 682,50
2007	R\$ 1.536.621,72	20.683	1.164	R\$ 710,46
2008	R\$ 1.517.313,56	24.306	1.222	R\$ 724,74
2009	R\$ 1.678.404,58	27.628	1.283	R\$ 745,74
2010	R\$ 2.449.467,97	31.445	1.379	R\$ 810,64
2011	R\$ 2.582.789,77	31.731	1.510	R\$ 796,11
2012	R\$ 2.863.036,16	38.452	1.527	R\$ 894,15
2013	R\$ 3.084.228,98	35.609	1.600	R\$ 920,35
2014	R\$ 3.288.653,95	35.690	1.652	R\$ 940,75
2015	R\$ 2.773.398,65	31.458	1.655	R\$ 949,51
2016	R\$ 2.771.421,07	28.603	1.525	R\$ 986,33
2017	R\$ 2.591.757,88	26.414	1.432	R\$ 1.050,44
2018	R\$ 2.660.587,48	26.687	1.410	R\$ 1.027,40
2019	R\$ 2.515.614,67	25.135	1.408	R\$ 942,12
2020	R\$ 2.675.070,95	25.590	1.367	R\$ 883,76
<b>VARIAÇÃO</b>				

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Valores PIB em R\$ 1.000,00 reais.

Já o município de Seropédica, que é reconhecido por acomodar a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (URRJ) e ser sede do instituto de pesquisa Embrapa, possui grande influência econômica e social na região. (BARROS, ROCHA, OLIVEIRA, 2014) Com a

reestruturação produtiva, emerge um polo atrativo de empresas com a estratégia da posição logística de Itaguaí, encontra-se empresas como Eletrobolt, Panco, lida com novas instalações e condomínios industriais a partir dos seguintes eventos (OLIVEIRA, 2015):

(...) galpões de transitório de mercadorias Pavi do Brasil Pré-Fabricação, Tecnologia e Servicos Ltda. e Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil ambos na Estrada Reta de Piranema [RJ-099], e os condomínios logísticos Golgi Seropédica, na RJ-125, e VBI LOG Seropédica, próximo à Rodovia Presidente Dutra; além do Condomínio Logístico Seropédica I [Reta de Piranema] e Condomínio Logístico Seropédica II [entroncamento entre o Arco Metropolitano e a Rod. Pr. Dutra (BR-116)], Multimodal Seropédica [Rod. Presidente Dutra, km 199,1], CCP Seropédica [Rodovia BR-465, Km 50], Seropédica Park [BR 465, km 3,5] e Galpão da Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Casas Bahia) (OLIVEIRA, p. 15-16, 2015)

Ao contrário dos outros municípios da borda metropolitana, o município de Seropédica como é apresentado na Tabela 29, não é influenciado pela crise política<sup>15</sup>, tendo uma expansão de 100% da produção de 2016 para 2017. Além disso, vale ressaltar a valorização salarial do município, tendo o maior salário médio da Baixada Fluminense, devido à Universidade e a Embrapa, com um poder de compra de R\$ 1.147,60 reais baseados em um salário base de R\$ 974,18 reais em 2000, apresentando também o maior aumento do salário neste período dentre as regiões analisadas.

Em relação ao emprego, pode-se dizer que ele se mantém de forma constante, apresentando uma pequena diminuição do emprego entre 2015 a 2017, mas que fecha o ano de 2020 com o maior nível de emprego em 20 anos. Já em relação aos estabelecimentos, percebe-se que em 2014 apresenta sua maior quantidade de empresas sediada no município, mas que não apresenta grandes diferenças ao longo dos anos como os outros municípios analisados.

Os principais setores de Seropédica em questão de emprego e produção são Serviços e Administração Pública, que entre os anos de 2005 e 2006, percebe-se uma transferência do mercado de trabalho para esta última área para Serviços, podendo indicar a privatização de alguns estabelecimentos e transferindo para este setor. Além disso, neste município a maior parte do emprego se concentram nas grandes empresas

Enquanto isso, os estabelecimentos demonstram o mesmo efeito de Itaguaí, concentrando sua maior parte de estabelecimentos em pequenas empresas, mas que o mercado de trabalho é composto pelas 2 grandes empresas que possuem mais de 1000 funcionários.

---

<sup>15</sup> Falando estritamente de uma análise das variáveis amostradas. A crise política de Seropédica enfrenta outras questões de segurança pública e políticas de Estado que não são adentradas nesta dissertação.

**Tabela 29:** Variáveis Econômicas do município Seropédica.

SEROPEDICA	PIB	EMPREGO	ESTABELECIMENTOS	SALÁRIO
2000	R\$ 259.748,74	5.111	253	R\$ 974,18
2001	R\$ 295.914,34	4.255	144	R\$ 1.055,61
2002	R\$ 279.195,07	5.557	277	R\$ 938,19
2003	R\$ 278.733,59	5.968	282	R\$ 816,60
2004	R\$ 297.241,73	7.177	305	R\$ 790,62
2005	R\$ 273.287,11	7.411	336	R\$ 784,33
2006	R\$ 285.467,62	7.732	347	R\$ 928,39
2007	R\$ 311.275,05	7.850	360	R\$ 935,03
2008	R\$ 335.972,81	8.482	400	R\$ 982,28
2009	R\$ 377.029,13	9.781	417	R\$ 1.034,20
2010	R\$ 442.935,44	10.754	464	R\$ 1.117,02
2011	R\$ 497.659,70	11.594	543	R\$ 1.121,73
2012	R\$ 540.357,58	12.453	551	R\$ 1.111,40
2013	R\$ 783.344,19	14.162	590	R\$ 1.182,93
2014	R\$ 892.370,48	14.220	635	R\$ 1.191,39
2015	R\$ 859.595,50	13.568	627	R\$ 1.150,32
2016	R\$ 780.529,49	13.098	621	R\$ 1.194,86
2017	R\$ 1.442.499,27	13.010	608	R\$ 1.286,50
2018	R\$ 1.480.921,52	14.198	596	R\$ 1.265,04
2019	R\$ 1.316.051,33	13.798	613	R\$ 1.242,52
2020	R\$ 1.402.226,51	14.553	593	R\$ 1.147,60
<b>VARIAÇÃO</b>				

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Valores PIB em R\$ 1.000,00 reais.

Em Paracambi, a reestruturação produtiva se expressa a partir de 2002 com a implantação de condomínios indústrias, que em 2015 contava com 12 indústrias divididas entre os dois condomínios. A partir da reestruturação, implantou-se uma ideia de “ecoindustrial” no município mas que não ter vingado, ainda mostrou que as indústrias causaram conflitos socioambientais. (OLIVEIRA, 2015)

A partir da Tabela 30, nota-se que ao longo dos anos o PIB de Paracambi recebeu um aumento significativo a partir de 2015, atingindo seu maior nível produtivo em 2016, e logo depois, diminuindo seu volume. Contudo, percebe-se que a queda do PIB neste município não foi tão abrupta igual aos outros municípios ao ponto de ter perdido toda a expansão depois da crise. Já o emprego e o estabelecimento mostram sua expansão entre 2014 e 2015, mas que logo após já diminuí seus índices. Os principais setores que norteiam a dinâmica econômica de Paracambi estão Comércio, Indústria e Administração Pública.

**Tabela 30:** Variáveis Econômicas do município Paracambi

PARACAMBI	PIB	EMPREGO	ESTABELECIMENTOS	SALÁRIO
2000	R\$ 180.833,76	6.034	327	R\$ 437,02
2001	R\$ 181.501,42	2.695	339	R\$ 426,30
2002	R\$ 188.234,32	3.213	341	R\$ 393,27
2003	R\$ 186.532,22	4.576	339	R\$ 410,14
2004	R\$ 186.138,34	5.558	337	R\$ 393,05
2005	R\$ 184.086,53	5.394	343	R\$ 368,36
2006	R\$ 191.165,38	6.210	348	R\$ 450,96
2007	R\$ 198.268,16	3.807	365	R\$ 421,67
2008	R\$ 200.135,09	3.594	383	R\$ 425,65
2009	R\$ 221.966,88	5.223	405	R\$ 529,67
2010	R\$ 237.397,76	4.314	415	R\$ 459,96
2011	R\$ 243.199,69	4.417	452	R\$ 493,21
2012	R\$ 254.236,31	4.395	463	R\$ 512,64
2013	R\$ 263.674,01	5.057	496	R\$ 530,99
2014	R\$ 286.785,95	6.379	499	R\$ 523,50
2015	R\$ 321.377,29	6.498	524	R\$ 522,80
2016	R\$ 338.320,58	5.311	499	R\$ 536,70
2017	R\$ 305.827,75	5.168	484	R\$ 573,81
2018	R\$ 322.359,77	5.492	465	R\$ 564,18
2019	R\$ 312.275,00	5.507	449	R\$ 555,57
2020	R\$ 303.243,00	5.465	450	R\$ 511,68
<b>VARIAÇÃO</b>				

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Valores PIB em R\$ 1.000,00 reais.

O município de Queimados apresenta uma área extensa disponível, com infraestrutura e capacidade logística rodoviária, ferroviária e portuária. Na reestruturação, o município foi um dos que receberam incentivos fiscais e menores custos operacionais para a instalação de novos empreendimentos devido à sua localização privilegiada e qualificação da infraestrutura. Empresas como Arfrio, Citycol, P&G, Burn, e outras, fazem parte do município. (OLIVEIRA, 2015)

Marcado como pela reestruturação produtiva, foi mais um dos municípios que receberam o incentivo para que os investimentos chegassem até Queimados. Ao longo de 20 anos, o município expande sua produção na segunda década, com uma redução na produção a partir de 2016. Já o emprego em Queimados não se refletiu da mesma maneira que o aumento gradual e crescente dos estabelecimentos e salário médio. O emprego no município alcançou um grande aumento apenas em 2012 e 2013, e desde então vem diminuindo o emprego formal.

Analisando o emprego por setor na Tabela 31, percebe-se que a empregabilidade no município é distribuída entre Comércio, Serviços, Administração Pública e Indústria, mas que entre 2009 e 2016 o setor que mais gerou emprego em Queimados foi o de Construção Civil.

**Tabela 31:** Variáveis Econômicas do município Queimados

QUEIMADOS	PIB	EMPREGO	ESTABELECIMENTOS	SALÁRIO
2000	R\$ 700.819,13	7.358	500	R\$ 603,72
2001	R\$ 778.101,18	8.388	548	R\$ 560,81
2002	R\$ 634.156,01	8.554	573	R\$ 538,43
2003	R\$ 597.001,40	7.938	562	R\$ 543,64
2004	R\$ 624.900,13	8.721	579	R\$ 540,30
2005	R\$ 561.476,72	9.341	575	R\$ 528,55
2006	R\$ 569.116,09	9.561	603	R\$ 552,19
2007	R\$ 558.019,66	10.148	624	R\$ 540,16
2008	R\$ 607.043,25	9.858	638	R\$ 568,28
2009	R\$ 683.148,90	12.337	647	R\$ 587,50
2010	R\$ 1.070.678,08	14.144	691	R\$ 610,45
2011	R\$ 1.145.657,94	17.020	800	R\$ 626,38
2012	R\$ 1.430.245,15	26.209	845	R\$ 669,33
2013	R\$ 1.619.338,64	22.271	915	R\$ 689,06
2014	R\$ 1.627.676,40	16.317	977	R\$ 682,87
2015	R\$ 1.836.314,29	17.146	1.005	R\$ 680,35
2016	R\$ 1.645.742,96	15.251	971	R\$ 675,59
2017	R\$ 1.268.684,38	15.410	959	R\$ 712,46
2018	R\$ 1.197.391,96	15.446	925	R\$ 714,48
2019	R\$ 1.226.769,09	15.784	935	R\$ 683,51
2020	R\$ 1.165.770,11	15.195	895	R\$ 640,05
<b>VARIAÇÃO</b>				

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Valores PIB em R\$ 1.000,00 reais.

Por fim, Japeri também lida com a reestruturação produtiva com a construção de 3 condomínios industriais que sediou instalações de empresas de diferentes portes, como Granado, Embelmar, INCOPRE (pré-fabricado de concreto). Com o slogan de “poluição zero”, as empresas adotam algumas medidas “sustentáveis” para manter esse marketing e atrair o debate. (OLIVEIRA, 2015)

Em comum entre os casos citados há não somente o fato de que todas as empresas emergentes adotarem o desenvolvimento sustentável como proposta e propaganda, mas a vizinhança – ou mesmo a inserção na área delimitada! – de áreas verdes: em Seropédica, na FLONA Mário Xavier; em Japeri [e em Paracambi] na APA do Rio Guandu. Trata-se de um caso emblemático: são cidades que há poucos anos apresentava feições majoritariamente “rurais” e não tinham o meio ambiente como “propaganda”, e no exato momento que rompem progressivamente o estatuto da ruralidade, a “proteção do meio ambiente” se torna alvo político. (OLIVEIRA, p. 16, 2015)

Ao longo dos anos, percebe-se na Tabela 32 que Japeri passa por uma expansão da sua produção até 2017, resistindo a crise por mais dois anos na sua produção. Contudo, o emprego e os estabelecimentos em Japeri aumentaram de forma progressiva, apresentando algumas quedas, mas desde 2014 apresenta uma média de empregabilidade que se mantém até 2020. Essa estabilidade é puxada pelo setor de Administração, sendo o que mais gerou emprego ao longo de 20 anos analisados.

**Tabela 32:** Variáveis Econômicas do município Japeri

JAPERI	PIB	EMPREGO	ESTABELECIMENTOS	SALÁRIO
2000	R\$ 233.632,36	1.606	182	R\$ 448,24
2001	R\$ 245.358,34	2.047	162	R\$ 414,15
2002	R\$ 240.263,10	2.852	184	R\$ 415,30
2003	R\$ 237.471,37	2.941	178	R\$ 407,39
2004	R\$ 245.300,18	2.787	185	R\$ 437,08
2005	R\$ 263.385,17	3.455	203	R\$ 433,14
2006	R\$ 267.412,69	4.148	208	R\$ 473,83
2007	R\$ 281.104,18	4.211	220	R\$ 463,38
2008	R\$ 298.392,10	3.634	221	R\$ 470,79
2009	R\$ 328.631,50	4.881	228	R\$ 514,22
2010	R\$ 365.045,68	5.434	269	R\$ 538,09
2011	R\$ 369.643,37	5.459	301	R\$ 568,98
2012	R\$ 390.277,65	6.014	317	R\$ 565,52
2013	R\$ 436.274,83	6.643	351	R\$ 588,82
2014	R\$ 458.525,38	7.115	396	R\$ 640,37
2015	R\$ 495.969,34	7.854	413	R\$ 604,68
2016	R\$ 455.848,12	5.533	402	R\$ 642,48
2017	R\$ 553.242,98	7.021	385	R\$ 651,55
2018	R\$ 477.069,17	6.678	390	R\$ 637,71
2019	R\$ 454.905,74	8.004	379	R\$ 621,54
2020	R\$ 441.801,63	7.287	374	R\$ 617,88
<b>VARIAÇÃO</b>				

Elaboração da autora. Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

As histórias e registros oficiais ainda não dão conta da importância regional, das riquezas e potencialidades, das pré-existências, das territorialidades pujantes, dos movimentos sociais cujos gritos e desejos estão contidos em seus cantos e escondidos em seus recantos. De modo algum, portanto, abrem-se loas a esse modelo de desenvolvimento econômico hegemonicamente pautado nos micro e macro investimentos presentes nessa região. Pelo contrário: os diversos artigos abrem diferentes flancos de uma perspectiva crítica ao saldo negativo de um verdadeiro processo predatório oriundo de uma economia que cresce ou se reproduz devastando ambientes e populações cada vez mais vulnerabilizadas, reproduzindo desigualdades e aprofundando segregações socioespaciais e injustiças ambientais. Um cruzamento necessário entre a ecologia política e a crítica da economia política do espaço ensaia-se, de certo modo, a partir desse conjunto. (SILVA, et al., p. 4, 2020)

Assim, pode-se dizer que as mudanças ocorridas na borda metropolitana geraram uma ideologia baseada na falsa promessa de que a reabilitação das fábricas trouxesse um desenvolvimento. A construção do Arco Metropolitano também provocou uma expectativa no oeste metropolitano de gerar atrações que poderiam mudar a região. O que se percebe ao analisar os dados é de que há um crescimento produtivo, mas um desenvolvimento social e econômico igualitário não se reflete diante destes acontecimentos. Sendo assim, pode-se concluir que a região delimitada pelo Oeste Metropolitano é caracterizado como um laboratório do processo de metropolização e periferização, que serviu para a atração de novos negócios baseado em uma urbanização dispersa, fragmentada e precária, advinda das

carência e mazelas de planejamento que não são feitas pensando na população. As periferias das periferias surgem em meio a reestruturação como como verdadeiras zonas de sacrifício, no quais a população envolvida se torna vítima desse progresso e da expansão da metrópole. (SILVA, et al, 2020)

## CONCLUSÃO

O neoliberalismo com a sua doutrina econômica através de ideologias que se expressam em materializações subjetivas e objetivas enfatizam a importância do livre mercado e da redução do Estado na economia. A partir destas premissas propõe privatizações, desregularização dos mercados de trabalho e financeiros, que contam com a terceirização dos serviços e na contratação de trabalhadores temporários.

Se apoiando na acumulação flexível, o efeito destes pilares geram uma reestruturação produtiva que vai redinamizar os territórios afetando principalmente os periféricos. No Brasil, a reestruturação vai descentralizar as fábricas das metrópoles para se especializar na nova organização do trabalho em serviços que contam com uma nova gestão e enfraquecimento dos direitos trabalhistas.

No estado do Rio de Janeiro, a descentralização das metrópoles caiu diretamente para os municípios da Baixada Fluminense. As mudanças advindas da reestruturação produtiva afetaram diretamente no mercado de trabalho em diversas formas. O neoliberalismo ao adentrar nas adoções de políticas na Baixada Fluminense, obtém um caráter neodesenvolvimento, pautado em ditar os novos crescimentos para a região com uma atenção nunca dada antes.

Contudo, ao contrário do que o neoliberalismo prega, na prática ele só intensifica o poder do Estado, mas direcionado para a lógica capitalista e deixando de lado o desenvolvimento social e econômico igualitário, com redistribuição de renda e políticas voltadas para a melhoria do bem-estar social, e não de uma manutenção de um sistema que insiste em se instaurar em meio a tantas crises e guerras.

Assim, na Baixada Fluminense, o neoliberalismo agiu diretamente nos municípios a partir da reestruturação produtiva espacial com novos investimentos que trouxeram de certa forma um aumento de algumas variáveis econômicas, porém mantendo os problemas de saneamento básico, planejamento urbano, educação, saúde, moradia adequados. Bastou uma crise política surgir para que todo a expansão garantida ao longo dos investimentos estatais na região ser perdida, fazendo com que a região tenha retrocessos e retorne aos mesmos valores de uma década atrás.

Em relação ao emprego, percebe-se que é a variável que mais é afetada diante de todas as oscilações e vulnerabilidades que a economia enfrenta. Ainda adquire com a flexibilização novos moldes na organização do trabalho que vão desvalorizar intensamente a mão de obra e reduzir a estabilidade do emprego formal e seus direitos trabalhistas. O emprego cada vez mais raro se torna facilmente substituído, com uma intensificação da precarização do trabalho no qual a classe trabalhadora continua absorvendo todas estas volatilidades sem nenhum aparato estatal que garanta segurança como o mesmo garante ao setor privado para residir na região.

É válido observar também o fato das volatilidades do capitalismo em regiões periféricas quando se percebe que a primeira década do séc XXI, sem o incentivo da reestruturação, apresenta crescimento nas variáveis analisadas mais do que na segunda década, onde de fato houve o movimento dessa nova configuração para o território da Baixada. Em resumo, a reestruturação foi marcada pela notoriedade do poder das grandes empresas, que por mais que

não possa representar nem 2% dos estabelecimentos na Baixada, são as que mais geram emprego na região. As empresas que de fato representam a região, se concentram em Comércio e Serviços, que se apresentam cada vez mais segmentadas e desvalorizadas devido à terceirização e globalização nesta nova organização de trabalho.

A introdução do trabalhador no campo intelectual sobre o processo de produção, gerando mais empregos voltados ao setor de serviços voltados para a administração e gestão dos negócios diz muito sobre este processo de urbanização terciária na Baixada Fluminense. Com a tecnologia admitindo grande responsabilidade nesta etapa, introduzindo novas maneiras de se organizar a produção a partir dos cargos voltados para a intelectualidade do trabalhador, é notório que mesmo com uma gama de investimentos voltados para o setor industrial, os serviços ainda se predominam diante de adentrarem até mesmo em outros setores. A financeirização também tem um grande papel neste processo a partir do momento que as organizações percebem que uma organização administrativa na gestão de negócios lidando com o mercado financeiro o capital consegue atingir rendimentos sem depender de uma infraestrutura como ocorria no fordismo.

Além disso, percebe-se que a reestruturação no final foi feita para atrair empresas que ao decorrer dos anos demanda menos de trabalhadores formais em seus setores. Nota-se no setor industrial, por exemplo, que o poder de emprego está com mais responsabilidade em grandes estabelecimentos do que as de tamanho médio. Isso sem comentar a falta de geração e intenção de se gerar algum desenvolvimento ao seu entorno devido à sua exploração produtiva no território. A partir das análises realizadas nesta dissertação, percebe-se que esta redinamização da região exigiu uma alteração em toda a lógica capitalista para atrair novos negócios, o que de fato ocorre, mas que cada vez menos necessita da mão de obra.

Este fato exige uma maior estrutura do ambiente que vai abrigar estes trabalhadores no sentido de qualificação da mão-de-obra, que para isso, deve existir toda uma estruturação que gere capacidade das pessoas se inserirem nessas vagas de trabalho, como educação de qualidade e perto de sua habitação, habitação com condições básicas de saneamento básico, transportes eficientes que possibilitem uma nova rotina do cotidiano para além da sua jornada de trabalho e um local com incentivo a cultura.

É importante ressaltar que os dados trazidos estritamente econômicos também não possuem a intenção de ditar uma análise de desenvolvimento regional. Entende-se que para se ter uma visão ampla de um território com a intenção de aplicar políticas deve possuir uma ótica de desenvolvimento que englobe todos os aspectos que dê dignidade à população que sustenta todo este sistema.

Em relação às diferenciações regionais na Baixada Fluminense, percebe-se que os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são os principais em termos de produção e empregabilidade formal. A reestruturação produtiva para eles trouxe uma nova classe média de consumo que se instaura em vista dos empreendimentos que foram se expandindo ao entorno. Ao contrário destes, os municípios do Extremo Oeste Metropolitano, as periferias da periferia, absorvem a reestruturação de forma acentuada, com a intensa participação do Estado nos estímulos e investimentos que ocorrem a partir da ligação de uma nova rodovia que facilita as logísticas operacionais e industriais. Contudo, estes efeitos foram novamente voltados para os empreendimentos neoliberais que só estão ali devido ao barateamento dos solos, posições estratégicas e incentivos fiscais, e não para promover um desenvolvimento ao seu entorno diante de seus impactos ambientais e sociais que causam no território.

É possível portanto afirmar, a partir dos dados apresentados, que a relação espaço e o sistema econômico estão tecendo as feições territoriais do espaço periférico fluminense, criando diferenciações e aglutinações, marcando novas estruturas produtivas, representações do espaço e dinâmicas inerentes às estruturas do tempo vigente. Por isso, a busca por interpretar dados são claramente neste trabalho mais que números, são na essência a dinâmica da vida que pulsa

e marca as características da periferia, aqui conhecida como Baixada Fluminense.

Em resumo, pode-se dizer que a crise do emprego formal na Baixada Fluminense pode ser definida a partir da precarização do trabalho, da terceirização, flexibilidade nos contratos, informalidade. Os protagonistas desta reestruturação estão nas grandes empresas que possuem o poder de gerar maior parte do emprego nas cidades, mas que ao ocorrer uma crise não exitam ao se desfazer de todos os compromissos com o mercado de trabalho local.

A reestruturação produtiva na Baixada Fluminense, especialmente nos municípios do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, tem gerado um crescente desemprego estrutural na região, precarizando as condições de trabalho e desvalorizando a mão de obra, mesmo com os intensos investimentos observados nesta pesquisa. Por trás desse processo, há uma estratégia da classe burguesa de explorar cada vez mais o trabalhador e convencê-lo sempre de ceder às lógicas capitalistas para atender ao seu próprio interesse, reduzindo seus custos e maximizando os lucros custe o que custar.

A consequência destes eventos são a intensificação dos problemas sociais e econômicos na região, intensificando o desemprego estrutural e a precarização das condições de trabalho. Uma vez que o emprego é considerado no capitalismo a porta para oportunidades para a classe trabalhadora em adquirir dignidade e condições adequadas sociais e econômicas, analisar a crise do emprego formal é entender o mecanismo no qual a classe trabalhadora adquire seus direitos diante de toda a exploração que ela vive.

É fundamental que sejam adotadas medidas que consigam reverter este quadro da Baixada Fluminense iniciando a partir da reflexão de como lidar com o mercado de trabalho hoje que cada vez menos possui a formalidade e seus benefícios. A principal solução, mesmo a partir de uma ótica a longo prazo, é a mudança do sistema econômico que consiga trazer mais justiça e igualdade sem utilizar da exploração da mais valia e da propriedade individual. Questionar a lógica capitalista que submete o trabalho humano ao lucro e à acumulação de riqueza de uma pequena parcela da população, em detrimento do bem-estar coletivo.

Para além do longo prazo, em questões imediatas, deve-se pressionar o Estado a cumprir com suas responsabilidades agora que o tal bolo já foi expandido e que está na hora de redistribuí-lo em políticas públicas voltadas para a sociedade que tanto resiste às mudanças impostas pelo capitalismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**. Londrina: Práxis, p. 106-121, 2009.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, v. 12, p. 188-197, 2009.

ALVES, José Cláudio Souza. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1998.

ANDERSON. Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo LC. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 2008.

\_\_\_\_\_, Ricardo. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. **Trabalho, educação e saúde**, v. 1, n. 2, p. 229-237, 2003.

\_\_\_\_\_, David. O neoliberalismo. **História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_, Ricardo. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia social do trabalho**, v. 2, p. 55-59, 1999.

\_\_\_\_\_, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, p. 35- 48, 2001.

\_\_\_\_\_, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, p. 195-209, 2007.

BARROS, Regina Cohen; DA ROCHA, André Santos; DE OLIVEIRA, Leandro Dias. O ESPAÇO DE SEROPÉDICA: LIÇÕES E PRÁTICAS EDUCATIVAS EM GEOGRAFIA. **As ações do Pibid da UFRRJ**, v. 20, p. 45. 2014

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A Atual Ideologia Conservadora e o Capitalismo Contemporâneo: uma Crítica à Teoria Pósmoderna Neoliberal. In: **Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 36th Brazilian Economics Meeting]**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics], 2008.

\_\_\_\_\_, . A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Praia Vermelha**, v. 21, n. 1, 2011. BOITO JR, Armando. Hegemonia

neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica marxista**, v. 1, n. 3, 1996.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

DA ROCHA, André Santos. Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano—algumas reflexões. **Geo UERJ**, v. 1, n. 23, p. 99-113, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. **Boitempo editorial**, 2017.

DE OLIVEIRA, Floriano José Godinho; DE OLIVEIRA, Leandro Dias. Espaço metropolitano, regionalização da economia e reestruturação produtiva no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cuyonomics. Investigaciones En Economía Regional**, v. 4, n. 5, p. 39-65, 2020.

DE OLIVEIRA, Leandro Dias et al. A Reestruturação Territorial-Produtiva Fluminense, **Revista Continentes [S.I.]**, n. 4, p. 202-208, jan. 2014.

DIAS, Robson Santos. Expansão e crise no mercado de trabalho formal fluminense entre 1985 e 2019. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 19, p. 92-126, 2020.

GORZ, André. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. **Rio de Janeiro: Forense Universitária**, 1982.

GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. **Ensaio FEE**, v. 29, n. 2, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

LAGO, L. C. A "periferia" metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena. In: **Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Ano XXI, nº 2, p. 9 – 28, ago-dez 2007.

MAIA, Priscila; RODRIGUES, Adrianno. A cidade (re) partida: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu ea formação da região da Baixada Fluminense. In: **I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde**. 2009.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2003.

OLIVEIRA, L. D. A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva, **Espaço e Economia [Online]**, 7 | 2015.

OLIVEIRA, L. D.; ROCHA, A. S. “Neodesenvolvimentismo” e reestruturação produtiva. In: PINA, M.H. et all (eds). **The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto., 2014 pp.. 126-142.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 7, 2015.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; ROCHA, André Santos de (2014). “Neodesenvolvimentismo” e reestruturação produtiva ... **The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis**. Milena Press, Bucarest. Pp. 126-142

PAES, Natalia. **Ideologia em Marx: uma análise do neoliberalismo**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2019.

ROCHA, A S. *As representações ideais de um território* - Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. (tese de Doutorado), 2014.

ROCHA, A.S; MELCHIOR, L. A mobilidade dos trabalhadores dos municípios do Extremo Oeste Metropolitano, interações metropolitanas e as redefinições regionais, **Espaço e Economia [Online]**, 19 | 2020.

ROCHA, André Santos. *As representações ideais de um território: Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990*. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia), PPGG–Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ–Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90’s): economia e território em processo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. 127p

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo. Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, 2015.

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 53, p. 35-60, 1977.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. **Mesquita: Ed. Entorno**, 2007. 300p. SILVA, Lucia Helena Pereira. *De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela história*. **RECONCAVO: Revista de História da UNIABEU**, 2013, p. 47-63.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. *Os fundamentos da análise macroeconômica*. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, **Editora Atlas S.A.** 2009.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *E os Pomos eram de Ouro: a importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 à 1940*. **Monografia (Licenciatura em História) - Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, 2015.

TEIXEIRA, Aloisio. *O Império contra-ataca: notas sobre os fundamentos da atual dominação norte-americana*. **Economia e Sociedade**, v. 9, n. 2, 2000.

## ANEXO I – METODOLOGIA DE INDEXAÇÃO

Para analisar o crescimento do PIB ao longo de 20 anos, contando com a inflação, utilizou-se como ano base o ano de 2000, ou seja, o ano no qual iniciamos nossa análise, para que a partir dos anos seguintes, os mesmos sejam considerados acrescidos do impacto de corrosão do poder de compra de um ano para o outro na produção gerada, isto é, a partir de 2000, contaremos o aumento da produção acrescentando o aumento de preços generalizado no período, para que tenhamos o valor real de aumento da produção.

Com isso, foi feito o cálculo da variação acumulada do IPCA gerado no IBGE, a partir do raciocínio do livro de “Os Fundamentos da Análise Econômica” de Simonsen e Cysne (2009):

**Figura 2:** Fórmula de Indexação de PIB Nominal para Real

$$\text{Valor Real} = \frac{\text{Valor Nominal}}{((1 + \text{IPCA N}) * (1 + \text{IPCA N-1}) * (1 + \text{IPCA N-2}) \dots (1 + \text{IPCA 2001}))}$$

Fonte: Autora.

Sendo N o ano atual analisado. Assim, o cálculo para se ter os valores reais do PIB foi a partir da divisão entre o valor nominal e o multiplicador da quarta (4) coluna da Tabela abaixo.

**Tabela 33:** Metodologia de Indexação Inflacionária no PIB baseado no IPCA - Índice de

## Preços do Consumidor Amplo

IPCA - NÚMERO ÍNDICE 2000=100			
Ano	IPCA - Variação Acumulada (V.A)	1 + V.A	MULTIPLICADOR*
2000	5,97%	1,0597	1,00
2001	7,67%	1,0767	1,08
2002	12,53%	1,1253	1,21
2003	9,30%	1,093	1,32
2004	7,60%	1,076	1,42
2005	5,69%	1,0569	1,51
2006	3,14%	1,0314	1,55
2007	4,46%	1,0446	1,62
2008	5,90%	1,059	1,72
2009	4,31%	1,0431	1,79
2010	5,91%	1,0591	1,90
2011	6,50%	1,065	2,02
2012	5,84%	1,0584	2,14
2013	5,91%	1,0591	2,27
2014	6,41%	1,0641	2,41
2015	10,67%	1,1067	2,67
2016	6,29%	1,0629	2,84
2017	2,95%	1,0295	2,92
2018	3,75%	1,0375	3,03
2019	4,31%	1,0431	3,16
2020	4,52%	1,0452	3,30
* Valor Total do denominador da Fórmula			

Fonte: Elaborado pela Autora. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dessa forma, geramos o valor real das variáveis que possuem valor monetário, tanto a produção, como o salário médio que será descrito a seguir.

Os próximos indicadores foram recolhidos da mesma fonte: Ministério do Trabalho no RAIS/CAGED. Esta instituição disponibiliza dados referentes aos trabalhadores e estabelecimentos podendo ser segmentado em subcategorias.

A base de dados do RAIS foi recolhida o nº de emprego, estabelecimento e salário médio da população.

O RAIS Estabelecimento é feito com base nos estabelecimentos com vínculos declarados informado no exercício, ou seja, as empresas formais. Esta base é organizada a partir de dois tipos de variáveis, no qual o escolhido foi o número absoluto de estabelecimentos declarantes. Já o RAIS Emprego oferece uma base organizada pelo vínculo de emprego declarados ativos. Nele, pode ser extraído tanto com informações pertinentes ao vínculo empregatício, como a remuneração média nominal, como também em variáveis geográficas, como os setores, localidades, causa de desligamento, etc. Assim, a partir do RAIS Emprego tivemos acesso ao número de empregos formais ativos quanto a remuneração destes empregos divididos em subcategorias.

Para esta pesquisa, foi escolhido as subcategorias Tipo de Estabelecimento, Tamanho dos Estabelecimentos e Setores do IBGE para os três indicadores mencionados acima desta fonte.

Os tipos de estabelecimentos são divididos em CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), CEI (Cadastro Específico do INSS), CNO (Cadastro Nacional de Obras) - informações cadastrais referentes às obras de construção civil e os respectivos responsáveis e CAEPF (Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física). Já os tamanhos de estabelecimentos estão divididos entre o número de funcionários nos quais ela emprega. Sendo assim, classificamos o tamanho das empresas/estabelecimentos pela quantidade de trabalhadores existentes, que são definidas a partir das seguintes divisões: 0 Empregado, de 1 a 4, de 5 a 9, de 10 a 19, de 20 a 49, de 50 a 99, de 100 a 249, de 250 a 499, de 500 a 999 e de 1000 a mais funcionários.

Para a variável de Salário Médio, o Ministério do Trabalho disponibiliza os dados nestas segmentações apenas em valores nominais. Assim, da mesma forma que o PIB, o Salário Médio também foi indexado para obtermos os valores reais, a partir de uma taxa de inflação mais específica, chamada INPC – Índice Nacional de Preços do Consumidor.

O IPCA é o Índice Nacional de Preços ao Consumir Amplo e seu resultado é a variação acumulada que corresponde à divisão do número-índice do mês correspondente pelo número-índice base, que no caso, para analisarmos o crescimento ao longo dos 21 anos analisados, instauramos como base o ano 2000. O IPCA foi definido para analisar o PIB real pelo fato de englobar maior parte da população, pois aponta a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários-mínimos.

Enquanto isso, o INPC é um índice criado para orientar os reajustes de salários para corrigir o poder de compra mensurando a variação de preços da cesta de consumo da população assalariada com rendimento menor, que possuem entre 1 a 5 salários mínimos.

Ou seja, o IPCA é utilizado nesta dissertação para calcular a variação do PIB, que por si só é uma variável mais ampla/generalizada que representa o volume de produção de um determinado país somado aos impostos, enquanto o INPC é calculado para o reajuste voltado para os salários, ou seja, analisando cestas de consumo que se incluem na camada sociais mais desfavorecidas em questões monetárias.

O INPC para a variável se torna a melhor escolha em termos de abrangência devido a sua garantia de cobertura de 50% das famílias brasileiras que residem em áreas urbanas cobertas pelo Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC), que abrangem regiões metropolitanas, na qual uma delas é o Rio de Janeiro, assim como também calcula a produção em grupos de serviços como, alimentação e bebidas, artigos de residência, comunicação, despesas pessoais, educação, habitação, saúde, cuidados pessoais, transportes e vestuário.<sup>16</sup> Por fim, o cálculo do valor real é dado da mesma maneira que a produção, alterando apenas a taxa de inflação utilizada, também utilizando as referências de Simonsen e Cysne (2009):

**Figura 3:** Fórmula de Indexação de Salário Médio Nominal para Real

$$\text{Valor Real} = \frac{\text{Valor Nominal}}{((1 + \text{INPC } N) * (1 + \text{INPC } N-1) * (1 + \text{INPC } N-2) \dots (1 + \text{INPC } 2001))}$$

Fonte: Autora.

Para esta fórmula, utilizou-se os seguintes multiplicadores explicados pela Tabela abaixo:

<sup>16</sup> (FONTE: Valor Econômico – Disponível em: <https://www.valor.srv.br/indices/inpc.php>)

**Tabela 34:** Metodologia de Indexação Inflacionária no Salário Médio Nominal baseado no INPC – Índice Nacional de Preços do Consumidor

NUM ÍNDICE DEZ 2000 = 100			
Ano	INPC - Variação Acumulada (V.A)	1 + V.A	MULTIPLICADOR *
2000	5,27%	1,0527	1
2001	9,44%	1,0944	1,0944
2002	14,74%	1,1474	1,2557
2003	10,38%	1,1038	1,3861
2004	6,13%	1,0613	1,4710
2005	5,05%	1,0505	1,5453
2006	2,81%	1,0281	1,5887
2007	5,16%	1,0516	1,6707
2008	6,48%	1,0648	1,7790
2009	4,11%	1,0411	1,8521
2010	6,47%	1,0647	1,9719
2011	6,08%	1,0608	2,0918
2012	6,20%	1,0620	2,2215
2013	5,56%	1,0556	2,3450
2014	6,23%	1,0623	2,4911
2015	11,28%	1,1128	2,7721
2016	6,58%	1,0658	2,9545
2017	2,07%	1,0207	3,0157
2018	3,43%	1,0343	3,1191
2019	4,48%	1,0448	3,2589
2020	5,45%	1,0545	3,4365
* Valor Total do denominador da Fórmula			

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).